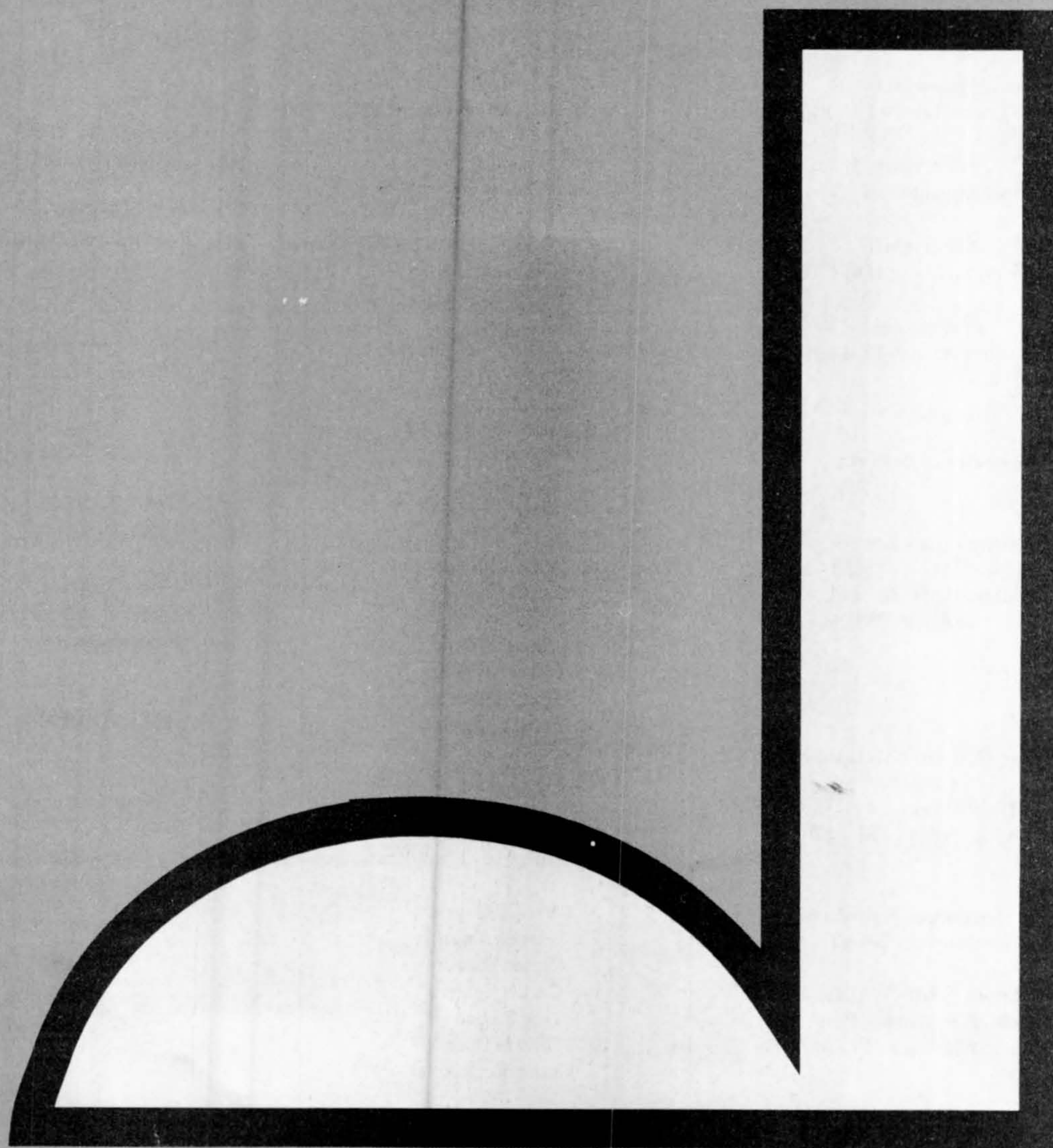


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 139

TERÇA-FEIRA, 12 AGOSTO DE 1997

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN 2º Vice-Presidente Júnia Marise - Bloco - MG 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB 2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO 3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC 4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI Suplentes de Secretário 1ª - Emília Fernandes(*) - - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97) 1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - (*) - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Élcio Álvares - PFL - ES Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra	LIDERANÇA DO PSDB Líder Sergio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder José Eduardo Dutra Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire LIDERANÇA DO PPB Líder Epitacio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder Regina Assumpção
--	--	--

(*) Sem partido

Atualizada em 8/8/97.

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 99ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE AGOSTO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 110/97, de 8 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 192, de 1995 (nº 1.293/95, naquela Casa), de autoria do Senador Lauro Campos, que determina seja dada maior publicidade aos editais, avisos, anúncios e quadro geral de credores na falência, na concordata e na insolvência civil, foi sancionado e convertido na Lei nº 9.462, de 19 de junho de 1997..... 16009

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Homenagem de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho..... 16009

SENADOR COUTINHO JORGE – Reunião do Parlamento Latino-Americano, realizada em São Paulo, nos dias 26 a 28 do último mês de julho, na qual S. Exª participou como Presidente da Comissão de Assuntos Educacionais, Culturais, Ciência e Tecnologia, quando foram discutidos três temas básicos: Informe da Comissão Mundial sobre Educação para o século XXI; Plano de Educação para o Desenvolvimento e Integração da América Latina; e Dimensão Cultural no Desenvolvimento e Integração da América Latina. 16010

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Homenagem póstuma ao sociólogo Herbert de Souza, falecido no último sábado..... 16013

1.2.3 – Requerimentos

Nºs 544, de 1997, de autoria dos Srs. Lúcio Alcântara e outros Senadores, solicitando que sejam prestadas homenagens e voto de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Aprovado, após usarem da palavras os Senadores Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra, Romero Jucá, José Roberto Arruda, tendo o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas..... 16014

Nº 545, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores, solicitando, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Sr. Herbert de Souza, "Betinho". Aprovado juntamente com o Requerimento nº 544/97. 16014

Nº 546, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, solicitando ho-

menagens de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Aprovado juntamente com o Requerimento nº 544/97..... 16014

Nº 547, de 1997, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 21 de agosto corrente seja dedicado a homenagear o Sociólogo Herbert de Souza (Betinho)..... 16017

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Solicitando à Mesa, transcrição nos anais do Senado Federal do artigo do jornalista Hélio Gaspari, que faz referências à luta do sociólogo Herbert de Souza, publicado no jornal *O Globo* de hoje, sob o título "A banalidade do bem"..... 16017

SENADOR LAURO CAMPOS – Homenagem de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza. Observações sobre declarações do Ministro Pedro Malan, reconhecendo que o combate à inflação, a estabilização do Real, apresenta profundo custo social..... 16018

SENADOR EDISON LOBÃO – Justificando projeto de lei encaminhado à Mesa por S. Exª, que estabelece a obrigatoriedade de seguro-garantia do executante em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências, medida que protegerá os compradores de imóveis..... 16020

SENADOR RENAN CALHEIROS – Falecimento do grande humanista Herbert de Souza. ... 16021

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Início, amanhã, da discussão no Senado da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, oportunidade em que S. Exª apresentará emenda, no sentido de que os municípios que estão endividados e sem capacidade de saudar seus compromissos tenham esses recursos revertidos em obras locais..... 16022

SENADOR ERNANDES AMORIM – Requerimento dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando seja o Governador do Estado do Acre, Sr. Orleir Cameli, convidado para prestar esclarecimentos sobre o programa desenvolvido em seu governo na área de saúde, particu-

larmente, no concernente ao suprimento de medicamentos destinados à população carente.....	16024	possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso – LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.....	16031
SENADORA MARINA SILVA – Registrando o falecimento de Herbert de Souza. Exemplos da vida de homens ilustres como Darcy Ribeiro, Chico Mendes, Florestan Fernandes e Betinho.	16024	Lembrando ao Plenário que a Hora do Expediente da sessão ordinária de amanhã será dedicada a comemorar o Dia das Artes, de acordo com o Requerimento nº 370, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva.	16031
SENADOR MAURO MIRANDA – Associando-se à dor da sociedade brasileira pelo passamento do sociólogo Herbert de Souza.	16026	Lembrando aos Senadores que estão abertas inscrições para homenagens no tempo destinado à Hora do Expediente das sessões dos dias 4 de setembro, à Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu jubileu de prata; 30 de setembro, aos 170 anos do <i>Jornal do Commercio</i> ; e 1º de outubro, ao Dia Nacional do Vereador.....	16031
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Manifestação, em nome do PSB, de sentimentos de dor pela morte de Herbert de Souza. Crítica contundente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pela edição de medida provisória estabelecendo a abertura do comércio aos domingos. Apelo ao Presidente do Senado, no sentido de que a proposta de emenda constitucional que regulamenta as medidas provisórias seja apreciada imediatamente pela Câmara dos Deputados.....	16026	1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR GILVAM BORGES – Falecimento do sociólogo Herbert de Souza, homem sensível às questões sociais e o idealizador do "Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida".	16031
SENADOR CASILDO MALDANER – Razões da morosidade da tramitação das reformas propostas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional.	16028	SENADOR JÚLIO CAMPOS – Agravamento da violência de trânsito em nosso País.	16032
1.2.5 – Requerimentos Nº 548, de 1997, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, que dispõe sobre a Política de Irrigação e Drenagem e dá outras providências, por não ter sido proferido o seu parecer no prazo regimental, pela Comissão de Assuntos Econômicos.	16029	1.2.9 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com: Ordem do Dia anteriormente designada.	16034
Nº 549, de 1997, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1996, que dispõe sobre incentivos fiscais diferenciados para a capacitação tecnológica no Norte e no Nordeste, altera as Leis nºs 8.248, de 1991, e 8.661, de 1993, e dá outras providências, por não ter sido proferido o seu parecer no prazo regimental, pela Comissão de Assuntos Econômicos.	16029	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR Do Senador João Rocha, proferido na sessão de 8-8-97. (republicação).....	16035
1.2.6 – Leitura de projeto Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1997, de autoria do Senador Edison Lobão, que estabelece a obrigatoriedade de seguro-garantia do executante em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências.	16030	3 – EMENDAS Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.573-10 e 1.576-2, de 1997. (Publicada em suplemento a este Diário).....	16046
1.2.7 – Comunicações da Presidência Recebimento do Ofício nº S/62, de 1997 (nº 2.387/97, na origem), de 11 de agosto corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso para que		4 – ATO DO PRESIDENTE Nº 185, de 1997.	16048
		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 2.539 a 2.596, de 1997.	16048
		6 – MESA DIRETORA	
		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 99ª Sessão não Deliberativa em 11 de agosto de 1997

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Carlos Patrocínio
da Sra. Emília Fernandes e do Sr. Valmir Campelo*

(Inicia-se a sessão às 14h30)

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 110/97, de 8 do corrente, comunicando para os devidos fins que o Projeto de Lei do Senado nº 192, de 1995 (nº 1.293/95, naquela Casa), de autoria do Senador Lauro Campos, que determina seja dada maior publicidade aos editais, avisos, anúncios e quadro geral de credores na falência, na concordata e na insolvência civil, foi sancionado e convertido na Lei nº 9.462, de 19 de junho de 1997.

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – O expediente lido vai à publicação.

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo pelo prazo de 20 minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faleceu na noite de sábado, aos 61 anos de idade, o extraordinário sociólogo brasileiro Herbert de Souza.

Betinho, como ficou conhecido nacional e internacionalmente, morreu em decorrência de complicações advindas da AIDS, doença que contraiu em transfusão de sangue em 1986.

Ídolo de toda uma geração, Betinho foi perseguido pelo regime de exceção e viveu exilado por muitos anos, tornando-se, por isso mesmo, um dos símbolos dos movimentos libertários dos anos 60/70.

Militante dos movimentos de esquerda, Betinho chegou a integrar a Aliança Popular sem, contudo, aderir à luta armada. Humanista intransigente, acre-

ditava que o País poderia ser mudado sem mortes e sem violência, com ações no campo da política e das idéias.

Exilado inicialmente no Chile, Betinho mudou-se em seguida para o México, onde residiu até a anistia, em 1979. Mesmo no exílio, manteve contatos com o PTB, mais precisamente com a facção que daria origem ao PDT do ex-governador Leonel Brizola.

Imortalizado na magistral canção de João Bosco e Aldir Blanc **O Bêbado e o Equilibrista**, o "irmão do Henfil" tornou-se conhecido em todo o Brasil no final dos anos 70, na voz da não menos lendária Elis Regina.

De volta ao Brasil, participou de todas as grandes causas que movimentaram o País nos últimos anos, incluindo o movimento por eleições diretas, em 1984.

Seria no campo humanitário, entretanto, que Betinho daria sua contribuição definitiva ao País, liderando uma cruzada nacional contra as injustiças sociais.

Convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, criou o programa "Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida", que viria a ser mundialmente conhecido como a "Campanha do Betinho".

Sonhador idealista, Betinho tinha a esperança de tirar 32 milhões de brasileiros da miséria e lutou incessantemente por isso, mesmo contra as incompreensões e a doença que o consumia diariamente.

Instalou mais de 3.500 "Comitês de Solidariedade" Brasil afora e foi a mola propulsora de um programa que chamou a atenção do mundo inteiro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao homenagear o sociólogo Herbert José de Souza, não poderia deixar de ressaltar a sua enorme contribuição no campo social, bem como a sua intransigente luta em favor dos ideais de democracia e liberdade. Não poderia deixar de destacar também sua extraordinária força de vontade e seu exemplo de vida.

Alquebrado pela doença, Betinho jamais esmoreceu, jamais se entregou e lutou até as últimas consequências por aquilo em que acreditava: a possibilidade de um Brasil livre, sem injustiça social e sem fome.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que a Academia de Estocolmo perde, mais uma vez, a oportunidade de corrigir o seu injustificado ranço em relação ao Brasil, concedendo em vida o Prêmio Nobel da Paz ao nosso Betinho, que, sem dúvida nenhuma, se nivela a humanistas do porte de Madre Tereza de Calcutá e Desmond Tutu.

Presto a esse brasileiro sem igual o meu tributo de homenagem, ressaltando sobretudo seu exemplo de coragem e de trabalho. Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, deixo registrado nos Anais desta Casa do Congresso Nacional nosso reconhecimento a esse herói, que permanecerá para sempre na memória do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr.^a Presidente.

A SR.^a PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge por 20 minutos.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.^a Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, lembro que, no dia 26, 27 e 28 de julho, se realizou em São Paulo, no Memorial da América Latina, o Encontro Internacional do Parlamento Latino-Americano, do qual participaram vários países.

Tive mais uma vez a oportunidade de, como Presidente da única comissão presidida pelo Brasil, participar da Reunião que envolvia as Comissões Permanentes do "Parlatino" (ou do Parlamento Latino-Americano). Ressalto apenas que cada comissão é presidida por um país.

Hoje, ocupa a Presidência o Deputado Juan Adolfo Singer, do Uruguai, e a Vice-Presidência, o Deputado Franco Montoro, do Brasil.

Lembro também que o Parlamento é decorrência da própria globalização, da mundialização hoje existente, que exige, entre outras coisas, a criação de organismos regionais que visem à integração econômica, social, política e cultural.

Mais do que nunca, precisamos de organismos parlamentares que tenham essa finalidade de integração. É por isso que existe o Parlamento Latino-Americano.

O Parlamento Europeu tem uma grande experiência, uma vivência muito maior que o nosso Parlatino. Mas, a respeito do Parlamento Latino-Americano, tecerei algumas considerações antes de adentrarmos na informação quanto à última reunião realizada em São Paulo.

O Parlamento Latino-Americano é um organismo regional, permanente e unicameral, formado por todos os Parlamentos da América Latina e do Caribe

com o objetivo de trabalhar em favor da comunidade latino-americana das nações, voltado, portanto, ao ideal de integração econômica, social, política e cultural dos povos ou das nações da América Latina. Esse é o grande objetivo desse Parlamento, criado em 1964, em Lima, Peru, que teve seus estatutos formalizados um ano depois.

A formalização do Parlamento Latino-Americano só ocorreu a partir de 16 de novembro de 1987, com a assinatura por todos os representantes dos países da América Latina de um tratado internacional, adquirindo, assim, personalidade jurídica. No meio os seus propósitos mais importantes: fomentar o desenvolvimento econômico-social integral da comunidade latino-americana e a plena integração econômica, política e cultural de seus povos; velar pelo respeito aos direitos humanos e ao exercício da democracia representativa; garantir a plena soberania dos povos da América Latina; lutar pelo fortalecimento dos parlamentos da América Latina, a fim de garantir a vida constitucional e democrática dos Estados; apoiar a constituição e o fortalecimento dos parlamentos sub-regionais da América Latina e manter relações com os parlamentos de todas as regiões geográficas do mundo, assim como organismos internacionais e contribuir para afirmação da paz, da segurança e do desarme mundial.

Quero lembrar que o Parlamento Latino-Americano, para seu efetivo funcionamento, tem uma estrutura institucional básica, atuando por intermédio de órgãos como a Assembléia Geral, a Junta Diretiva, a sua Secretaria-Geral, as Comissões Permanentes e o seu Conselho Consultivo. E é em relação ao funcionamento, à operacionalidade do Parlamento Latino-Americano e a suas reuniões que gostaria de tecer algumas breves considerações.

O Parlamento Latino-Americano, em sua última mudança estatutária, definiu que teria 19 Comissões Permanentes voltadas a temas específicos, sintetizando os interesses de todos os países da América Latina e do Caribe.

Participamos como Presidente, pelo Brasil, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e nos dias 26, 27 e 28 últimos, tivemos um grande encontro em São Paulo, com as Comissões de Saúde, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Assuntos Políticos e Minas e Energia, destinado a discussões de temas específicos.

Ressalto que as Comissões Técnicas Permanentes se reúnem bianualmente no Brasil ou em qualquer país da América Latina se assim for decidido em reunião das próprias comissões.

Na última reunião realizada em São Paulo, nós, da Comissão de Assuntos Educacionais, Culturais, Ciência e Tecnologia, tivemos como temário básico três itens fundamentais. O primeiro foi a apresentação, pela Unesco, do informe da Comissão Mundial sobre Educação para o século XXI. O segundo tema discutido foi o Plano de Educação para o Desenvolvimento e Integração da América Latina. E o terceiro, a Dimensão Cultural no Desenvolvimento e Integração da América Latina.

O primeiro tema foi apresentado pelo Dr. David Silva Giménez, da Unesco na América Latina, cuja sede é em Santiago do Chile, que fez uma síntese desse informe tão importante.

A Organização das Nações Unidas, por intermédio da Unesco, que trata de temas relativos à educação, ciência e cultura, decidiu, após vinte anos do último informe, realizar dois informes fundamentais: um relativo à educação, outro relativo à cultura para o século XXI. No tocante à educação, foi criada uma comissão de especialistas em nível mundial, tendo como Presidente Jacques Delors, que foi, durante 10 anos, Presidente da Comunidade Européia, com alta experiência, portanto, em assuntos internacionais. A Comissão de Cultura e Desenvolvimento voltada para o século XXI teve como Presidente o Sr. Javier Pérez de Cuellar, ex-Secretário Geral das Nações Unidas.

Na próxima reunião do Parlamento Latino-Americano, em novembro, o Diretor-Geral da Unesco, Dr. Federico Mayor, e Javier Pérez de Cuellar irão, em nome da Unesco, trazer à discussão esse tema polêmico da área de cultura.

Quanto ao tema discutido no último encontro em São Paulo "A Educação Para o século XXI", o Dr. David Giménez lembrou que o documento "Educação Encerra um Tesouro Para o século XXI" parte de um marco prospectivo com incerteza para o futuro e mostra as grandes mudanças tecnológicas ocorridas no mundo e algumas consequências ou contradições que essa tecnologia trouxe, por exemplo, em relação ao desemprego e aos problemas ambientais.

No documento analisado, que será tema de um discurso que faremos mais detalhadamente, ele mostra que é condição indispensável para o desenvolvimento humano que a educação não seja vista de forma isolada, mas integrada a uma série de políticas importantes.

No entender da Unesco, a educação deve ser posta a serviço do total desenvolvimento econômico e social do homem e que, portanto, deve haver uma flexibilização nesse sentido, para que haja uma

adaptação à nova ordem mundial e para evitar o fracasso escolar em muitos países, sobretudo nos do Terceiro Mundo.

Também na conferência deste tema tão importante, mostrou-se que o conceito de educação não deve ser por um período, mas para toda a vida. Portanto, todo momento é momento de aprendizagem e de estudo.

Além disso, é fundamental relembrar os quatro pilares básicos da etapa educativa apresentados no documento da Unesco, que, em síntese, significam aprender a viver juntos, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser. Este documento, na verdade, reflete uma série de inquietações que o setor educacional representa para a Unesco e que significa dizer que precisamos montar uma nova estratégia voltada ao desenvolvimento educacional no mundo.

Voltaremos a discutir de forma mais detalhada...

A Srª Emília Fernandes – V. Exª me concede um aparte, Senador Coutinho Jorge?

O SR. COUTINHO JORGE – Ouço V. Exª com prazer.

A Srª Emília Fernandes – Neste breve aparte, Senador Coutinho Jorge, gostaria de cumprimentar V. Exª pelo registro que faz como Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino-Americano. Esse Parlamento representa um espaço muito importante, na minha avaliação, na busca da necessária integração e alavancagem das ações dos países sul-americanos. Nós também integramos a direção do Parlatino e temos buscado, constantemente, valorizar, estimular e dar a visibilidade necessária para a importância da ação conjunta dos parlamentares da América Latina. Acredito até, ilustre Senador, que ainda não é dado o valor que poderia, que deveria ser dado por parte, principalmente, de nós brasileiros a essas reuniões. Participei de algumas reuniões do Parlatino, em São Paulo, e vi o entusiasmo e o engajamento com que muitos Parlamentares abraçam a questão do trabalho conjunto. É importante lembrar-lhes que participei da Comissão que trata especificamente dos direitos da mulher, uma inovação criada nos últimos tempos no Parlatino. Ouço a narrativa feita por V. Exª sobre a reunião da Comissão de Educação, da qual, inclusive, estava disposta a participar, mas, por problemas de última hora em minha agenda, não consegui me fazer presente. Estava muito disposta a ir, justamente pelo tema que V. Exª expõe agora resumidamente: a magnitude do desafio para o novo século que, sem dúvida, passa pela questão da educação como ponto fundamental de qualificação, enten-

dimento, melhoria de vida, melhoria da saúde; enfim, acima de tudo, passa pela preparação dos trabalhadores e dos empresários para essa nova visão que certamente o século XXI trará para o mundo todo, em especial para o Brasil, um País em desenvolvimento, e para a América Latina, com suas diferenças, seus problemas e desigualdades profundamente acentuadas. Gostaria de somar-me àqueles que entendem, como V. Ex^a, que o Parlatino é um espaço importante que deve ser valorizado e ocupado por todos nós, porque ali recebemos as experiências, expectativas, dificuldades e sugestões que outros Parlamentares de vários países, que sempre estão presentes, possam dar para nos abastecermos de idéias e alternativas. Creio que ao trazer esse tema, registrando essa reunião e, acima de tudo, colocando como grande desafio, como lá foi posto, a questão da educação, V. Ex^a presta grande serviço a esta Casa, a este País e, principalmente, desperta em nós Parlamentares a visão de um espaço a mais que podemos e devemos ocupar para tratar as questões não apenas do ponto de vista do Brasil, mas também da América Latina. Os meus cumprimentos pelo registro que faz.

O SR. COUTINHO JORGE – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senadora Emília Fernandes, como grande educadora que é, conhecedora da problemática educacional do País. Lamento que V. Ex^a não tenha participado desse encontro, mas já está convidada para a próxima reunião, em novembro, quando o Secretário-Geral da Unesco, Federico Mayor Zaragoza estará participando pessoalmente dos trabalhos sobre um tema importante: educação e cultura para o século XXI.

Vou também encaminhar a V. Ex^a o documento coordenado por Jacques Delors em nome de todos os países que participaram da sua elaboração e que reflete exatamente o que a Unesco – órgão das Nações Unidas voltado para educação, ciência e cultura – pensa e pretende em relação à educação para o século XXI. Farei a entrega desse documento posteriormente a V. Ex^a por saber do seu conhecimento e interesse sobre esse tema tão fantástico.

O segundo grande item discutido em nosso encontro em São Paulo diz respeito ao plano de educação para o desenvolvimento e integração da América Latina. Quero lembrar que esse plano é preparado por uma equipe interinstitucional do próprio Parlatino e da Unesco, que assinou convênio com o Parlatino e participa intensamente dos encontros e dos debates. Na verdade, esse plano consiste em uma proposta de modificação e ajuste dos conteúdos e procedimentos vigentes nos sistemas educativos

dos países da América Latina, a fim de que ditos sistemas se convertam em agentes transmissores de valores e pauta de comportamentos que façam com que os latino-americanos, indivíduos conscientes, positivos, dinâmicos e construtivos dos processos de desenvolvimento e integração, participem desse processo tanto no continente, quanto em cada País. Não significa dizer que esse plano pretenda alterar realmente os projetos educacionais de cada País. Não. Pretende fazer um ajuste para que esses planos participem dessa visão de desenvolvimento e integração latino-americana.

Quero informar aos Srs. e Sr^{as} Senadoras que esse documento já está pronto e foi encaminhado para o grande encontro ocorrido no ano passado, na cidade de Kingston, na Jamaica, com a presença de todos os Ministros de Educação da América Latina e Caribe; esse encontro foi coordenado pela Unesco e teve aprovação unânime dos ministros. Estamos em fase de operacionalização do referido plano, que será muito importante para a integração da América Latina.

Lembro também que, durante nossa reunião, houve a assinatura de um acordo de cooperação com um convênio muito importante chamado Convênio Andres Bello, do qual fazem parte vários países da América Latina e a Espanha, e cuja finalidade básica, sendo um organismo intergovernamental e internacional, é exatamente integrar, em termos de educação, ciência e cultura, os países da América Latina, Europa, enfim, aqueles que queiram participar desse convênio cuja experiência é importante.

Como nossa comissão trata desses assuntos relevantes à competência de Andres Bello, teremos mais um organismo participando da definição das linhas básicas desse plano de integração e desenvolvimento da América Latina. Portanto, foi uma grande decisão que o Parlamento Latino-americano tomou na última reunião em São Paulo.

Por último, para enfatizar os aspectos mais relevantes da nossa Comissão, aprovamos duas resoluções: a primeira voltada à área do plano de educação para o desenvolvimento e integração da América Latina, que visa exatamente iniciar sua execução por meio da programação de atividades junto com a Unesco. A decisão da Comissão foi a de que se devem apoiar as atividades de gestão do próprio Parlatino no sentido de conseguir negociações com a União Européia e com o BID com a finalidade de conseguir recursos financeiros que já estão sendo negociados para viabilizar esses projetos em toda a América Latina.

Também ficou definido que será feito um documento síntese, técnico e político, que deverá ser dis-

tribuído por todos os Parlamentos da América Latina, para serem discutidos entre nós, serem aprimorados e, com isso, poderem, realmente, cumprir sua grande finalidade.

Além disso, foi feito um apelo para que os Parlamentos nacionais realizem uma série de atividades, promoções e gestões em relação ao plano, em cada Parlamento. Isso vai ocorrer com essa documentação que deverá estar pronta dentro de dois meses.

Sobre a outra resolução, relacionada à área de cultura, como já disse, ficou definido que a Unesco vai apoiar o projeto de elaboração desse documento importante e que, do dia 24 a 29 de novembro de 1997, teremos, na sede permanente do Parlamento Latino-americano, um grande encontro em que será discutido e apresentado o documento final da Comissão Mundial da Unesco sobre Cultura e Desenvolvimento, que será realizado por uma missão de alto nível, presidida pelo Diretor-Geral da Unesco, Sr. Federico Mayor Zaragoza, e será apresentado pelo próprio coordenador desse documento, o Sr. Javier Pérez de Cuellar, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas.

Para concluir, quero informar que nossa comissão permanente atingiu os objetivos que estavam programados. Esperamos que o cumprimento das resoluções referidas, a agilização da implementação do plano de educação, no que diz respeito à integração da América Latina, dentro em breve possa ser viabilizada e, com isso, tenhamos, realmente, alguma alteração significativa no que respeita aos aspectos educacionais em favor da integração do nosso continente.

Em face da globalização, que exige a atuação regionalizada, como é o caso das Comunidades Europeias e Latino-Americanas e da futura ALCA, nas Américas, há necessidade de um trabalho junto com os Parlamentos de forma integrada, para que sejam estimuladores do processo efetivo de integração das regiões.

O Parlatino tem um papel importante na integração da América Latina, não só integração meramente econômica, mas social, cultural e política.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que queria trazer a respeito da última reunião do Parlatino, realizada em São Paulo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, a Sra. Emília Fernandes, 1ª Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

A SRª EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRª EMÍLIA FERNANDES – (PTB-RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também queremos somar-nos às manifestações de reconhecimento, que ressoaram de norte a sul do Brasil e fora dele, endereçadas a Betinho.

Herbert de Souza, sociólogo, democrata, cidadão exemplar, homem conhecedor dos problemas de seu tempo e comprometido com a busca de solução para os mesmos, olhava o mundo e o Brasil com olhos de um verdadeiro sociólogo, de um cidadão engajado, com profunda sensibilidade e espírito crítico. Demonstrou, sem dúvida, sensibilidade ilimitada para os clamores de justiça, bandeira de sua luta e de sua vida. A proximidade da morte redobrou-lhe as forças e aguçou-lhe o espírito do coletivo e da solidariedade. Batalhador autêntico e comprometido, Betinho era possuidor de idéias nobres, unidas aos sentimentos de cidadania e ao desafio de ver o Brasil diferente. Desde jovem, nas lutas estudantis ou no combate à ditadura militar, ele sempre se distinguiu como cidadão autêntico, defensor da liberdade, da democracia, da justiça e da dignidade.

Betinho é o símbolo de esperança e da solidariedade de amor ao Brasil e a sua gente.

A saudade, neste momento, certamente toma conta de muitos corações. Vimos, pelos meios de comunicação, as mais diferentes formas de expressão de reconhecimento e de adeus. Porém, o seu falecimento não significa o seu desaparecimento; muito pelo contrário, Betinho deve representar para o povo brasileiro – crianças, adultos, jovens, estudantes e em especial para políticos e para os governantes – a esperança, o exemplo, a organização, o entusiasmo, a solidariedade, a fé, a vontade de servir, a ação, o compromisso de luta e de trabalho, a denúncia e a indignação, a participação comprometida, os valores, a ética e a moralidade.

Morre o homem; fica a sua história e as suas idéias, e queira Deus que frutifiquem seus ideais.

Por isso queremos, neste momento, associar-nos à emoção, às lágrimas, à música que foi cantada para ele, às palmas que lhe foram dedicadas, à saudade e ao reconhecimento que invadiram o coração do Brasil e de seu povo neste final de semana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, estudantes – hoje é o dia nacional do estudante -, que assumem as suas lutas de integração de participação de combate ao armamento, à violência, vamos fazer da morte de Betinho, mas acima de tudo de sua vida, um momento de reflexão, de engajamento e, acima de tudo, de entusiasmo pela sua causa.

Eis o grande desafio dos nossos dias: recuperar o valor da solidariedade humana e a dignidade radical de todos os seres humanos.

Gostaria de registrar aqui um trecho extraído da Carta de Ação de Cidadania, de Herbert de Souza, sempre atual:

ALERTA AOS CIDADÃOS

"Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer tranqüilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país em que milhões se batem no desespero do desemprego, da falta de condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento (e eu acrescentaria de segurança). Não se pode fechar a porta da consciência nem tapar os ouvidos ao dormir (ao clamor????) que se levanta de todos os lados. A insanidade de um país que marginaliza a maioria deve terminar agora."

Concluo, Sr. Presidente, conclamando todos para que tomemos realidade o sonho de Betinho, expresso muitas vezes quando afirmava:

"Só falta produzir o Brasil decente."

"Vamos colocar alma ao fazer as coisas."

"Se cada um tomar a decisão de fazer, vamos conquistar o Brasil que queremos."

Portanto, vamos fazer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, das suas cinzas gotas de orvalho, sementes férteis, grãos de areia, vento que balança, força que estimula, esperança que nasce.

São essas as nossas homenagens a Betinho.

Enviamos o nosso abraço aos familiares e amigos de Betinho, na certeza de que o coração dele, que era do tamanho do Brasil, continuará pulsando forte na consciência e na ação de todos nós, que queremos um Brasil diferente.

Já existe um requerimento de autoria do Senador Lúcio Alcântara, subscrito por vários Srs. Senadores, para realização de sessão em homenagem a Betinho, quando certamente muitos outros Parlamentares usarão da palavra em sinal de agradecimento a esse grande brasileiro.

Esse era o registro inicial que gostaríamos de fazer, associando-nos à luta de Betinho pela dignidade, pela solidariedade e pela justiça.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, requerimentos, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 544, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 218, alínea "g", combinado com o artigo 221, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que sejam prestadas homenagens e voto de profundo pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), com apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. – **Lúcio Alcântara – José Eduardo Dutra – Emília Fernandes – Romero Jucá – Valmir Campelo – Carlos Patrocínio.**

REQUERIMENTO Nº 545, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Herbert de Souza, "Betinho".

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. – **Benedita da Silva – Roberto Freire – Nabor Júnior – Valmir Campelo – Lauro Campos – João Rocha.**

REQUERIMENTO Nº 546, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições desta Casa, vimos requerer a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar e a apresentação de condolências à família do sociólogo Sr. Herbert de Souza, o Betinho, bem como a realização de uma Sessão Especial do Senado em sua homenagem, em razão do seu falecimento, no dia 9 de agosto corrente, no Rio de Janeiro.

Justificação

Herbert de Souza, o Betinho, autor da Campanha da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, projetou-se como uma das maiores personalidades deste

País no combate à miséria, à fome, à corrupção, ao analfabetismo e à falta de moradia.

Superando todas as crises provocadas pela hemofilia que, dentre outros dramas, o levou a contrair a Aids, Betinho se dedicou de corpo e alma aos menos favorecidos. Como tal, trata-se de um exemplo a ser seguido por todos aqueles que, como nós, os políticos, nos propusemos a prestar serviços à sociedade, em especial àquela menos favorecida na distribuição dos recursos criados pelo trabalho de todos.

Como cidadão comum, Betinho cumpriu como poucos o mandamento de amar ao próximo como a si mesmo. Seguir o seu exemplo é uma forma segura de executarmos aquilo a que nos propusemos. Para tanto, é importante que façamos um balanço de sua ação e a prossigamos, a fim de não frustrar as camadas menos privilegiadas da sociedade que nele depositavam suas esperanças.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. — **Pedro Simon — Coutinho Jorge — José Eduardo Dutra — Romero Jucá — Ernandes Amorim — Valmir Campelo.**

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrever os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Eu pediria a V. Ex^a que se dirigisse à Mesa, para que possa subscrever os requerimentos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Esses requerimentos dependem de votação, para cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa.)

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador e autor de um dos requerimentos, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a satisfação de encabeçar o requerimento que V. Ex^a acaba de ler, para que o Plenário do Senado Federal aprove o voto de pesar e condolências pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, dando ciência à sua família da homenagem que esta Casa presta à memória daquele ilustre homem público. Homem público no sentido mais amplo que a palavra possa ter, não

apenas de alguém que é assim chamado por ser detentor de mandato eletivo, mas homem público no sentido literal da palavra, daquele que se interessa pelo que é público, pela **res publica**, pela coisa pública, por aquilo que é do interesse de todos, na busca do bem comum. Alguém que viveu com tantas limitações de ordem física, alguém que padeceu tantos males físicos, teve a capacidade, o privilégio, a formação espiritual que lhe permitiu doar-se integralmente a serviço da comunidade.

A Senadora Emília Fernandes há pouco, numa breve comunicação, traçou em largas pinceladas o que foi a vida do Betinho, das iniciativas a seu cargo, o alcance e da repercussão social que elas tiveram ao nos dar aquela sensação de que nem tudo está perdido e de que há realmente pessoas motivadas por esse espírito de solidariedade, de fraternidade, para fazer algo pelos excluídos, pelos miseráveis, por aqueles que estão à margem do progresso, do desenvolvimento; por aqueles que, muitas vezes, não são vistos adequadamente pelos governos e que só são socorridos por iniciativas dessas que brotam da própria comunidade, sob lideranças vigorosas como a do Betinho.

Creio que este requerimento, Senadora Emília Fernandes, que ora preside os trabalhos do Senado, não tem o aval apenas dos Senadores que tiveram a felicidade de subscrevê-lo, por estarem aqui neste momento, mas é o sentimento de todos os Senadores da República, que reconhecem, no trabalho que Betinho realizou, o exemplo vivo de dedicação à comunidade, de solidariedade, de prestação de serviço, movido por uma espécie de força interior que lhe deu a energia para, superando suas restrições físicas, empreender campanhas de grande alcance, de grande sucesso e de grande repercussão.

Por isso, tive a iniciativa de apresentar este requerimento para que o Senado, em nome do País e da República, preste esta homenagem de todo justa ao grande sociólogo desaparecido depois de muitos padecimentos físicos, que nunca chegaram, entretanto, a quebrar sua força moral, sua altivez e seu espírito de solidariedade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emília Fernandes, 1ª Suplente de Secretária.

A SRª PRESIDENTE (Emília Fernandes) — Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, mais uma vez neste ano de 1997, defrontamo-nos com a morte de um grande brasileiro. Muito já foi dito sobre Betinho, e, nestas horas, é difícil não cair no lugar comum. Eu queria me somar às intervenções já feitas, na tarde de hoje, pelos Senadores Valmir Campelo, Emília Fernandes e Lúcio Alcântara e encaminhar favoravelmente a este requerimento de pesar.

Betinho foi um homem de esquerda que demonstrou, para todos nós, que é possível mudar sem mudar de lado. Foi um homem que incorporou, em sua frágil figura, as esperanças de milhões de brasileiros na construção de um Brasil diferente. Lembro-me de que ele, quando lançou sua campanha contra a fome e pela cidadania, foi encarado com certa desconfiança inclusive pelos militantes de esquerda, que sempre viram em ações desse tipo um assistencialismo que não fica bem ser proposto por pessoas de esquerda, mas ele mostrou que essa ação, muito mais que meramente assistencialista, foi capaz de congrega milhões de brasileiros no sentido de tentar garantir a sobrevivência de outros milhões de brasileiros.

Betinho, durante certo tempo, foi conhecido no Brasil apenas como o irmão do Henfil, cantado na voz de Elis Regina, mas depois passou a ser o verdadeiro irmão do Brasil.

Não podemos deixar de lamentar que sua morte também é decorrente da falta de estrutura do Estado brasileiro, particularmente do setor de saúde. A desorganização dos nossos bancos de sangue e hospitais fez com que lhe fosse inoculado o vírus da Aids. Ele, assim como seu outro irmão famoso, Henfil, e outro irmão não tão famoso, mas igualmente talentoso, o violonista e compositor Francisco Mário, foram vítimas dessa falta de estrutura dos nossos serviços de saúde.

Neste momento em que ele nos deixa, somamos o nosso sentimento ao sentimento que está hoje nos corações e mentes de todo o povo brasileiro e esperamos poder colaborar para construir o Brasil para o qual Betinho lutou e tentou construir em vida.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, a Sra. Emília Fernandes, 1.^a Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O Sr. Romero Jucá - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, gostaria de encaminhar, pela Liderança do PFL, favoravelmente ao requerimento, tendo em vista o que Betinho executou e o que representava para o País.

Após a votação, em nome do PFL, pedirei a palavra, como Líder, para expor a posição do Partido sobre essa grande perda para o País.

Neste momento, encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento, registrando a importância deste ato de reconhecimento que o Senado Federal prestará, aprovando as homenagens ao grande brasileiro que foi Betinho.

Muito obrigado.

O Sr. José Roberto Arruda - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me posicionar, da mesma forma que os ilustres companheiros fizeram, favorável ao requerimento subscrito pelo Senador Lúcio Alcântara e vários outros Senadores, pela importância de Betinho como símbolo de uma luta por uma sociedade mais justa.

Falo em nome da Bancada do PSDB no Senado e também em nome da Liderança do Governo no Congresso Nacional.

Betinho e seus irmãos representam, para nossa geração, um símbolo de luta sempre bem humorada, descontraída, informal, mas sempre uma luta. Não importa se nas caricaturas de Henfil ou na fala sempre doce e solidária do Betinho, essa luta pela construção de uma sociedade mais justa.

Uma coisa muito bonita que Betinho também nos ensinou em vida é de que o inconformismo, a vontade de mudar, a vontade de ajudar as pessoas não tem que ser raivosa nem mal-humorada. Ao contrário, Betinho era doce, falava sempre baixo mas com profundidade. A importância de Betinho na formação do sentimento contemporâneo, em torno de ações que permitam diminuir as desigualdades entre os que têm muitos recursos e os que nada têm, não se traduz em palavras. É claro que um cartunista do porte e do talento de Henfil traduziria todos esses nossos milhares de palavras ditas aqui hoje de forma muito mais genial, muito mais simples, representando a luta de Betinho.

Betinho, fisicamente, não está mais entre nós, mas a força da sua luta está viva e estará presente sempre como símbolo desta causa, que acho ser o grande desafio dessa nossa geração, que já reconquistou a democracia, que já conquistou a liberdade, a estabilidade econômica, mas tem o grande desafio de fazer de tudo isso o meio de uma transformação muito mais profunda, que é a transformação do perfil sócio-econômico injusto da nossa sociedade.

Coloco-me, também, junto com o Senador Lúcio Alcântara e com os outros Senadores que subcreveram este requerimento a favor de que a família receba as condolências oficiais desta Casa e de que se realize sessão específica para homenagear o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Mesa se associa plenamente às manifestações de pesar do Senado e, em particular, do Brasil, pelo falecimento do popular Betinho, o sociólogo Herbert de Souza. Evidentemente, se há um caso de quase unanimidade nacional, é este em relação à figura que tanto lutou em favor das causas mais nobres do País e que demonstrou sempre que, lutando pela vida, lutava mais pelos seus semelhantes do que por sua própria vida.

Daí porque hoje e ontem, desde a sua morte, a mídia registra com muita grandeza a figura de Betinho. E saliento inclusive um artigo publicado hoje pelo Senador José Serra no jornal *Folha de S.Paulo*, bem como pelo jornalista Elio Gaspari, que considero uma perfeição em relação a este grande brasileiro que desaparece, causando saudades não apenas a sua família e a seus partidários, mas sobretudo à nação brasileira.

A Mesa se associa e envia as condolências aprovadas pelo Plenário a sua família e a todo o povo brasileiro.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 547, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da

Hora do Expediente, da Sessão de 21 de agosto corrente seja dedicado a homenagear o Sociólogo Herbert de Souza (Betinho).

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. —
Senador Lúcio Alcântara — José Eduardo Dutra — Emília Fernandes — Jefferson Péres — Romero Jucá — Ernandes Amorim — Valmir Campelo — Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — O requerimento lido será votado oportunamente.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra pela Liderança do PFL porque gostaria, em nome do partido, de registrar a homenagem do Partido da Frente Liberal ao sociólogo Herbert de Souza, Betinho, pela sua história, pela sua luta e sobretudo pelo exemplo de cidadania, pelo exemplo que deu ao País na sua luta pela vida, ele que padecia de tantos problemas de saúde.

Talvez um pouco do resumo da história e da luta do Betinho esteja em artigo que V. Ex^a, como Presidente, nomeou há pouco tempo, o artigo do jornalista Elio Gaspari no jornal *O Globo* de hoje, que tem o título "A banalidade do bem", do qual peço sua transcrição:

"O que fez do Betinho o Betinho? Sua capacidade de reduzir a vida pública a um serviço em benefício dos excluídos. Nada mais. Isso pode soar banal, ou mesmo laudação de necrológio. Desde que foi descoberta a banalidade do mal, deixou-se de prestar atenção na banalidade do bem. Suas causas pareciam banais. Queria arrumar comida para quem tinha fome, casa para quem não tinha morada e trabalho para o desempregado. São coisas que, pela ordem moral das coisas, todo mundo deveria ter. Se não tem, isso faz parte da ordem natural das coisas, e portanto não há jeito.

O que fez de Betinho o Betinho foi ter mostrado que esse fatalismo da desordem social nada tem de natural.

Com a leitura da abertura desse artigo, Sr. Presidente, quero homenagear a vida, a história e, principalmente, os exemplos deixados por um brasileiro que lutou, que foi de esquerda, que enfrentou a ditadura, que teve percalços e sofrimentos na sua vida, mas como foi dito aqui, nunca perdeu a doçura, a

esperança e, sobretudo, nunca perdeu a sensibilidade de buscar ajudar o próximo.

Portanto, em nome do PFL, ao pedir a transcrição desse artigo do Elio Gaspari, quero deixar aqui nossa homenagem e a certeza de que são exemplos como o Betinho que vão ajudar a construir este País, a transformar a realidade do Brasil e a transformar brasileiros em participantes, em cidadãos, em pessoas que se preocupem com o próximo e os ajudem a construir um futuro melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

O Globo

11 de agosto de 1997

BETINHO – 1935 – 1997

A BANALIDADE DO BEM

Élio Gasparini

O que fez do Betinho o Betinho? Sua capacidade de reduzir a vida pública a um serviço em benefício dos excluídos. Nada mais. Isso pode soar banal, ou mesmo laudação de necrológico. Desde que foi descoberta a banalidade do mal, deixou-se de prestar atenção na banalidade do bem. Suas causas pareciam banais. Queria arrumar comida para quem tinha fome, casa para quem não tinha moradia e trabalho para o desempregado. São coisas que, pela ordem moral das coisas, todo mundo deveria ter. Se não tem, isso faz parte da ordem natural das coisas, e portanto não há jeito.

O que fez de Betinho o Betinho foi ter mostrado que esse fatalismo da desordem social nada tem de natural. Conseguiu isso arrastando o apoio das mesmas pessoas que são capazes de formular teorias em torno da inevitabilidade da miséria e da natureza purificadora do desemprego numa época de transição para o que se supõe ser novas formas de trabalho. Não havia hipótese dele pronunciar a palavra "globalização". Juntou a favela ao condomínio porque estava convencido de que isso não só era possível, com era fácil.

Não tinha partido político, emprego público ou aposentadoria especial. Aídético, nem de futuro dispunha. Não tinha coisa nenhuma, e isso fazia com que tivesse só a banalidade de sua disposição. Organizou coisas que nenhum governo foi capaz de organizar sendo um desorganizado. Movimentou centenas de milhões de reais sem conhecer donos de cofre. Fez isso muito mais pela vontade do que pela idéia. Será que alguém acha mesmo que o problema dos meninos de rua é insolúvel? Será que uma pessoa, depois de refletir por cinco minutos, é capaz de sustentar que nas grandes cidades brasileiras vivem milhões de pessoas que devem se conformar com a natureza estrutural do desemprego crônico?

Carregava velhas bandeiras porque problemas como a fome e a falta de moradia só parecem antigos porque não foram resolvidos. Hoje a plutocracia brasileira está de tal forma protegida do povo que 11 em cada dez milionários só conseguem andar dois quarteirões de mãos dadas com os filhos em Nova Iorque. Sua campanha contra a fome mostrou aos brasileiros e sobretudo ao andar de cima, que a segregação social é produto do comportamento, não da alma nacional.

Betinho entrou numa brecha da alma de todos os brasileiros porque lhes mostrou o tamanho de sua vontade. Mobilizou-os somando os pedacinhos que existiam na cabeça de cada um. Há um pequeno Betinho em cada pessoa que vê uma criança na rua ou tem medo de ser assaltado num cruzamento. É um Betinho miúdo, irrelevante. Essa vontade estava associada a uma criatividade excepcional. O mesmo Betinho que vivia falando em acabar com a fome (coisa velha) transformou o Ibase no primeiro provedor de serviços da Internet no Brasil (coisa nova). Era um mestre quando lidava com a imprensa. Verdadeiro artista driblando políticos. Sabia cortar como navalha. Talvez tenha sido o único brasileiro a conquistar a confiança do andar de baixo sem tentar manipulá-lo e, acima de tudo, sem se deixar manipular. Estabeleceu uma relação com o povo que só tem paralelo no episódio da Carta Testamento de Getúlio Vargas. O que Getúlio conseguiu mantendo-se, ele fez vivendo.

Betinho foi-se embora deixando para trás uma doce lembrança de sua vida. A sensação de que passou por aqui ensinando a banalidade do bem.

"Betinho entrou numa brecha da alma de todos os brasileiros porque lhes mostrou o tamanho de sua vontade. Há um pequeno Betinho em cada pessoa que vê uma criança na rua ou tem medo de ser assaltada num cruzamento."

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para que ficasse registrado que o encaminhamento que fiz quanto à votação do requerimento de pesar fosse registrado como encaminhamento pela Liderança do Bloco de Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concordo inclusive que a palavra do Senador Romero Jucá caberia mais num encaminhamento da votação do que evidentemente nesse momento em que se fez esse encaminhamento.

Com a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco-PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil perdeu há poucos meses uma das mais juvenis, eróticas e inquietas das vidas que por aqui foram vividas. Darcy Ribeiro, mineiro como Herbert de Souza, faz, na unidade da luta dos dois, um contrapólo, no sentido de mostrar essa identidade de compromissos com a vida, com a sociedade, numa diversidade de temperamentos, de formas de expressão, de gestos. Herbert de Souza era a firmeza, a tranquilidade, a certeza de que só se pode realizar uma vida individual quando esta se entrega ao seu conteúdo social, à sua realização como parte da sociedade. Herbert de Souza nasceu em Bocaiúva, interior de Minas Gerais, numa numerosa família em que a penúria, a pobreza mesmo, sempre foi companheira. Aos dez anos, Thánatos, a morte, se manifestava, o que seria uma constante na vida de Betinho. Em virtude da

Tuberculose foi afastado do seio de sua família. Seu pai construiu nos fundos de sua modesta casa um cômodo no qual Betinho passou 3 anos fora do convívio de seus irmãos. Seu pai protegeu os demais filhos afastando Betinho, até que o remédio para a Tuberculose pôde garantir a sobrevivência desse menino de Minas Gerais. Por isto talvez Betinho tenha sido tão feliz em todas as suas manifestações a respeito da morte.

Numa sociedade erótica, individualista, egoísta, excludente, numa sociedade que não nos ensina a viver e nem nos ensina a morrer, Betinho soube viver e soube encontrar na vida, desde os dez anos de idade, o seu conteúdo tânático, a fatalidade da proximidade, da frieza, da distância, da mágica, da incompreensão da morte.

Betinho sabia por experiência própria e soube manifestar como poucas pessoas que o mergulho no rio da morte é tão natural mesmo para ele que não havia negociado com o outro lado, não havia negociado com Deus ou com os deuses a sua sobrevivência, mas ele era perfeitamente tranquilo diante desta fatalidade que para ele nada tinha de fatalidade. A morte era algo tão natural quanto beber a água que corria das montanhas de Minas na cuia da mão. Portanto, a morte sempre o acompanhou, jamais o aterrorizou.

Os sonhos da juventude eram mais fortes. A ansiedade era maior quando Betinho, em Belo Horizonte, filiou-se como militante dos movimentos estudantis de esquerda. A vida e a inteligência ensinaram Betinho também a esperar e a transformar em realidade o sonho que a nossa sociedade fez cada vez menor. Ao invés das transformações, que o socialismo acendia como esperança da juventude, Betinho se transformou num lutador das transformações possíveis. Isso marca toda essa fase final de sua existência.

O mesmo aconteceu com seus dois irmãos, Francisco Mário, o mais velho, e Henfil. Foi o nosso sistema de saúde que matou os três, de início, contaminando-os com a AIDS, em virtude das transfusões de sangue a que eles tinham de recorrer por causa da hemofilia de que eram vítimas. Todos os três demonstraram o absurdo, o desumanismo, o descaso de nossa sociedade para com a vida e a saúde humana.

Como se não bastasse, o mesmo aconteceu com Florestan Fernandes, quando o sistema de saúde o atacou uma vez, contaminando seu fígado com hepatite incurável, e a segunda vez, quando Florestan Fernandes fez uma operação que lhe extirpou o fígado, fazendo com que ele se submetesse a um transplante daquele órgão. Já praticamente salvo, foi um tratamento equivo-

cado do hospital que levou a vida deste outro grande sociólogo brasileiro: Florestan Fernandes.

Agora, de poucos anos para cá, ao lado da AIDS, o sistema de saúde contaminou Betinho também com hepatite.

Portanto, o que vemos é que o sofrimento que ele enfrentava com tanta superioridade, a morte com a qual aprendeu a conviver, como só pessoas muito bem aquinhoadas conseguem ultrapassar os condicionamentos da nossa cultura erótica, individualista, egoísta, para entender, para compreender a presença constante de Thánatos ao lado de Eros. Ele já estava mais do que preparado. Para ele, esse transe não foi nada. A perda de Betinho é uma perda para nós que ficamos. A perda de Betinho é uma perda para as crianças brasileiras, que não encontrarão mais aquela mão magra e fria, alimentada por um coração quente, que lhes estendia o alimento e o remédio. A morte de Betinho é um sofrimento para todos os marginalizados brasileiros com que a sensibilidade social do grande Herbert de Souza soube irmanar-se durante toda a sua vida.

Portanto, como teremos toda uma sessão para lembrar e homenagear este grande vulto, apenas registro o sentimento que me produz o afastamento de Betinho. Tantas afinidades a minha triste, pobre e desguamecida figura guardava com ele, tantas afinidades com seus escritos, principalmente seus escritos sobre a morte. Eu também aprendi a conviver com ela e a entender o seu significado maior.

Betinho, talvez, como disse Leonardo Boff, "transformou-se numa explosão cósmica" – uma frase semelhante àquela que Darcy Ribeiro proferia quando se referia à pós-vida e ou a possibilidade de vida após a morte. Portanto, o que se foi de Betinho fisicamente era algo muito pequeno que agora se transformou já em cinzas. Mas o que Betinho representou para este trecho de nossa história é realmente uma lição de vida, uma lição de coragem, uma lição de humildade e segurança, humildade, modéstia e força, persistência, radicalismo na intransigência de sua bondade, na intransigência de sua confiança em que o futuro resgatará os males do presente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso duvidar que Betinho se preocupou a vida toda com alguns problemas. Sobre um deles pretenderei falar ligeiramente nesta sessão.

O Ministro Pedro Malan, indiscutivelmente uma figura respeitável deste Governo, "admite que a queda do nível de emprego nos grandes centros pode ter efeito negativo nas eleições". Em entrevista concedida a Eliane Cantanhêde*, da **Folha de S.Paulo**, o Ministro Malan reconhece que o combate à infla-

ção, a estabilização do Real, apresenta profundo custo social.

Eu me refiro a esse custo social como custo FHC. O que eu digo não resulta da perspectiva de um político ou de um Senador que deseja se opor ao Governo e encontrar argumentos para alimentar as suas críticas. Não!

Em 1958, defendi uma tese em Roma; em 1963, defendi uma tese, para catedrático, chamada Inflação, Ideologia e Realidade. Desde 1958, tenho-me preocupado, diuturnamente, com esses temas, esses temas que dizem respeito profundamente à vida humana, ao processo de dominação, de espoliação e de – para repetir Erich Fromm – "evisceração de uma parte da sociedade para a outra". Diz esse autor, discípulo de Freud e adepto de Marx, que não é só entre as pessoas que as relações sadomasoquistas se apresentam. Também na sociedade, diz Erich Fromm, uma classe social passa a ter prazer em eviscerar, em retirar a essência da outra classe social e, assim, enriquecer à custa da pobreza; passa a gostar de ver o próximo sofrendo. E, por mecanismos fantásticos que habitam o ser humano, a classe sofredora, masoquistamente, passa a gostar de sofrer.

Pois bem, eu, sempre, desde que comecei a estudar economia, percebi, felizmente, que a inflação é um dos instrumentos principais que produzem esse processo de esvaziamento, de exploração, de evisceração dos trabalhadores. Retira a sua essência laborativa, a capacidade e a força de trabalho que definem o homem como **homo faber** e passam essa essência alienada para os exploradores.

Portanto, desde 1958, tudo que escrevi orienta-se justamente nesse sentido, tangencia esse assunto ou tenta decifrar esses hieróglifos da sociedade moderna, da sociedade capitalista.

Para que se possa instrumentalizar essa luta e esse processo de aumento daquilo que o Presidente FHC chamava de mais-valia absoluta e de mais-valia relativa – sendo essa mais-valia a exploração do trabalho humano feito pela máquina, pela técnica, pela tecnologia – o que acontece é que aqueles... (*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

Eu iria fazer um breve resumo do século XV até os nossos dias das diversas formas pelas quais a cabeça dominante, a cabeça dos exploradores justifica a necessidade do arrocho salarial. E, se não existe inflação para arrochar, então outros instrumentos – isso escrevi neste livro publicado em 1980: "A crise da Ideologia Keynesiana" – outros instrumentos, como por exemplo os 51% de inflação sem reajuste salarial.

Não me refiro ao fechamento dos sindicatos para permitir o processo de exploração que a inflação faz no momento. Quando a inflação é retirada, é posta de quarentena, outros instrumentos de espoliação são colocados em ação. O Plano Real, para mim, colocou todos esses instrumentos, faltando apenas a reforma tributária para completar esses instrumentos a que me referi em muitos de meus modestos trabalhos.

Portanto, o que vemos agora é que a inflação brasileira, para realizar esse trabalho ladravaz, tinha que ser de 84% ou mais, atrapalhando, portanto, o cálculo econômico e o funcionamento da própria economia. Então, a inflação foi abolida, e foram colocados outros instrumentos de espoliação, que podem funcionar com a inflação zero ou próxima de zero.

Isso eu não inventei agora, não tirei da algibeira, não tirei do bolso ou da cartola de argumentos oposicionistas; há muitos e muitos anos, felizmente, tive a sorte, a felicidade de ter essa compreensão e de, portanto, não me surpreender com a presença desses instrumentos que substituem a inflação.

Para terminar, Sr. Presidente, Keynes, o maior economista deste século, ortodoxo, capitalista, afirma que existe uma tendência para a alta dos salários, que levaria a sociedade à crise e à destruição, e que, para se contrapor a essa tendência de alta dos salários, que se verificaria – diz ele – independentemente das melhorias tecnológicas, deve ser contraposta pela inflação. Para Keynes, inflação é uma forma de defesa da classe dominante, da burguesia, contra uma tendência – segundo ele, podemos recuar até Sólon – de elevação de salários. Portanto, assim se justifica o uso do instrumento inflacionário até o seu esgotamento.

Após o esgotamento da inflação como instrumento de dinamização e de expropriação, de acumulação de capital, agora, então, instrumentos não monetários e não inflacionários são postos em ação para manter as relações e proporções desumanas e os processos de transferência de riqueza, de vida, de trabalho e de resultados de uma classe social que produz para aquela que finge produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou apresentando na tarde de hoje um projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de seguro-garantia do executante em operações do sistema imobiliário.

Atualmente, a sociedade brasileira tem acompanhado a situação dramática em que se encontram os compradores de imóveis junto à Construtora Encol. Mais de quarenta e duas mil pessoas, que aplicaram suas poupanças, tendo como objetivo adquirir seu imóvel, encontram-se agora na iminência de vir a perder os recursos aplicados, frente à possível situação de insolvência absoluta daquela Empresa.

É papel fundamental desta Casa garantir que a sociedade possua instrumentos adequados para preservar a integridade de seus direitos. O exemplo da Encol serve de alerta para a importância de se criarem instrumentos que protejam as pessoas, evidenciando o vácuo legal que disciplina essa matéria.

É importante também destacar que a inexistência de mecanismos que preservem os recursos aplicados na compra de imóveis quando da insolvência do construtor original cria um perigoso risco sistêmico sobre todo o conjunto de instituições que operam no setor imobiliário. Existe, então, a possibilidade efetiva de que haja uma retração das atividades do setor, na medida em que as pessoas passam a perceber que não têm nenhuma garantia de que, no caso de insolvência da empresa responsável pela construção, terão sua obra concluída ou seus recursos ressarcidos.

Ora, esse fenômeno, além de comprometer as empresas que continuam operando no mercado imobiliário, prejudicará a retomada de investimentos nesse setor. É sabido que o setor imobiliário possui um forte poder multiplicador sobre as atividades da economia, com ampla capacidade de geração de empregos diretos. Assim, o comprometimento estrutural de tão vital setor da economia nacional pode vir a ter um impacto extremamente negativo sobre a renda nacional. Não podemos esquecer que o atual contexto nacional não pode prescindir da geração de empregos e, conseqüentemente, da renda.

Além do mais, é importante ressaltar que o Brasil possui, na atualidade, uma enorme carência de moradias em todas as faixas de renda da população. Suprir tal carência teria o condão, inclusive, de gerar os empregos tão reclamados por nossa conjuntura. Ainda sob o prisma social, faz-se necessário, por outro lado, criar mecanismos que garantam a segurança dos compradores de imóveis.

A forma mais efetiva de garantir a proteção ao comprador é estabelecer a obrigatoriedade de seguro, a ser feito pela empresa responsável pela comercialização, garantindo o direito do contratante no caso de inadimplência do contratado. Deve-se enfatizar que o seguro ainda não é universalizado em nosso País, o que causa prejuízos no funcionamento de todo o siste-

ma econômico. Em outros países mais desenvolvidos, a instituição de seguros é elemento basilar em todas as etapas do sistema produtivo.

Desse modo, é com o intuito de aperfeiçoar o funcionamento de nossas instituições sociais que submeto a esta Casa este projeto de lei, acreditando, com isto, viabilizar a estabilidade do setor imobiliário, a garantia dos direitos individuais e a retomada dos investimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucos brasileiros, neste nosso difícil final de século, encarnaram, com tanta fidelidade e harmonia, os ideais universais de igualdade, liberdade e fraternidade quanto o sociólogo Herbert José de Souza.

Betinho acaba de nos deixar, depois de uma sofrida e prolongada doença que jamais lhe deu motivo de desespero e alienação, pois ele soube usá-la como uma tribuna de conscientização de seus compatriotas, mobilizando-os para compreender e enfrentar os grandes desafios da saúde, da educação, do combate à fome e do emprego.

Desde cedo, Betinho ver-se-ia atraído para a vida pública em virtude de uma enorme paixão pelo Brasil. Uma paixão que assumiu várias formas ao longo de sua evolução como intelectual e como homem de ação.

Betinho e seus companheiros de geração sofreram no corpo e na alma o abrupto corte de todas essas esperanças. Num dado momento, em meio às trevas, sem visualizar maiores alternativas para o prosseguimento de sua luta, optaram por passar das armas da crítica à crítica das armas, com as conseqüências que hoje conhecemos.

Na prisão e, mais tarde, no exílio europeu e canadense, Betinho empreendeu uma profunda e corajosa autocrítica dessa opção, dela emergindo com uma renovada profissão de fé na democracia. Democracia não mais como uma palavra de ordem, instrumento tático na luta pela derrubada do regime, mas como um valor permanente a nortear a caminhada do povo brasileiro rumo ao progresso político, econômico e social.

De volta ao Brasil, no final dos anos 70, deu forma, consistência e vibração a essas idéias, criando o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas, entidade líder de uma rede de organizações não-governamentais voltadas à compreen-

são engajada do fenômeno da pobreza em todas as suas dimensões, bem como à democratização das tecnologias de organização social para que os setores marginalizados pudessem tomar nas próprias mãos a transformação de seu destino.

Acometido do mesmo mal que prematuramente ceifou seu irmão, o saudoso caricaturista Henfil, hemofílico como ele, Betinho transformou-se numa voz forte e respeitada na cobrança de políticas públicas humanas e eficazes, não apenas contra a AIDS, mas contra todas as doenças que indicam o nosso precário estágio de desenvolvimento social.

Organizador e mobilizador de grande talento que jamais perdeu a característica pessoal da afabilidade e do desprendimento, lutou para dar consequência social à enorme carga de energias nacionais, canalizando-as para os objetivos mais permanentes do combate à fome e ao desemprego, os grandes inimigos da plena afirmação da cidadania de dezenas de milhões de irmãos brasileiros.

É como apóstolo da democracia e da cidadania, no sentido mais verdadeiro e integral dessas palavras, que Betinho deixará sua marca em nossa história e um exemplo marcante e saudoso em nossa memória.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está previsto para amanhã o início da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que trata da reformulação tão necessária da Previdência Social.

Naquele oportunidade, haveremos de apresentar algumas emendas de plenário, pois queremos participar, de maneira efetiva, nesse processo de discussão, uma vez que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, os que não são membros titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não podem apresentar emendas por ocasião de discussão naquela comissão.

Sr. Presidente, veio a calhar a leitura que fiz de diversos veículos informativos mais importantes de nosso País neste final de semana. Por exemplo, a nobre jornalista do jornal **Folha de S.Paulo**, Marta Salomon, diz em seu artigo: "Das duas uma: ou o sistema oficial de contabilidade do Governo enlouqueceu ou ainda não começou a nova fase do Governo – de fazer e acontecer – que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ostenta."

Ela enumera a liberação de recursos para diversos municípios e Estados, e diz que isso ocorreu no final do Governo Itamar Franco e tem acontecido ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo a eminente jornalista Marta Salomon, que apresenta números extraídos do Siafi: "Algumas prioridades de FHC, inclusive projetos do "Brasil em Ação", carro-chefe da campanha à reeleição, receberam dinheiro a conta-gotas na primeira metade desse ano."

O programa de reforma agrária, por exemplo, recebeu apenas 6,28% da verba prevista para o ano; a conta dos gastos do Ministério de Política Fundiária não chegou a 15% do Orçamento; o combate à mortalidade infantil passa pelo mesmo aperto, apenas 12,59% do dinheiro prometido saíram dos cofres da União; o programa de geração de emprego e renda recebeu apenas 2,17% daquilo que estava preconizado, enquanto a modernização do Porto de Santos e a ponte da Ferronorte, ambos projetos ligados ao programa de privatização, receberam, no período, 70,87% e 36,90%, respectivamente. E assim por diante, Sr. Presidente.

Há também um brilhante estudo, que dura já seis meses, do eminente parlamentar do PSB do Rio de Janeiro, Deputado Federal Alexandre Cardoso. S. Ex^a está querendo apresentar emendas ou uma proposição para que os municípios sejam diminuídos em nosso País e elenca o número de municípios brasileiros que não têm capacidade de se auto-sustentarem. Estudos revelam que 54% das prefeituras do País não arrecadam o suficiente para pagar suas despesas administrativas e das Câmaras Municipais. Nem para pagar somente essas despesas de custeio, Sr. Presidente.

Portanto, irei apresentar amanhã emenda de plenário, com o seguinte teor:

"§ 2º A União destinará à Previdência Social, mensalmente, o valor relativo ao crédito do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, referente ao débito de cada Município, o qual não poderá ultrapassar nove por cento da correspondente parcela municipal do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, prevista no art. 159, I, b.

Sr. Presidente, já existe uma medida provisória editada que permite o parcelamento da dívida dos Estados e Municípios em até 240 meses a partir da renegociação, período em que o Governo irá transferir diretamente para os cofres do Instituto Nacional de Seguro Social uma importância de até 9% em relação ao débito do município para com o INSS.

Sr. Presidente, em corroboração à medida provisória do Governo Federal, estamos apresentando dois artigos:

"Art. As dívidas dos Municípios com o Instituto Nacional de Seguro Social -INSS, vencidas até fevereiro de 1997, poderão ser convertidas total ou parcialmente em obras de interesse social local, sob fiscalização daquele Instituto."

Isso, Sr. Presidente, é para evitar que os municípios incapazes de pagar aquilo que foi renegociado, reescalonado com 240 meses, com 360 meses, não tenham que mandar dinheiro para o Governo Federal, para os cofres do INSS e depois virem aqui buscar novamente dinheiro para que possam fazer alguma obra física no seu município. V. Ex^{as} bem sabem que o dinheiro quanto mais anda, mais pulverizado fica, mais diminui.

Então, penso que não justifica o município tirar dos seus cofres públicos recursos destinado ao INSS oriundo de débitos constituídos em gestões anteriores, para depois vir aqui buscar dinheiro a fundo perdido, fazer financiamento, operações de ARO, que estão inviabilizando todos os municípios brasileiros. Estima-se em 54% o número de municípios sem condições de saldar os seus compromissos.

O § 1º da minha Emenda estabelece:

"§ 1º Se a conversão em obras for inferior ao montante da dívida a ser paga durante o quadriênio 1997-2000, a Prefeitura deverá complementar o pagamento ao INSS."

E acrescentamos um § 2º estabelecendo que:

"§ 2º A União ressarcirá os cofres da Previdência da importância relativa aos valores das obras executadas, conforme o disposto no **caput** desse artigo."

Evidentemente que as prefeituras não poderão converter seu débito para com o INSS em obras se alguém não for arcar com esse compromisso, já que o dinheiro do INSS é dinheiro do contribuinte, mas a União, que já fez isso para o Proer, poderá fazê-lo, também, por ocasião do Proar, o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Municípios. Só para o Proer foram mais de 20 bilhões. Isso significará uma gota d'água na imensidão que foi destinada ao Proer. As obras não concluídas até o final do quadriênio constituirão prioridade para a administração municipal seguinte. Eis a justificção.

Gostaria, portanto, por ocasião da discussão da matéria, quando voltaremos a abordar o tema, de

pedir aos nobres colegas Senadores que reflitam sobre o projeto, a emenda que estamos apresentando à PEC nº 33, no sentido de que os Municípios que estão endividados, sem a menor capacidade de saldar seus compromissos, tenham esses recursos revertidos em obras locais. Se não ajudarmos os municípios, Sr. Presidente, não sei quem o fará. Aqui está o artigo da eminente jornalista Salomon.

O Sr. Edison Lobão – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo o aparte ao eminente Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão - Faço este aparte para apresentar a V. Ex^a minha solidariedade no que diz respeito a esse projeto, de grande repercussão junto aos municípios. Na verdade, nossos municípios estão vivendo hoje uma situação de descalabro financeiro, muitos por culpa de alguns administradores, mas a maioria em razão de dificuldades de receita; além disso, as despesas com o INSS são, de fato, muito elevadas. Portanto, o socorro que V. Ex^a propõe aos municípios é oportuno e de inteira justiça a essas comunidades. Tem V. Ex^a a minha solidariedade.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço o aparte do eminente Senador Edison Lobão, que muito bem representa o Maranhão, um dos estados que também passam pelas mesmas dificuldades como a maioria dos estados pobres, sobretudo do Norte e Nordeste do nosso País. Mas esse fenômeno não está adstrito, restrito tão-somente aos estados das regiões mencionadas, nobre Senador Edison Lobão. O Deputado que fez esse estudo comprovou isto também nos Estados do Sul e Sudeste: que os governos atuais estão em total incapacidade para pagar os compromissos feitos por administrações anteriores e que esses compromissos com INSS, FGTS, via de regra, atingem de 20% a 30% de toda a arrecadação municipal.

Sr. Presidente, eu já havia elaborado essa emenda que pretendo fazer à PEC nº 33 já há algum tempo. E, recentemente, quando estávamos próximos de produzir o programa do Partido da Frente Liberal, telefonei aos mais de 30 prefeitos dos municípios tocantinenses solicitando que fizessem uma produção cinematográfica ou um vídeo sobre uma obra que eventualmente tenham construído. A resposta foi uma só: "Estamos tão-somente rolando pagamentos, pagando aqueles compromissos assumidos pelos prefeitos anteriores e até o momento não tivemos oportunidade de sequer fazer uma obra em nosso município".

Por isso, Sr. Presidente, por ocasião da discussão da tão esperada Proposta de Emenda nº 33 da

Previdência Social, eu gostaria de contar com o apoio dos nossos ilustres pares nesta Casa a fim de que possamos socorrer os Municípios por meio do Proar – Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos nossos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto é simples. Apresentei um requerimento à Comissão de Assuntos Sociais, mas pensei que esse requerimento devesse ser apresentado ao Plenário ou a outras comissões. Assim, farei sua leitura na totalidade para que esta Casa tome conhecimento.

REQUERIMENTO

"Requeiro, na forma regimental, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que seja convidado o Excelentíssimo Sr. Orleir Cameli, Governador do Estado do Acre, com a finalidade de dar conhecimento, aos Membros da Comissão, do programa que o Governo daquele Estado vem executando na área da saúde, particularmente na de suprimento de medicamentos, destinados à população carente."

Justificação

"Com freqüência, o Sr. Governador do Estado do Acre vem sendo submetido a severas críticas, muitas das quais sabidamente infundadas e com evidente motivação política.

Contudo, sabe-se que o Governador daquele Estado vem executando um eficiente programa de saúde pública de largo alcance para a população menos favorecida, notadamente na área de suprimento de medicamentos essenciais.

Particularmente, deve interessar à Comissão de Assuntos Sociais conhecer as razões que levaram o Governador do Estado do Acre a importar medicamentos, em vez de adquiri-los no mercado interno, para avaliar as conseqüências do procedimento, quer em relação à economia nacional, quer no que se refere às finanças públicas do estado."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador Orleir Cameli, ao comprar medicamentos da Holanda, teve a oportunidade de gastar apenas

R\$3 milhões; se os comprasse aqui no Brasil gastaria R\$23 milhões.

Isso implica que, se o Sistema de Saúde do País levasse em consideração esse exemplo e buscasse comprar medicamento na Europa, evidentemente, teríamos medicamento de melhor qualidade a custo baixíssimo e, conseqüentemente, poderíamos atender a todo esse povo carente que está hoje enfermo, no País, sem assistência médica.

É sabido que esta Casa, apoiando o Governo Federal, aprovou a cobrança do CPMF no ano passado e, com essa cobrança, aumentou a arrecadação em mais de R\$6 bilhões e, no entanto, a saúde do País está na UTI.

E aparece, agora, o Governador do Acre com essa fórmula mágica, que é comprar lá fora, na Holanda, por R\$3 milhões, um medicamento que aqui, no Brasil, custa R\$23 milhões. E ainda mais: o medicamento, ao sair da indústria para o Brasil, já sai etiquetado. Em cada caixa do medicamento consta o nome do Município onde ele vai ser distribuído, oferecendo uma margem de segurança muito grande.

Eu, que tenho acompanhado todas as críticas que são tecidas contra o Governador Orleir nesta Casa e em todo o Brasil, penso que, quando se tem um ato de proveito, bem-sucedido, de S. Ex^a, temos que anunciar aqui. Se a imprensa divulgasse que o Governador Orleir tem dado fardamento a todo estudante daquele Estado, que tem comprado bicicleta para doar a alunos que estudam distante de suas casas, que tem ajudado muito as áreas da educação e da saúde e ainda tem feito um trabalho, um programa sério nessa área de compra de medicamentos, evidentemente o Governador do Acre mereceria ser convidado para vir ao Senado para esclarecer como está comprando esses medicamentos, para que outros Estados, outros Municípios sigam esse exemplo e dêem condições de um atendimento melhor na área da saúde. O próprio Governador já se prontificou, a partir do dia 16 deste mês, a ser ouvido na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República.

Era o que gostaria de dizer.

Durante o discurso do Sr. Ernandes Amorim, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina, por

cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

A seguir, concederei a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com pesar que também somo a minha voz aos dos colegas que me antecederam, registrando o falecimento do sociólogo Herbert de Souza, nosso Betinho.

Tive a oportunidade de conhecê-lo e de encontrar-me com ele várias vezes. Participei de um programa de entrevistas no qual ele era o entrevistador. Betinho fez-me uma pergunta muito interessante, a qual guardo em minha memória. Também, fez-me perguntas de cunho mais teórico com relação ao desenvolvimento da Amazônia; perguntou-me o que eu achava do desenvolvimento sustentável; qual era a saída para as populações tradicionais e, finalmente, o que significava a terra para mim. Como fui apanhada de surpresa, respondi-lhe que a terra, para mim, era uma grande barriga que nutria todos os viventes que ela comportava.

Betinho disse que a resposta tinha tocado o seu coração porque era assim que ele também via a terra: como uma grande mãe para todos aqueles que ela comporta.

Mas também tive a felicidade de receber por parte de Betinho a proposta para elaboração de uma cartilha em conjunto, para popularizar a lei de acesso aos recursos da biodiversidade, cujo Relator é o Senador Osmar Dias, quando fosse aprovada pelo Senado da República. Ele disse que gostaria muito que, uma vez aprovada essa lei, houvesse um mecanismo para que todas as pessoas, as comunidades, os caiçaras, os caboclos, os ribeirinhos, os seringueiros, os índios, os babaçueiros, enfim todos aqueles que lidam diretamente com os recursos da nossa biodiversidade pudessem entender do que a lei tratava. Ele queria fazer a cartilha de forma simples, mas sem simplificar a questão, que é polêmica, complexa. Entendia ele que era possível mostrar isso de modo que as pessoas pudessem ter a lei como um instrumento para evitar a exploração indevida de nossos recursos genéticos e biológicos.

Acredito que as pessoas que darão continuidade ao trabalho de Betinho continuarão com esse propósito. Eu continuarei com o propósito de fazer valer essa sugestão maravilhosa de Betinho.

Em algumas oportunidades, tenho repetido a frase do poeta Leo Buscaglia:

"Somos todos anjos com uma só asa e só voamos quando estamos abraçados".

Espero que Chico Mendes, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire estendam suas asas para abraçar Betinho num grande vôo e nos permitam seguir o exemplo de vida dessas pessoas, para continuarmos sua obra aqui na terra para o povo brasileiro, como bem dizia Darcy Ribeiro. Precisamos desses exemplos de pessoas com defeitos, paixões, medos e muitos problemas para enfrentar, mas que têm coragem para dedicar sua vida ao interesse do Brasil e a uma causa nobre. Isso nos dá um grande incentivo para praticar em nossas vidas o que eles foram capazes de fazer. Se pessoas de carne e osso fizeram isso, nós, seus iguais, poderemos dar continuidade a seus trabalhos.

Este é um momento de tristeza para mim e para milhares de brasileiros. Acredito que as pessoas passam por esta vida e, depois, de alguma forma, continuam em algum plano que Deus lhes concede.

Sabemos todos que estamos sem uma referência do trabalho de solidariedade que vinha sendo feito e que nos fazia partir de exemplos concretos, não apenas para apresentar um diagnóstico ou denúncia dos problemas existentes, mas para buscar solução para eles. A vida dessas pessoas nos encantou, porque foram capazes de identificar e de denunciar os problemas e, sobretudo, de apresentar soluções para eles.

Paulo Freire criou um método para a educação dos excluídos.

Darcy Ribeiro criou um sistema para valorizar a cultura do povo brasileiro, as suas entranhas, mostrando como fazer a junção da casa grande com a senzala, a junção da tradição com a modernidade. É por isto que a sua obra é grandiosa: a sua obra é a sua vida.

Chico Mendes, mesmo sendo uma pessoa simples, foi capaz de mostrar para o mundo todo o desafio de desenvolver e de promover justiça social preservando e respeitando a natureza, respeitando o meio ambiente.

O Professor Florestan Fernandes foi, acima de tudo, um teórico, um filósofo que soube mostrar para o mundo o pensar e o agir nas páginas do mesmo livro, unindo prática e teoria, unindo o desejo de liberdade com o ato de exercitar a liberdade no seu próprio ato de viver. E assim por diante.

Betinho foi o exemplo que uniu os problemas e o sofrimento deste País com o remédio para suas chagas, que se chama solidariedade.

Com essas palavras, eu me somo a todos aqueles que hoje lamentam a morte de Herbert de Souza, nosso querido Betinho, que nos deixou, como os outros que acabei de mencionar, a sua maior obra: o seu exemplo de vida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu nome e em nome do povo goiano que represento nesta Casa, eu não poderia deixar de associar-me à dor que enluta toda a família brasileira, com o desaparecimento do sociólogo Herbert de Souza, o querido Betinho. Esse grande cruzado do bem, das causas populares e da cidadania, desaparece do nosso convívio deixando um exemplo inesquecível de força, de superação, de renúncia e de grandeza, que vai perdurar pelo tempo. Ele estabelece nova dimensão para a capacidade do homem de servir, sem servir-se, de lutar pelos semelhantes, mais do lutar para si.

Na galeria dos benfeitores mais reconhecidos deste século, Betinho terá um lugar especial. A doença insidiosa não quebrou suas energias para amparar os mais fracos, e foi graças a essa determinação que ele criou neste país a mística da solidariedade humana, inspiradora de muitas decisões que foram tomadas pelos poderes públicos. Em Goiás, nós temos o exemplo vivo da Secretaria de Solidariedade Humana, que foi criada pelo Governador Maguito Vilela, tendo Betinho como patrono da iniciativa.

Nos tempos difíceis desse final de século para os excluídos, a imagem de Betinho acabou por confundir-se com a figura de um apóstolo moderno, com sua crítica social cortante e sincera, com a determinação que imprimiu às suas iniciativas, com a sua coragem para afastar seguidores de ocasião que tentaram partidarizar a sua luta. Além de tudo isso, ele deixou ensinamentos edificantes para as vítimas da AIDS, o grande mal desse final de século, mostrando que cada dia é mais um dia de renovação da vida, e que o enfraquecimento do corpo não deve consumir a alma, se ela for inspirada pela luta em torno das grandes causas humanitárias.

Ninguém neste País conscientizou tanto para a dor da fome. E muito poucos conseguiram ser tão fiéis ao discurso social. Ele materializou as suas teses sem ter um único cargo político, sem ter tribuna, sem ter fortuna, crescendo perante a Nação como andarilho da palavra, da ação e do convencimento, sem colher benefícios pessoais, senão no reconhecimento histórico, que é a missão que a nós, que estamos ficando, cabe perpetuar. Vítima da intolerância política, Betinho não permitiu que sua luta fosse alimentada pelo ressentimento. Pelo contrário, o amor que distribuiu entre os semelhantes não sofreu as recaídas do ressentimento, e também não deixou que outros fizessem isso por ele.

Para mim, Betinho está deixando lições cristãs e de vida tão fortes que nem a capacidade de esquecimento dos homens vai apagar da nossa memória. Como farol que iluminou muitas esperanças, e como homem que superou seus próprios limites físicos na promoção do bem, ele é a versão moderna do Quixote que foi muito além dos sonhos, pelo que fez de real e por sua enorme capacidade para reinventar o possível. Eu gostaria de estar vivendo num país em que muitos outros Betinhos ajudassem a fazer uma sociedade mais justa, mais sensível, mais solidária e menos egoísta. Penso que cada um de nós é hoje um eleitor incondicional dessa alma singular e superior que haverá de inspirar as nossas solidariedades cristãs daqui para o futuro, para sermos mais dignos de nós mesmos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do Partido Socialista Brasileiro, manifesto o nosso sentimento e dor pela morte do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Ele vai nos fazer muita falta. O Brasil e o mundo seriam outros se todas as pessoas tivessem a compreensão – como teve o Betinho – do que é importante viver na vida.

Como uma pessoa cheia de sentimentos, que soube valorizar sua existência como ser humano, uma pessoa desprendida dos bens materiais, que só pensou no seu semelhante, no seu próximo, uma pessoa que viu a todos como irmãos, uma pessoa que teve o sentimento dos socialistas, Betinho pôde

morrer tranqüilo, como um homem realizado. É evidente que o mundo não está como ele queria, mas ele conseguiu aquilo que poucas pessoas na vida conseguem ao longo da sua efêmera existência. Todos nós, evidentemente, temos de morrer um dia. Ele também teve o seu dia. Porém, foi ele um homem de tanto valor que hoje é lembrado e admirado por todas as pessoas, de todos os matizes ideológicos. É extremamente respeitado e vai ficar para a história. É lembrado no Brasil e no mundo inteiro pelo seu trabalho.

Acredito que seja isso que muitas pessoas lutam para conquistar na vida: valorizar sua existência, pensando no próximo, em fazer o bem e, ao ir deste mundo, deixar essa lembrança. Esse deve ser o objetivo de quem está aqui, como nós estamos: trabalhar para, no dia em que formos embora, sermos valorizados e queridos. Isso é o que a vida nos deixa.

Registro, assim, com muito sentimento, a morte de Betinho, esperando que seu trabalho seja compreendido e que pessoas sejam inspiradas na sua atitude de mudar a sorte do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero de uma outra questão e fazer uma crítica contundente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, mais uma vez, o Governo comete um engano. Esse cidadão insensível e sem nenhuma compreensão do que o povo brasileiro está de fato precisando tomou a decisão de, por medida provisória, estabelecer que o comércio pode ser aberto aos domingos, no Brasil inteiro.

Essa questão vem sendo discutida há anos no Congresso Nacional. Existem inúmeros projetos de lei sobre essa matéria, que nunca conseguiram prosperar e ter a aprovação do Congresso Nacional.

As entidades ligadas aos trabalhadores da área têm-se manifestado contrariamente. Houve recentemente o protesto da Federação do Comércio do Estado do Pará, mas sei que isso ocorrerá em todo o Brasil.

O Presidente da República, desrespeitando, mais uma vez, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira, decide, como se fosse um deus, um verdadeiro imperador, que esta é a forma de gerar mais empregos no Brasil: deixar que o comércio abra aos domingos e feriados, obrigando os trabalhadores a terem de se sacrificar mais para ganhar a sua vida.

Não é abrindo o comércio aos domingos que se conseguirá atingir tal objetivo, até porque normas que regem a matéria já estabelecem onde o comér-

cio pode ser aberto: nos aeroportos, nas áreas de alimentação e em muitas outras. Isso está bem regulamentado; não havia nenhuma razão para que o Presidente tomasse essa decisão. E o pior é que Sua Excelência remendou uma de suas medidas provisórias que vêm tramitando há tempo neste Congresso Nacional e transformou-a em lei, sem que essa discussão passasse pelo Congresso ou pelos interessados na matéria, que são os trabalhadores dessa área em todo o País.

O Presidente da República sabe que o Congresso Nacional não vota as medidas provisórias; elas são editadas, reeditadas e reeditadas. A medida provisória que criou o Plano Real até hoje não foi votada pelo Congresso Nacional; todos os meses é reeditada. O Senado aprovou uma emenda constitucional estabelecendo critérios para a edição de medidas provisórias, mas parece que essa questão está dormitando na Câmara dos Deputados, não anda, não vai para a frente.

E o Presidente, desrespeitando a Nação brasileira, desrespeitando o Congresso Nacional, decide uma questão de tamanha importância por medida provisória. Muito melhor faria o Presidente Fernando Henrique Cardoso se estabelecesse uma nova política industrial no Brasil, se não permitisse que exportações de produtos semi-elaborados fossem feitas, se não tivesse feito uma lei criminosa, como é a Lei Kandir, que isenta do pagamento de ICMS as empresas que exportam produtos semi-elaborados e que está prejudicando não apenas os Estados exportadores de matéria-prima, mas a definição de uma política industrial que estimulasse o surgimento de mais indústrias, gerando mais emprego; uma política de financiamento, por exemplo, para verticalizar a produção das matérias-primas que o Brasil manda para o exterior – madeira, minérios etc. A produção agrícola de nosso País segue para a Europa, para a Ásia, para os Estados Unidos sem nenhum beneficiamento, gerando mão-de-obra lá fora.

Mas, não, o Presidente da República decide que o comércio tem de abrir aos domingos e que é essa a forma de gerar mais empregos.

A medida provisória, que passa a valer como lei, é muito ruim, e o nosso "Imperador" – Fernando Henrique Cardoso – decide, a cada instante e a cada dia, o que o resto do Brasil inteiro deve fazer. A Medida Provisória diz que agora o trabalhador é obrigado a ter folga em pelo menos um domingo. Que coisa ridícula! Enquanto vários países do mundo in-

teiro estão usando como forma de criar emprego a redução da jornada de trabalho, em função da automação, em função da informática, que causa uma redução natural da mão-de-obra – a Alemanha baixou a jornada de trabalho para 35 horas semanais e já existem países na Europa com 32 horas semanais – aqui o Presidente da República decide que os trabalhadores têm que trabalhar agora aos domingos no comércio.

Todos sabem que esses trabalhadores serão sacrificados nessa tarefa. O trabalhador brasileiro ganha tão pouco que, em função da sua necessidade, se for obrigado a trabalhar em qualquer hora extra, em qualquer domingo, ele vai trabalhar, vai sacrificar-se, vai dar tudo de si para dar uma melhor condição à sua família. A relação com a família, o lazer, a sua relação com seus filhos, sem sombra de dúvida estará altamente prejudicada.

Por isso quero aqui condenar, da maneira mais veemente possível, a atitude do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Que ele tivesse tido a idéia e mandasse para cá um Projeto de Lei, para ser discutido pelo Congresso Nacional, para ter a participação, a anuência da representação dos trabalhadores de todo o País, dos segmentos empresariais; que tal discussão fosse travada de maneira franca, onde prevalecesse o bom senso e a vontade da maioria do povo brasileiro; aceitaríamos que tivesse mandado o projeto. Mas fazer isso por medida provisória é um ato de covardia que o Partido Socialista Brasileiro não aceita e não entende. Vamos protestar contra isso, vamos fazer um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, a fim de que as medidas provisórias, que rolam por meses e meses, criando fatos consumados, sejam votadas pelo Congresso Nacional.

Pedimos inclusive ao Presidente desta Casa que interfira junto à Câmara dos Deputados, a fim de que a decisão que tomamos no Senado Federal de regulamentar a tramitação de medidas provisórias em nosso País passe a ser trabalhada naquela Casa para evitar tamanha ousadia, tamanha inconveniência de um presidente que se julga dono da verdade e senhor absoluto desta terra.

Portanto, registro aqui meu protesto, em nome de meu Partido, contra a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiá-

vel, pelo prazo de cinco minutos, ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, trago nesta tarde, para reflexão nossa, em breves minutos, algumas considerações no sentido da questão que está aí colocada em relação às reformas.

Há um movimento forte no Brasil, Sr. Presidente, principalmente no seio do Governo, no sentido de que as reformas precisam acontecer. E há quem diga, até do Governo, que se elas não se concretizarem agora não teremos solução. O plano inclusive estará à deriva, vamos sofrer problemas de continuidade do plano que está aí colocado. Há setores do Governo que dizem que, se não fizerem as reformas, não vai ter mais solução. Estamos a viver aí o caos, praticamente.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro aqui que elas precisam acontecer. Também comungo da idéia de que as reformas precisam ser colocadas em prática. Convenhamos que perdemos tempo, que o Governo, que o Congresso Nacional, que a Nação perdeu com isso, todos nós perdemos. Não canso de dizer que, em 1994, no meio na campanha, o que se anunciavam eram reformas nos campos tributário, da previdência, da reforma administrativa, que seriam fundamentais para que o plano tivesse continuidade. Com a posse do Presidente, com a posse do Congresso Nacional, era voz corrente de que precisávamos logo colocar em prática isso. E, salvo engano, todos os recessos foram convocados para que, de plantão, o Congresso avançasse nesse sentido. Estamos aí agora já terminando a convocação, entrando em agosto, no outro período, e o que se fala também é em relação às reformas. As reformas são necessárias, senão o Brasil vai parar.

Não sei, Sr. Presidente e nobres colegas, mas penso que a tropa de choque – como se diz -, os que têm força, no momento oportuno não têm agido como deveriam. Creio que o esforço, a concentração, o dar-se as mãos, não ocorreu na hora certa. Dois anos e meio se passaram e não avançamos o suficiente em relação a isso. Tínhamos que ter andado mais depressa. Eu mesmo, Sr. Presidente, tenho dito ao Presidente da República sobre uma questão que não foi a mais acertada. Perdemos terreno em relação às reformas estruturais deste País no momento em que colocamos a reeleição na frente. Deuse a entender que o projeto era mais direcionado a continuar o mesmo grupo no poder. E aí, é claro, al-

guns partidos políticos recusaram as reformas, afastaram-se e não tem se avançado como seria aconselhável.

Em razão disso, começamos a ser mais morosos, mais devagar, no que se refere à reforma tributária, previdenciária e da própria reforma administrativa.

Vamos conseguir sim, Sr. Presidente, nobres Colegas, fazer uma reforma, mas acredito que, agora, é uma reforma apenas possível, não a desejada. A desejada, aquela que nós pregamos também na campanha de 1994, aquela que o Presidente, enfim, todos nós estávamos imbuídos das melhores intenções, aquela que todos nós desejávamos oferecer ao Brasil e que a maré era favorável naquele momento, agora é possível. A onda também vinha ao encontro disso, e tudo o que acontecia no Brasil era a favor daquilo, para desembocar numa reforma profunda, para se evitar o que está acontecendo hoje – revolta da PM, insegurança em vários lugares, a falta de acerto nas decisões. Penso que já deveríamos ter vencido tudo isso, e aí sim, falar em reeleição seria um capítulo à parte. Vamos sentar para conversar sobre reeleição. Penso que seria muito melhor para conduzir o processo. Quando colocamos a reeleição antes de terminarmos o trabalho de reformas, quer queiramos ou não, começamos a sentir alguns percalços pela frente. Essa é uma grande verdade.

Assim, quero deixar registrado que é preciso fazer as reformas. Vamos conseguir, pelo que ouço, pelo que sinto, por aquilo que a minha percepção ao longo desses mandatos que já desempenhei na vida pública ou andando por aí, uma reforma possível. Mas não a desejada, não aquilo que nós pregamos, não aquilo que o Governo também tem aventado ao Brasil inteiro. Por isso, o esforço, o trabalho de convencimento agora terá que ser muito mais redobrado. Para dizer: Não há interesse pessoal, não há interesse de continuar, não é por estar pensando em outro mandato que estou querendo que se pregue essa reforma. O interesse é do Brasil, não é interesse nosso. Esse convencimento de 3/5 é mais difícil, quer queiram, quer não.

Mesmo não querendo, esse fato está em discussão: será que não se está preparando um terreno para daqui há quatro anos? Quer dizer, tal fato entra em pauta. Se tivéssemos pregado o que é a reforma, que se trata de preparar o Brasil para o futuro e que é disso que precisamos, tenho certeza de que, hoje, estaríamos sentados para conversar sobre a reeleição, a reforma eleitoral, com uma facilidade muito maior.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que para implantarmos as reformas estruturais que o País aguarda – sem elas não há condições de tocar o Plano, segundo o próprio Governo – é mais difícil, mas vamos conseguir. O esforço terá que ser redobrado, durante o dia, à noite, a toda hora, a todo momento, para conseguirmos algo que não seja o possível, mas o desejável.

Eram, Sr. Presidente, nobres colegas, estas as considerações que eu não poderia deixar transcorrer sem registro nesta Casa. O momento, mesmo estando todos mergulhados, participando em parceria, é muito mais difícil. O trabalho de convencimento será redobrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 548, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência submeter à deliberação do Plenário para a inclusão em Ordem do Dia o PLS nº 229, de 1995, que "dispõe sobre a Política de Irrigação e Drenagem e dá outras providências", por não ter sido proferido o seu parecer no prazo regimental, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. – Senador **Waldeck Ornellas**.

REQUERIMENTO Nº 549, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência submeter à deliberação do Plenário para a inclusão em Ordem do Dia o PLS nº 148, de 1996 que "dispõe sobre incentivos fiscais diferenciados para a capacitação tecnológica no Norte e no Nordeste, altera as Leis nº 8.248, de 1991, e nº 8.661, de 1993, e dá outras providências", por não ter sido proferido o seu parecer no prazo regimental pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. – Senador **Waldeck Ornellas**.

A SRª PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, após a manifestação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 1997

Estabelece a obrigatoriedade de seguro-garantia do executante em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de seguro-garantia do executante quando da venda de imóveis que não estejam em condições de ocupação imediata pelo comprador:

Parágrafo único – A realização efetiva do seguro é responsabilidade da empresa que realiza a venda do imóvel (contratado-tomador), sem prejuízo da solidariedade civil e penal de outros entes, que participam da transação imobiliária.

Art. 2º o custo do seguro-garantia deverá ser demonstrado separadamente na planilha de custos do imóvel.

Parágrafo Único – Do valor total do custo do seguro, a empresa tomadora do seguro responsabilizar-se-á por 70% (setenta por cento), cabendo os restantes 30% (trinta por cento) ao mutuário.

Art. 3º São condições necessárias para a realização do seguro-garantia:

I – existência de um contrato principal, firmado entre o tomador e o mutuário;

II – a apólice será um espelho fiel do contrato principal, no que se referir a prazo e valores garantidos;

III – indispensável o prévio cadastramento do tomador junto ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB);

IV – a taxa e as condições estabelecidas pelo IRB não poderão sofrer qualquer alteração à revelia do referido órgão.

Art. 4º A apólice do Seguro-Garantia somente expira ao término do prazo estipulado do contrato principal.

Art. 5º O Banco Central do Brasil – BACEN será responsável por acompanhar o efetivo cumprimento do disposto nesta lei.

Parágrafo único. caberá ao Bacen remeter trimestralmente para as Comissões de Fiscalização e Controle do Poder Legislativo a demonstração do cumprimento desta lei.

Art. 6º A não observância do disposto nesta lei será considerada crime de estelionato, sujeitando os responsáveis às sanções penais e cíveis cabíveis.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei ao prazo de noventa dias, contados do início de sua vigência.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Atualmente, a sociedade brasileira tem acompanhado a situação dramática em que se encontram os compradores de imóveis junto à Encol. Mais de 42.000 pessoas que aplicaram suas poupanças, tendo como objetivo adquirir o seu imóvel, encontram-se, agora, na iminência de vir a perder os recursos que foram aplicados, frente a possível situação de insolvência absoluta daquela empresa.

É papel fundamental desta Casa garantir que a sociedade possua instrumentos adequados para preservar a integridade de seus direitos. O exemplo da Encol serve de alerta sobre a importância de se criarem instrumentos que protejam as pessoas, evidenciando o vácuo legal que existe disciplinando a matéria.

É importante, também, destacar que a inexistência de mecanismos que preservem os recursos aplicados na compra de imóveis, quando da insolvência do construtor original, cria um perigoso risco sistêmico sobre todo o conjunto de instituições que operam no setor imobiliário. Isto é, existe a possibilidade efetiva de que haja uma retração das atividades no setor, na medida em que as pessoas passam a perceber que não têm nenhuma garantia de que, no caso de insolvência da empresa responsável pela construção, tenham sua obra concluída ou seus recursos ressarcidos.

Ora, esse fenômeno, além de comprometer as empresas que continuam operando no mercado imobiliário, prejudicará a retomada de investimento neste setor. É sabido que o setor imobiliário possui um forte poder multiplicador sobre as atividades da economia, com ampla capacidade de geração de empregos diretos. Assim, o comprometimento estrutural de tão vital setor da economia nacional pode vir a ter um impacto extremamente negativo sobre a renda nacional. Não podemos esquecer que o atual contexto nacional não pode prescindir da geração de empregos e, conseqüentemente, da renda.

Além do mais, é importante ressaltar que o Brasil possui, na atualidade, uma enorme carência de moradias em todas as faixas de renda da população. Suprir tal carência teria o condão inclusive de gerar os empregos tão reclamados por nossa conjuntura. Ainda sob o prisma social, faz-se necessário, por outro lado, criar mecanismos que garantam a segurança dos compradores de imóveis.

A forma mais efetiva de garantir a proteção ao comprador é estabelecer a obrigatoriedade de seguro, a ser feita pela empresa responsável pela comercialização, garantindo o direito do contratante, no caso de inadimplência do contratado. Deve-se enfatizar que o seguro ainda não é universalizado em nosso País, o que causa prejuízos no funcionamento de todo o sistema econômico. Em outros países mais desenvolvidos a instituição de seguros é elemento basilar em todas as etapas do sistema produtivo.

Desse modo, é com o intuito de aperfeiçoar o funcionamento de nossas instituições sociais que submeto a esta Casa este projeto de lei, acreditando, com isto, viabilizar a estabilidade do setor imobiliário, a garantia dos direitos individuais e a retomada dos investimentos.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1997. –
Senador **Edison Lobão**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, a, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O projeto lido será publicado e encaminhado às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/62, de 1997 (nº 2.387/97, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso – FLTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar o Dia das Artes, de acordo com o reque-

rimento nº 370, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva e outros senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica que estão abertas as inscrições para as seguintes homenagens no tempo destinado à Hora do Expediente:

– 4 de setembro de 1997, homenagem à Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu jubileu de prata;

– 30 de setembro de 1997, comemoração aos 170 anos **do Jornal do Commercio**; e

– 1º de outubro de 1997, homenagem ao Dia Nacional do Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Gilvam Borges e Júlio Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados, de acordo com o art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde sábado, o Brasil está de luto pelo desaparecimento de um de seus maiores estadistas: Betinho.

Personagem imortalizado na música "O Bêbado e o equilibrista", feito hino do movimento pela anistia, como o irmão mais velho do famoso cartunista Henfil, tomou-se, depois, com seu próprio nome e por seu próprio mérito, o mais influente político sem mandato da história recente do país.

Antena sensível da sociedade para a questão social e contraponto ao discurso hegemônico da eficiência econômica a qualquer preço, Betinho representou a antítese do Brasil oficial, muitas vezes insensível à dor surda dos excluídos, ou como quer nosso Presidente, "à voz rouca das ruas".

Betinho encarnou o sofrimento popular e deu voz às milhões de bocas famintas e silenciosas de nosso povo.

O grande mérito de sua pregação humanista foi o de politizar o problema da fome, colocando sua solução como obrigação social comum a todos os brasileiros, detentores ou não de cargos públicos, e não tema de interesse apenas de técnicos especializados em nutrição, demografia e economia.

A fome foi promovida por Betinho à verdadeira vergonha nacional que é, de fato.

Betinho viu o que, segundo Nelson Rodrigues ninguém vê, o óbvio, isto é, a contradição lógica, ética e política existente entre fome e cidadania, como noções radicalmente excludentes.

Num país de mendigos, de sem-terra, de sem-teto, de sem-escola, não há lugar para a liberdade e a igualdade, premissas das revoluções democráticas modernas, pressupostos do Estado de Direito, fundamentos de qualquer organização social justa.

Nada mais oposto à idéia de dignidade contida no conceito de cidadania que a fome, a carência de um mínimo necessário à sobrevivência física.

O faminto é, sobretudo, um humilhado, um excluído absoluto, um ser definido pela suprema negação, que é a negação da própria vida.

Não há paz para quem tem fome: a vida é uma guerra constante e solitária contra a ameaça iminente de extinção.

Aqui está a grande clarividência de Betinho, cujo movimento jamais se limitou ao simples combate à fome, em sua literalidade.

Ao invés, reeditando o exemplo de Gandhi, Betinho deu dramaticidade ao tema, ao batizar sua iniciativa de

"Ação da cidadania contra a fome e pela vida", mostrando que não basta erradicar a fome, é preciso fazer disso uma luta conjunta da cidadania, uma luta cívica de integração social dos deserdados, um exercício do dever político da solidariedade, que não se esgota na mera doação de alimentos.

A figura de Betinho só pode ser corretamente apreciada, se compreendida não como a imagem farisaica e distorcida da generosidade cristã, que só serve para reforçar a diferença social, para aprofundar a oposição entre quem tem a ponto de dar suas sobras e quem não tem a ponto de recorrer à caridade pública.

Não, para Betinho, lutar contra a fome só faz sentido como parte integrante da luta pela cidadania, entendida como luta de todos e não só dos famintos.

Garantir o pão nada significa, senão o primeiro passo no longo caminho da conquista de uma pauta básica de direitos civis, sociais e políticos, capazes de fazer da sociedade brasileira uma sociedade de iguais.

Este o maior sinal da largueza de espírito de Betinho: seu objetivo nunca foi o de aplacar estômagos, mas sim o de falar à consciência dos que não tem comida, através da consciência dos que têm.

A fome que preocupava Betinho é a fome de igualdade, de justiça, fome bíblica, fome de gran-

des transformações, que faz bem-aventurados os que a experimentam, seja em si próprios, seja em seus semelhantes, como está no Evangelho de São Mateus.

Esta fome, que nos irmana a todos na mesma luta e cuja dor é mais intensa na consciência que nos estômagos, esta é a fome contra a qual Betinho nos ensina que vale a pena lutar.

Neste combate patriótico, Betinho deu literalmente seu sangue, contaminado pelas transfusões de que dependia para viver, pelos vírus da Aids e da hepatite.

Assim, até o fim, sofreu na carne as mazelas de um sistema social absurdo e injusto que sempre denunciou e contra o qual se insurgiu: pagou com a vida o tributo cobrado por uma rede de saúde cínica e tolerante com o comércio de sangue infectado.

Nunca em nossa história a expressão "grande homem" teve melhor cabimento que ao caso desse frágil sociólogo, alma ardente, enfermo de indignação contra o **apartheid** social brasileiro.

Toda homenagem lhe é devida.

Nenhuma, porém, lhe faria tanta justiça como a de seguir-lhe o exemplo, dando continuidade às suas batalhas, que são as de todos nós por um país melhor de se viver.

Quem combate contra a fome, combate a favor da vida, combate, depois dele tornado, sobretudo, num dever cívico.

Betinho deu foros de realidade à frase poética de Drummond para quem "há momentos em que a vida é uma ordem: a vida, apenas, sem mistificações".

Soldado da vida, este civil até as últimas consequências, viveu e sofreu o Brasil com a fidelidade apaixonada dos visionários.

Darcy Ribeiro e Betinho, companheiros de viagem e de entusiasmo pela vida, estão mortos.

Que a morte dos sonhadores, no entanto, não signifique a morte dos sonhos.

Este sonho, o de um Brasil sem fome, ainda não acabou.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não constitui novidade para ninguém o caráter violento do trânsito em nosso País. As estatísticas nos mostram, a todo instante, quão perigoso é tráfegar pelas estradas brasileiras. São múltiplas as razões desse quadro dramático que, a cada ano, ceifa milhares de vidas e mutila outro tanto, trazendo dor e de-

sespero para as famílias, além dos elevados prejuízos de ordem material.

Rodovias projetadas com evidentes falhas, péssimo estado de conservação das pistas, ausência de acostamento, além do tráfego intenso e pesado em muitas rotas, são peças de um cenário que, ao se juntarem à irresponsabilidade e à imperícia dos motoristas, explicam nossa incômoda e inaceitável posição de campeões mundiais em acidentes dessa natureza.

Nos últimos tempos, o quadro que já era preocupante tem-se agravado, passando a envolver, com números crescentemente assustadores, o trânsito urbano. O rápido e desordenado crescimento das cidades brasileiras tem acarretado problemas da mais variada ordem, entre os quais, com certeza, se destaca a questão do trânsito.

Assistimos, Sr. Presidente, a uma vertiginosa ampliação do número de veículos em circulação, sem que, na maioria absoluta dos casos, esse crescimento se faça acompanhar do necessário planejamento. Assim, ruas, praças e avenidas projetadas para uma dada realidade não conseguem dar vazão ao enorme fluxo de veículos que, a cada dia, são postos a trafegar. O resultado, facilmente perceptível, vai da degradação da qualidade do ar aos atropelamentos que se multiplicam em escala geométrica, sem falar da carga de nervosismo e desgaste emocional que os engarrafamentos colossais acarretam.

Até mesmo nossa Brasília, bela cidade projetada para o futuro, que encanta o mundo pelas suas formas arrojadas e pelos largos e generosos espaços que oferece aos seus habitantes, não ficou imune à essa grave doença da civilização contemporânea: o caos no trânsito. Se é verdade que os problemas advindos da grande circulação de veículos não adquirem, na Capital, a mesma dimensão apresentada por outras metrópoles, isso não é suficiente para mitigar uma realidade que assusta: em Brasília, o excesso de velocidade, o despreparo da população para conviver com o trânsito, o desrespeito às normas vigentes e a imperícia, quando não absoluta imprudência, fazem do trânsito local um dos mais senão o mais violentos do País.

A situação chegou a um ponto tão perigoso, que a própria sociedade chamou a si a tarefa de fazer alguma coisa para dar um basta às trágicas estatísticas de mortos e feridos em acidentes. O Governo do Distrito Federal teve a sensibilidade de captar

o sentimento majoritário da população de alterar radicalmente as relações homens/veículos, humanizando-as.

A primeira atitude foi a de tornar obrigatório, nas vias urbanas, o uso do cinto de segurança. Hoje, passados cerca de dois anos de sua implantação, a experiência mostra-se vitoriosa, quer pela diminuição do número de vítimas fatais nos acidentes, quer pelo hábito incorporado pela grande maioria de motoristas.

Nada, no entanto, teve mais impacto do que a campanha Paz no Trânsito, nascida e implementada pela própria sociedade especialmente pela imprensa, autêntico movimento da mais legítima cidadania, na defesa da vida. Seu resultado mais visível foi a gradativa moderação da velocidade dos veículos e, por parte do Poder Público, a decisão de instalar radares e barreiras eletrônicas em pontos considerados críticos. Para completar, o Distrito Federal está fazendo cumprir uma antiga, mas nem por isso respeitada, determinação legal no que concerne à primazia do pedestre em atravessar a via pública, na faixa delimitada.

O que gostaria de ponderar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que as boas intenções podem ser prejudicadas, quando não inviabilizadas, se não forem acompanhadas, em sua execução, do bom senso e do apuro técnico. Infelizmente, o que estamos vendo no Distrito Federal é a intervenção governamental na área do trânsito de um modo, no mínimo, questionável.

Refiro-me, por exemplo, à instalação das chamadas barreiras eletrônicas, em vias de grande circulação de veículos. Na prática, o que se observa é a profusão, nessas áreas, de limites variáveis de velocidade, sem uma elementar racionalidade. Assim, o motorista que venha trafegando por uma pista em que a velocidade permitida é de 60 km/h vê-se, abruptamente, diante de placas sinalizando outros limites: aqui 40 km/h, ali 50 km/h. Ora, além da absoluta falta de sustentação técnica para tal disparate, sua existência facilita a ocorrência de choque entre os veículos, desempenhando um papel inverso ao pretendido.

Ademais, é notória a ausência de informações para os que se dirigem a Brasília, vindos de outras localidades. Que o GDF faça sua parte, multiplicando o número de placas esclarecedoras nas rodovias que dão acesso a Brasília; que os postos da Polícia Rodoviária se integrem a esse trabalho de esclarecimento; que as empresas locadoras de automóveis

se preocupem em informar aos seus usuários as normas vigentes no Distrito Federal.

Ao finalizar, Sr. Presidente, reitero meu apoio ao espírito que norteou a Campanha Paz no Trânsito, às preocupações do Governo local de colocar em prática medidas voltadas para a melhoria das condições do trânsito em Brasília, mas, ao mesmo tempo, reafirmo a imperiosa necessidade de se proceder à adequação dessas medidas aos ditames da lógica, da racionalidade e do bom senso. Mais: que uma verdadeira **educação para o trânsito** seja executada, regularmente, nas salas de aula, nas igrejas, nos locais de trabalho, pela imprensa, como forma de conscientizar, informar e esclarecer toda a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14h30, anunciada anteriormente, com a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 1995

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal (efeito vinculante), tendo

Parecer sob nº 385, de 1997, Relator: Senador Jefferson Peres, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1996

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, tendo

Parecer sob nº 274, de 1997, da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996)

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 390, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Beni Veras, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo) que oferece, com voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996)

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire e outros senhores Senadores, que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

– 5 –

PARECER Nº 394, DE 1997 (Escolha de Autoridade)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 394, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 1997 (nº 866/97, na origem), de 5 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **Gustavo Henrique de Barroso Franco** para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão,

(OS Nº 14841)

(Levanta-se a sessão às 16h55min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOÃO ROCHA NA SESSÃO DE 08/08/97 E QUE SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Senadores

No Brasil, talvez mais do que em qualquer outro país do mundo, a noção de desenvolvimento adquiriu o *status* de ideologia. A palavra "progresso" está inscrita no pavilhão nacional. O "desenvolvimentismo", particularmente a partir dos anos 50, tornou-se autêntica pedra de toque do debate político.

A razão dessa quase-obsessão patriá reside, provavelmente, no paradoxo entre o invulgar potencial do País e a incapacidade que até hoje temos demonstrado para realizá-lo, obsessão que, aliás, deve ser considerada saudável. Absurdo seria que nos conformássemos com o secular subdesenvolvimento de uma terra e de um povo notavelmente dotados para o progresso.

Acerca das extraordinárias condições de que a natureza dotou o Brasil, no sentido de permitir a seu povo viver na fartura e na abundância, tudo já foi dito e repetido inúmeras vezes, não sendo necessário repisar, uma vez mais, essas verdades tão conhecidas e tão evidentes. O que desejamos apontar é o amadurecimento de uma compreensão mais aprofundada da questão do desenvolvimento.

Hoje, embora mantida a preocupação com o crescimento econômico, tem-se a clara percepção de que, além da vontade de trabalhar, de fazer uso das potencialidades naturais do País para superar o subdesenvolvimento, é da maior importância definir rumos, estratégias, planejar criteriosamente o desenvolvimento nacional. Releva, a partir de uma visão integral da realidade brasileira, pensar as necessidades do País a médio e longo prazo. Urge – para que o desenvolvimento nacional seja consistente, pleno e harmônico – levar em conta as verdadeiras vocações do Brasil.

Não é suficiente, de forma alguma, pretender estimular a atividade econômica de forma geral e indiscriminada. Planejar: priorizar, seleccionar, orientar investimentos e a palavra de ordem. O investimento sem critério pode trazer pouco ou nenhum benefício social. O crescimento caótico e desordenado pode ser tão deletério para a qualidade de vida quanto a pobreza, ou até mais. A modernização desenfreada e não planejada pode trazer novos e graves problemas econômicos e sociais.

Um exemplo muito eloquente do que estamos afirmando é o processo de urbanização vivido pelo País a partir dos anos 50. No Brasil, esse processo – comum a todas as sociedades modernas – caracterizou-se

pela enorme celeridade. Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do País, e hoje tem pouco mais de 20%.

Os resultados dessa migração em massa para os grandes centros urbanos são bem conhecidos de todos nós. Sem que se tenha conseguido dotar as cidades de toda a infra-estrutura necessária ao acolhimento desses contingentes populacionais, a deterioração da qualidade de vida em nossas metrópoles atingiu níveis alarmantes, com o desemprego, a violência e as carências de toda ordem grassando descontrolados. Justamente aquelas cidades com maior renda *per capita*, como Brasília e São Paulo, por exercerem maior atração sobre os migrantes, apresentam os mais altos índices de desemprego.

Hoje, as demandas sociais nas áreas de educação, saúde, segurança pública e moradia estão muito acima da capacidade de atendimento dos governos locais, e nossas grandes cidades tornaram-se praticamente inabitáveis. Os recentes movimentos grevistas dos profissionais da segurança pública em vários Estados, deixando suas Capitais e outras importantes cidades entregues à sanha dos criminosos, dão bem uma medida da gravidade das consequências que podem advir da falência do Poder Público no atendimento de suas obrigações mais elementares.

Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Senadores:

A experiência é uma professora com métodos de ensino às vezes cruéis, porém praticamente infalíveis. Aprender com os erros não é prazeroso, porém eficaz. Os equívocos do passado deram-nos claras lições acerca da importância de planejar criteriosamente o crescimento econômico, tendo em mente as verdadeiras vocações do País, seus objetivos de longo prazo e a imperiosa necessidade de interiorizar o processo de desenvolvimento.

No que tange ao setor secundário da economia, em particular, o Governo Federal lançou o Projeto Brasil em Ação, tentando definir uma política industrial para o País. Com efeito, é imprescindível que possamos dispor de uma política industrial que valorize os segmentos mais produtivos, mais competitivos e com possibilidade de assegurar maior oferta de emprego. Esse esforço do Governo central, porém, precisa traduzir-se em ação concreta e mais ágil, a fim de evitar que Estados e Municípios, na ausência de uma definição mais clara das prioridades para o setor industrial, atirem-se numa corrida desenfreada e irracional para atrair investimentos.

Isso é o que vem ocorrendo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em relação à indústria automotiva, com Estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e até Goiás travando uma luta sem treguas para levar para seus territórios novas fábricas de automóveis.

Acosados pelo agravamento do desequilíbrio fiscal – em consequência da estabilização monetária – e pela pressão social por mais empregos, os governadores oferecem financiamentos mais do que vantajosos e intermináveis subsídios na tentativa de atrair montadoras ainda não estabelecidas no País ou novas plantas industriais das montadoras que aqui já operam. Sem proceder a uma avaliação realista da relação custo-benefício dos favorecimentos que colocam a disposição desses empreendimentos, os Governadores parecem mais preocupados em fazer seu *marketing* político, utilizando a instalação das novas fábricas como instrumento para dar prova a opinião pública de seu empenho em favor da geração de empregos.

A análise mais criteriosa do presente e do futuro da indústria automobilística no Brasil e no mundo, contudo, levará a recomendar cautela muito maior na concessão desses benefícios. Em primeiro lugar, o que cumpre destacar é a flagrante desnecessidade de conceder tanta proteção a esse ramo industrial, com o fito de atraí-lo para o Brasil. Isso, porque o Brasil já seria destino natural para essas indústrias, no atual momento, independentemente de qualquer incentivo.

O fato é que os mercados automobilísticos dos países ricos já estão saturados, não havendo mais espaço para a expansão das vendas. Por esse motivo, buscar os mercados emergentes para se instalar é a única alternativa das montadoras se pretendem continuar crescendo. Tanto isso é verdade que os 50 milhões de automóveis produzidos no mundo em 96 representam não mais que 73% da capacidade produtiva instalada da indústria automobilística. Na América do Norte, a capacidade ociosa do setor é de 21%, na Europa Ocidental, de 33%, e no Japão, chega a 50%. Esses mercados encontram-se em retração. As vendas de carros novos representam apenas a substituição dos usados que já esgotaram sua vida útil. Não há crescimento líquido nas vendas.

Já no Brasil, a situação, em termos de mercado, é oposta. É o próprio Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea quem admite, em matéria publicada na Gazeta Mercantil do dia 3 de julho: “O mercado de automóveis é o grande patrimônio do Brasil na atração de investimentos.” Segundo dados da entidade, a demanda nacional cresceu de 960 mil veículos em 1991, para quase 1.1 milhão em 92, quase 1.6 milhão em 94, e 1.8 milhão em 96. Esse crescimento vertiginoso, de quase 100% em apenas cinco anos, foi

impulsionado, entre outros fatores, pela estabilidade monetária, pelas maiores facilidades na obtenção de financiamentos para aquisição de carros novos e pelo desenvolvimento da chamada linha popular, constituída pelos carros de mil cilindradas.

Essas alterações conjunturais vieram permitir o desenvolvimento do potencial que o mercado brasileiro já encerrava, expresso na alta relação *habitante por veículo*, atualmente situada em torno de 9 habitantes por veículo. Essa relação é muito elevada não apenas em comparação com as existentes na Europa, nos Estados Unidos e no Japão – onde se encontram taxas que oscilam entre 1.5 e 2 habitantes por veículo – mas até mesmo em comparação com países de realidade socioeconômica mais próxima a nossa. No México, o índice é de um veículo para cada 7.5 habitantes, e na Argentina, de um para cada 5.5 habitantes. Na avaliação da Anfavea, consideradas as “características do mercado brasileiro, essa relação tende a melhorar muito e rapidamente”.

Não é à toa que alguns analistas qualificam o potencial brasileiro, em termos de mercado, como “fantástico”, chegando a apontar o País como um dos mais promissores, em todo o mundo, para a venda de automóveis, tal como ocorre em relação à telefonia celular e à televisão por assinatura, constituindo, esses três, setores que terão enorme expansão nos próximos anos. A redistribuição de renda decorrente do Plano Real, por si só, provocou uma verdadeira explosão automobilística. A frota nacional de veículos vem apresentando crescimento de mais de 10% ao ano. Apenas nos dois primeiros meses do Plano, em 1994, o tráfego da cidade de São Paulo cresceu uma Campinas em termos de volume de carros. Nada menos de 300 mil veículos ganharam as ruas.

Além desse cobiçável mercado interno, um outro fator determinante para tornar o Brasil um destino natural para os novos investimentos da indústria automobilística é a inserção do País no Mercosul. A soma das demandas de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, no futuro próximo, Chile e Bolívia gera a escala necessária para viabilizar novas instalações e ampliações das instalações fabris já existentes.

Portanto, o Brasil já era, como afirmamos anteriormente, destino natural e obrigatório dos novos investimentos da indústria automotiva, sendo esse apenas o primeiro motivo a comprovar o equívoco representado pelas políticas de polpudos incentivos patrocinadas pelos Governos Estaduais.

Infelizmente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nesses equívocos incorreram numerosas Unidades da Federação. A forma encontrada pelo Governo de um Estado da Região Sul para atrair uma montadora francesa foi a participação societária de 40%

no capital e a doação de um terreno no valor de 12 milhões de dólares. O negócio vem rendendo viva polêmica, com ásperas críticas da oposição a esse Governo. Um Estado da Região Sudeste criou um fundo denominado Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas – Fundiest, com o qual conseguiu levar para seu território a nova fábrica da Mercedes-Benz. Uma terceira Unidade da Federação conseguiu uma fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen, oferecendo a postergação por cinco anos no pagamento de 75% do ICMS e a infra-estrutura na porta da fábrica. Outra foi ainda mais longe, criando um programa específico para atrair indústrias automobilísticas, o Proauto. Trata-se de uma linha de crédito baseada no valor devido do ICMS.

Mas entre todos os negócios, o mais contestado tem sido aquele envolvendo a General Motors. Conforme os termos desse acordo, o Governo do Estado emprestará à empresa todo o dinheiro necessário à sua instalação física, no total de 335 milhões de reais, representando mais do que o total dos investimentos realizados por muitos Estados em 1996. Desse valor, a GM embolsou uma parcela de 253 milhões de reais antes mesmo do início das obras de terraplenagem do terreno. O empréstimo deveria ser pago em dez anos, após carência de cinco. Sobre o valor tomado, a empresa pagaria juros de 6% ao ano, sem qualquer correção monetária. Para que se faça uma idéia do que isso representa, basta lembrar que os empréstimos mais favoráveis do BNDES cobram correção monetária mais juros de 9,6% ao ano.

Além de garantir empréstimos super-subsidiados, em alguns Estados o Governo pagava todas as obras de infra-estrutura para a construção das fábricas e mais os acessos rodovianos e portuários. E as vantagens não param por aí. No caso da GM, anteriormente citado, o Estado financiava, durante 15 anos, o capital de giro da empresa, no equivalente a 9% de seu faturamento, o que deveria representar cerca de 100 milhões de reais por ano, a serem pagos sem juros nem correção. Os incentivos estender-se-ão até o ano de 2036.

Um dos contratos entre Estado e montadora redundou não apenas em contestações políticas, mas também em ações judiciais. Um partido da oposição buscou – com sucesso – a Justiça para tornar públicos os termos do negócio, que o Governo do Estado tentava manter em sigilo. Uma outra agremiação promete procurar o Judiciário norte-americano, para denunciar o que considera “chantagem” da montadora àquele contra a comunidade local.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Como já mencionamos, o mote principal da ação dos Governos Estaduais no conceder tantos benefícios às montadoras de automóveis é o desejo de favorecer a geração de empregos. Mas, como também já tivemos oportunidade de referir, parece não ter havido um

mínimo de cuidado com a análise da relação custo-benefício dos favorecimentos oferecidos. Num dos contratos entre Governo Estadual e montadora, considerando-se que a nova fábrica oferecerá 1.300 postos de trabalho e que o custo dos incentivos garantidos pelo Governo ascenderá, na mais conservadora das previsões, a 500 milhões de reais, aí incluídos os empréstimos com juros negativos, as isenções tributárias e as obras físicas, chegaremos ao absurdo número de 385 mil reais por cada posto de trabalho.

O Sr. Ramez Tebet – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO ROCHA – Concedo um aparte a V. Exª, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet – Nobre Senador João Rocha, mais uma vez V. Exª vem à tribuna do Senado para abordar a questão dos Estados brasileiros. V. Exª continua coerente na defesa de uma das bandeiras, que é de V. Exª no Senado da República, ou seja, a da eliminação das desigualdades regionais. Quanto à questão dos incentivos fiscais referente às montadoras, em função de recente medida provisória que procurou beneficiar os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, alguns Estados dessas Regiões ficaram inteiramente incapacitados de obter os benefícios dessa legislação enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional através de medida provisória. Por quê? Porque alguns Estados, como, por exemplo, o meu, Mato Grosso do Sul, endividados, buscando aqui recursos para pagar o funcionalismo público – que agora começa a se regularizar –, não poderão competir com outros Estados que têm condições de oferecer essas vantagens e esses empréstimos. Positivamente, no meu Estado, ficamos em desvantagem porque não tínhamos condições de oferecer incentivos que competissem com as outras Unidades da Federação que, momentaneamente, estão em posição econômico-financeira mais privilegiada. Tanto Mato Grosso do Sul quanto outros Estados da Federação estão atolados em dívidas e com dificuldades até mesmo para pagar a folha do funcionalismo. Lembro a V. Exª que essa matéria será objeto de uma emenda constitucional, que está tramitando nesta Casa, apresentada pelo Senador Waldeck Ornelas, da Bahia, que procura transferir toda essa matéria para a competência do Senado da República. Essa é uma matéria altamente controversa, que vai exigir de nós outros um profundo estudo para que possamos encontrar uma solução que realmente atenda aos interesses do País como um todo, a toda a Federação brasileira. Parece-me que o Senado da República, como Casa

da Federação, pode, conforme lembra-me o nobre Senador Bernardo Cabral, corrigir os rumos dessas distorções existentes no Brasil. Lanço uma outra tese: a necessidade de retornarmos ao planejamento, que é de fundamental importância. Outro dia, quando homenageávamos a figura do ex-Presidente Ernesto Geisel, dizia que, tanto quanto àquela época, hoje estamos com a moeda estabilizada, o que torna mais fácil termos um planejamento nacional. O Projeto Brasil em Ação está aí. Ainda hoje ocuparei a tribuna para falar a esse respeito. Mas, em verdade, esse planejamento nacional precisa ser efetivamente retomado a fim de ordenarmos a Federação brasileira. No mais, gostaria de cumprimentar V. Ex^a.

O SR. JOÃO ROCHA – Nobre Senador Ramez Tebet, os apartes de V. Ex^a aos meus pronunciamentos têm sido importantes na medida em que acrescentam informações. Realmente temos que despertar o nosso País para essas desigualdades gritantes. E V. Ex^a colocou muito bem: quando existem incentivos – no caso das montadoras, eu, pessoalmente, sou totalmente contra, pois existem outras prioridades para o nosso País –, esses incentivos continuam concentrados nas regiões mais ricas, nas Regiões Sul e Sudeste, exatamente pela incapacidade que temos, devido a esse desequilíbrio gritante, de participar e concorrer com qualquer uma dessas Unidades.

O Sr. Jefferson Péres – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO ROCHA – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Nobre Senador João Rocha, creio que o Senador Ramez Tebet tem razão ao lamentar a falta de alguma forma de planejamento para o País. Refiro-me a um planejamento de cunho orientador de investimentos, de articulações, de ações de governo, para evitar as coisas indesejáveis que estão acontecendo, que V. Ex^a aponta da tribuna. A guerra fiscal, por exemplo, essa guerra quase suicida entre Estados da Federação, talvez possa ser corrigida com o projeto do Senador Waldeck Ornelas. No caso da indústria automotiva, Senador João Rocha, são altamente preocupantes esses incentivos e vantagens concedidos pelos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná a essas montadoras, alguns dos quais nós nem sabemos, Senador Ramez Tebet, porque até hoje o Governador Jaime Lerner se nega a revelar ao Senado, em termos do protocolo, o acordo secreto feito com uma das montadoras que lá se instala. O que é pior, Senador João Rocha, é que um recente estudo da respeitabilíssima *The Econo-*

mist, do mês passado, revela que a indústria automotiva no mundo caminha para uma superoferta. Dentro de dois anos, a capacidade instalada dessa montadora no mundo será muito superior à demanda do mundo – e isso fatalmente irá acontecer no Brasil, onde já temos mais de vinte montadoras. Amanhã o Presidente irá à Bahia para lançar a pedra fundamental de uma empresa coreana que lá se instalará. No ritmo em que vai, com esse excesso de incentivos e montadoras chegando quase todos os meses, daqui a dois anos vamos ter quebradeiras de montadoras, com todos os efeitos negativos para a economia do País. De forma que me congratulo com V. Ex^a pelo seu oportuno pronunciamento.

O SR. JOÃO ROCHA – Também congratulo-me com V. Ex^a pelo conhecimento que tem sobre a atividade automotiva no mundo. A capacidade ociosa hoje existente é muito grande, e V. Ex^a colocou bem que temos que eleger prioridades para este País. Na verdade, já está passando da época, porque o investimento que não é prioritário, que não tem um resultado econômico e social não gera benefícios, gera somente problemas.

O projeto do Senador Waldeck Ornelas, realmente, é muito importante, não para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas para o País como um todo, porque se uma região vai muito bem mas o restante vai mal, isso é ruim para todo o corpo, para toda a unidade, para todas aquelas partículas que formam o todo.

Então, o Senado deve assumir essa responsabilidade criteriosa de gerar incentivo onde for necessário. Talvez V. Ex^a não saiba, mas a indústria automotiva, esses carros que chamamos de populares, de mil cilindradas, praticamente não pagam imposto hoje, como ICM, IPI; no entanto, os preços não foram reduzidos, continuam subindo, como aconteceu com os tratores. Todos os incentivos dados vão mais para o bolso das montadoras do que para o benefício do cidadão, que seria o beneficiado lá na ponta.

Esse estudo com o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle está sendo feito com muito critério, exatamente para o aliado mostrar ao Governo as falhas, onde está errado, o que precisa ser corrigido, porque esse é o verdadeiro aliado. Aquele que fica querendo só agradar realmente não acrescenta nada aos interesses maiores do nosso País.

O Sr. Lauro Campos – Permite-me um aparte, Senador João Rocha?

O SR. JOÃO ROCHA — Concedo, com muita satisfação, o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos — Quero congratular-me com V. Ex^a por tratar desses assuntos tão importantes. Em relação à indústria automotiva, tenho uma preocupação constante e diversas vezes já me manifestei desta tribuna. A última vez que falei sobre isso referi-me também a esses dois artigos da *The Economist*, que se chamam "O desastre automobilístico". Realmente, são cinquenta milhões de unidades produzidas no mundo, sendo que a capacidade instalada é para 67 milhões de unidades. E a própria *The Economist* se refere a um fato que não me canso de repetir: é que nos anos 50 aconteceu algo semelhante. Nós não precisávamos dar os incentivos, os estímulos, as doações, as isenções que foram dadas a essas indústrias. E tantas vieram para o Brasil atraídas por esses estímulos excessivos que três delas, no início dos anos 60, abandonaram o Brasil. Não havia mercado para a Hilma, para a DKV e para uma outra indústria, que saíram do Brasil porque perceberam que não havia condição de sobrevivência da empresa.

~~**O SR. JOÃO ROCHA**~~ — A Chrysler.

O Sr. Lauro Campos — A mesma coisa vai acontecer hoje. E é tão açodada essa mania de instalar no quintal do Governador uma montadora que a Kia está falida lá na Coréia do Sul e está recebendo na Bahia os maiores estímulos, os maiores incentivos. Nós estamos incentivando indústrias falidas. Só isso me parece que é suficiente para mostrar a ultrapassagem do limite da normalidade, o abuso e a falta de seletividade que nossos Governos permitem, a ponto de consentirem que fato dessa ordem esteja ocorrendo. Muito obrigado, Senador.

~~**O SR. JOÃO ROCHA**~~ — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. José Alves — Permite-me V. Ex^a um aparte?

~~**O SR. JOÃO ROCHA**~~ — Concedo o aparte ao Senador José Alves. Peço à Presidência mais um pouco de tolerância, pela importância do assunto. Logo após o aparte do Senador, daremos sequência ao pronunciamento, que não será tão longo. Como tenho usado tão pouco esta tribuna, tenho certeza de que V. Ex^a será um pouco mais tolerante. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — V. Ex^a terá o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO ROCHA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouçó o Senador José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES — Senador João Rocha, o meu aparte será breve. Quero apenas hipotecar minha solidariedade a esse tema tão relevante que V. Ex^a traz, hoje, para a discussão deste Plenário. Entendemos que, neste momento, o planejamento estratégico do País passa a ter uma fundamental importância porque estamos dentro de um plano de estabilidade econômica em que faltam recursos para a área social, para a saúde, para a educação e para a segurança, e não podemos permitir que se instale uma verdadeira guerra fiscal entre os Estados, com verdadeira lesão à economia e ao desenvolvimento do País. Parabenizo V. Ex^a e hipoteco minha solidariedade ao seu pronunciamento.

O SR. JOÃO ROCHA — Muito obrigado, Senador. Continuando, Sr. Presidente:

Se é que isto serve de algum consolo, podemos reconhecer que a generosidade de nossos Governos Estaduais não é uma exclusividade, em termos mundiais. Unidades da Federação estadunidense andaram trilhando o mesmo caminho. Nenhuma delas, contudo, foi tão longe. O Estado do Alabama pagou 170 mil dólares por cada emprego gerado pela Mercedes Benz. A Carolina do Sul atraiu a BMW concedendo-lhe 79 mil dólares por posto de trabalho criado. O Tennessee desembolsou 11 mil dólares por cada empregado que a Nissan viria a contratar. O Ohio deu incentivos a Honda no valor de 16 milhões de dólares, e o Kentucky, a Toyota, no valor de 125 milhões de dólares. Entretanto, vale ressaltar que, embora tenham ficado muito aquém do recorde brasileiro de 500 milhões de reais — ou 385 mil reais por posto de trabalho —, essas iniciativas dos Governos Estaduais norte-americanos redundaram em escândalos e no encerramento de algumas carreiras políticas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Se, de fato, a gravíssima questão do desemprego deve estar no centro das preocupações dos homens públicos, não devemos esquecer que as modernas fábricas de automóveis, com muitos robôs e índices altíssimos de produtividade, oferecem cada vez menos empregos. Os porta-vozes do segmento costumam alegar, em seu favor, os empregos indiretos gerados nos setores de autopeças, venda e pos-venda. Mesmo esse argumento, no entanto, é questionável. Uma pesquisa que mediu a capacidade multiplicadora de mão-de-obra de 41 setores da economia nacional classificou a indústria automobilística em 10º. lugar. Na primeira colocação — o que para nós não constitui surpresa — ficou a agricultura.

Em segundo, terceiro e quarto lugares classificaram-se os ramos de confecção, mobiliário e construção civil.*

A verdade é que a guerra desenfreada por investimentos travada pelas Unidades da Federação possibilita as empresas automobilísticas terem custo zero na instalação de suas fábricas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

O próprio fato de o Poder Público conceder tanto incentivo a um segmento industrial já estabelecido e robustecido no País é altamente criticável. Esse fato é ainda mais criticável quando levamos em conta que esse segmento precisaria fazer novos investimentos no País independentemente de qualquer incentivo, tendo em vista sua situação de mercado no resto do mundo. No entanto, críticas ainda mais severas devem ser feitas à ausência de cautelas na concessão desses benefícios.

Refiro-me ao fato de que, ao negociarem com as montadoras, os Governos Estaduais não cuidam de se precaver contra a possibilidade de encerramento das atividades das empresas, garantindo os incentivos sem exigir, em contrapartida, o compromisso de produção de uma determinada quantidade de carros por determinado período de tempo. Levando-se em conta os antecedentes das empresas do setor, essa cautela seria de todo recomendável.

A General Motors, por exemplo, abandonou a cidade de Flint, no Michigan, na década passada, provocando devastadoras consequências sociais e econômicas. Poder-se-ia até argumentar que a tradicional planta de Flint estava obsoleta, mas a unidade da Volkswagen na Pensilvânia não estava, e, mesmo assim, a empresa fechou suas portas, depois de ter recebido milhões de dólares em incentivos. A unidade da GM em Ypsilanti, no Michigan, recebeu benefícios fiscais por mais de dez anos, até que, sem aviso prévio, resolveu mudar-se para outro local. Como se pode ver, não faltam motivos para que nos preocupemos com a inércia dos Governos Estaduais em acautelarem seus interesses, em face da possibilidade de as montadoras auferirem todas as vantagens oferecidas e, então, simplesmente encerrarem suas atividades.

Lamentável, outrossim, é verificar que o Governo Federal, além de omitir-se na coordenação geral da política industrial para o País, iniciativa que evitaria o enfrentamento fratricida entre os Estados, engrossa, ele próprio, o cabedal de favorecimentos injustificados à indústria automobilística. A *Folha de S. Paulo*, em editorial publicado no dia 4 de junho, faz duro questionamento da criação de nova linha de crédito do BNDES para beneficiar o setor. Segundo o prestigioso diário, aprove-se ou não o regime automotivo definido pelo Executivo, "a última decisão do BNDES parece ir além do que é razoável e mesmo legítimo em termos de privilégios a setores considerados prioritários pelo Governo."

E continua o periódico

"Além das vantagens já oferecidas às montadoras, o banco de fomento estatal coloca agora à disposição das multinacionais do setor uma generosa linha de crédito, com taxas de juros menores que as de outras linhas oferecidas pela instituição."

Acerca da justificativa utilizada pela instituição de que, por ser considerado de inserção internacional, o setor automotivo pode pagar financiamentos segundo a taxa obtida a partir do custo da captação, pelo BNDES, de recursos no exterior, a *Folha* questiona com consistência lógica irrefutável:

"Ora, se as empresas do setor são consideradas de 'inserção internacional', por que não deixar então que elas captem por si mesmas recursos no mercado global?"

E prossegue, com a pergunta mais relevante:

"Se a justificativa para tantas benesses federais e outras tantas oferecidas por Estados e a atração de investimentos, com o objetivo de explicar que o Governo se antecipe e ofereça justamente os recursos que sua política industrial seria capaz de, por si mesma, trazer à economia do País?"

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Com efeito, esse questionamento é da maior relevância. Sob o pretexto de atrair investimentos, o Poder Público acaba, ele próprio, investindo para as empresas privadas, quando sua preocupação deveria ser a definição de uma política industrial coerente, capaz de, por si mesma, trazer recursos novos para dinamizar a economia nacional.

Quanto a esse aspecto da importância de incluir-se o regime automotivo no bojo de uma política industrial de cunho geral, é muito esclarecedor fazer-se uma comparação entre a conduta do Governo Federal quando da primeira grande onda de investimentos das montadoras no País, na década de 50, e sua conduta hoje. Essa comparação é o objeto principal do livro *De JK a FHC. A Reinvenção dos Carros*, uma coletânea de artigos organizada pelos professores Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Para os professores, essa comparação é da maior pertinência, no sentido de melhor avaliar-se o atual regime automotivo, implantado a partir do início da presente década. Na década de 50, quando da primeira onda de migração de investimentos das indústrias automobilísticas, foram negociadas entre o Estado e as multinacionais questões como formação de mão-de-obra, que tipos de veículos seriam produzidos, locais de produção

e outras. Para o Professor Arbix, também docente no Departamento de Ciência Política da Universidade de Campinas, "houve, nos anos 50, uma visão sistêmica da indústria automobilística no desenvolvimento do País, ao contrário do que acontece atualmente."

Um dos ensaios constantes da obra, de autoria da brasilianista Helen Shapiro, professora da Universidade Santa Cruz, na Califórnia, mostra que

"a partir das disposições estratégicas do Estado brasileiro, a implantação da indústria nos anos 50 foi fruto de uma verdadeira negociação entre as montadoras e o Governo, que alterou planos de ambos os lados, redefiniu ritmos, prazos e o espectro das empresas que finalmente aqui se instalaram."

Na segunda grande onda de investimentos, ora em curso, o que se observa é que o País está perdendo a preciosa oportunidade de negociá-la de forma eficiente. Ao abrir mão de uma política de desenvolvimento, o Governo Federal obtém como resultado a guerra fiscal entre os Estados, o enfraquecimento do setor de autopeças e a falta de compromissos das montadoras na difusão de tecnologias e na geração de empregos. Os professores Arbix e Zilbovicius lembram que o Estado não pode abrir mão de seu papel de indutor do desenvolvimento, e argumentam que as negociações com as montadoras poderiam ter melhores efeitos para o desenvolvimento do País caso fossem coordenadas pelo Governo Federal e demais agentes econômicos.

Marco Aurélio Bedê, pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, analisando as disposições da atual política automotiva, afirma que elas mantêm "elevada proteção tarifária para as montadoras já instaladas no País, elo mais forte da cadeia, e reduzem violentamente a proteção da indústria de autopeças, expondo-a à acirrada concorrência internacional." Para o pesquisador, a proteção às montadoras não se justifica, entre outros motivos, porque não se trata de uma indústria de alta tecnologia, quer dizer, de tecnologia radicalmente nova. Além disso, por ser uma "indústria intensiva de capital, a expansão de sua produção tende a gerar um crescimento relativamente pequeno de empregos." Já as indústrias de autopeças, que, ao contrário, apresentam maior potencial de geração de empregos, encontram-se completamente expostas à concorrência internacional, haja vista a alíquota de importação de apenas 2%.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Como já vimos, a atual política de incentivos governamentais à indústria automobilística tem como primeira característica ser desnecessária, supérflua, pois as montadoras já tinham o Brasil como destino natural de seus investimentos. Vimos, outrossim, a dimensão

absurda desses incentivos em muitos casos e a falta de cautela que cercou sua concessão. Analisamos, ainda, o equívoco que representa a não-inserção do regime automotivo em uma política industrial e de desenvolvimento de caráter global, com a consequente coordenação pelo Governo Federal das negociações visando a instalação das novas fábricas. No entanto, outros motivos, de caráter mais geral, indicam também, e com igual veemência, a irracionalidade dessa política de incentivos.

É inacreditável, por exemplo, que, ao buscarem tão sequiosamente a instalação de montadoras de automóveis em seus territórios, os governantes dos Estados não questionem que papel caberá a essa máquina no futuro do mundo, e, em particular, das grandes cidades. Aqueles que observam com um mínimo de atenção a evolução das grandes cidades modernas convergem na opinião de que, num futuro próximo, o uso do automóvel particular no perímetro urbano precisará sofrer severas restrições, processo que, aliás, já teve início, com a introdução de regimes de rodízio para sua circulação.

Com efeito, o automóvel particular está longe de poder ser considerado um meio de transporte racional. Quando atentamos para o fato de que um automóvel, ao se locomover, mobiliza, em média, um peso morto dez vezes maior do que a carga útil transportada, é inevitável sua associação com as máquinas dos tempos medievais. O ex-Prefeito de São Paulo José Carlos de Figueiredo Ferraz afirmava que o carro é como uma droga, "consumidor terrível de espaço, devorador de energia, agente predador, poluidor". Considerado a partir de uma ótica que coloque em primeiro lugar a qualidade de vida, o automóvel, para uso urbano, já pode ser considerado uma máquina obsoleta.

É possível imaginar que nas grandes cidades do século XXI o automóvel será substituído pelo helicóptero ou uma máquina intermediária terra/ar, enquanto transporte individual, suplementar do transporte urbano coletivo rápido, que é, indiscutivelmente, a solução do futuro, aí incluído, com especial destaque, o metrô.

No Brasil, como costuma acontecer, os paradoxos e a irracionalidade das opções administrativas manifestam-se em todos os sentidos e da pior maneira possível. Sabe-se que a solução é o transporte coletivo, mas nele não se investe nem de longe o que seria necessário. O trânsito na cidade de São Paulo está bem próximo ao colapso, já tendo sido necessário introduzir o rodízio de automóveis e existindo propostas de implantação do escalonamento de horários para as diversas atividades econômicas. Os proprietários dos mais de 4 milhões e meio de automóveis que circulam pela cidade estão saindo de casa cada vez mais cedo, para evitar os grandes congestionamentos que ocorrem a partir das 7 horas. Alguns pontos da cidade apresentam trânsito carregado já às 6

horas da manhã. No entanto, a abrangência das linhas de metrô da cidade pode ser considerada irrisória. Enquanto Nova Iorque conta hoje com cerca de 200 quilômetros de linhas e Tóquio com 400, São Paulo não tem mais do que 43. E, conquanto São Paulo seja o caso mais grave, as outras metrópoles também apresentam graves problemas de congestionamentos. Até Brasília, com seu plano urbanístico concebido para transcender os problemas decorrentes do uso do carro particular, hoje já conhece o desconforto e os prejuízos representados pelo trânsito congestionado.

Outro absurdo. Como vimos anteriormente, o índice de motorização do Brasil, de 9 habitantes por veículo, é até baixo, inferior ao do México e ao da Argentina. Contraditoriamente, o índice de motorização de nossa maior metrópole, São Paulo, é um dos maiores do mundo: 409 veículos por mil habitantes, contra 438 em Tóquio, 322 em Paris ou 259 em Nova Iorque. Nos últimos 9 anos, houve um impressionante crescimento de 70% no índice de motorização da cidade, em virtude, principalmente, das facilidades de crédito que viabilizaram o acesso a carros novos e usados para muitos paulistanos. Quer dizer, no conjunto do País, temos um número de automóveis que pode até ser considerado pequeno, nas metrópoles, exatamente onde o uso do carro particular constitui uma violentíssima agressão à qualidade de vida, temos mais automóveis do que nas congêneres dos países industrializados. O motivo evidentemente, reside na total precariedade do transporte coletivo.

Ainda no capítulo dos paradoxos, O Poder Público estimula o aumento da produção de automóveis, subsidiando pesadamente a instalação de novas plantas industriais. Estimula, também, a aquisição de veículos pela população, facilitando o crédito para esse fim. No entanto, não investe na expansão da malha rodoviária ou da rede viária das cidades, e nem sequer realiza a contento a conservação do que existe. O episódio da interdição da ponte dos Remédios, na cidade de São Paulo, ocorrido meses atrás, exemplifica de maneira paradigmática a falta de conservação que assola nossas vias mais importantes. Enquanto Estado e Município discutiam de quem era a responsabilidade, o caos era generalizado, e muitas pessoas perdiam até 12 horas nos congestionamentos.

O custo econômico dos congestionamentos urbanos é muito expressivo. No Brasil, infelizmente, inexistem cálculos precisos quanto às perdas para a economia ocasionadas pelos engarrafamentos. Nos Estados Unidos, porém, onde o problema tem gravidade muito menor do que entre nós, estima-se que os congestionamentos urbanos representem um gasto *per capita* de 750 dólares anuais, considerando-se perda de tempo, aumento de poluição e dispêndio de combustível.

Aliás, no que se refere a custos econômicos gerados pelo uso do automóvel particular como meio de transporte, vale referir o estudo de Marcia D. Lowe intitulado *Rediscovering Rail*, que aponta o automóvel como o transporte mais caro do mundo. Ele exige monumentais investimentos em ruas e estradas, em estacionamento e praças públicas, em policiamento, em petróleo, em controle de poluição, em hospitais para cuidar dos feridos em acidentes, e muitos outros. Nos Estados Unidos, gastam-se anualmente cerca de 300 bilhões de dólares em tais atividades. Uma soma colossal, correspondente a duas vezes as receitas gerais e anuais da União Federal, no Brasil.

Ainda mais relevantes do que os custos econômicos, porém, são os custos em sofrimento humano. A Organização Mundial de Saúde – OMS considera as mortes por acidente automobilístico como uma das epidemias mais mortíferas de nossa época, ao lado da malária, cólera e tuberculose. Em 1993, 885 mil pessoas foram mortas nas ruas e estradas do planeta, segundo cálculos da OMS, uma cifra quatro vezes superior à de ocorrências do mesmo tipo nos anos 80. O trânsito é hoje a principal causa *mortis* de adolescentes no mundo, ceifando mais vidas do que outros tipos de violência, relacionados a agressividade contra si mesmo ou contra outros.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores

No próximo mês, o Brasil estará comemorando 40 anos da produção do primeiro carro no País. Não é nosso propósito, de forma alguma, desmerecer, com este pronunciamento, a contribuição que esse segmento industrial deu ao desenvolvimento da Nação ao longo desses 40 anos. Nossa intenção é, isto sim, colocar na devida perspectiva o papel até hoje desempenhado pela indústria automobilística e, além disso, avaliar o papel que ela poderá desempenhar a partir de agora, considerando as mudanças pelas quais o Brasil e o mundo vêm passando e haverão de passar, forçosamente, nos anos que se avizinham.

*Nesse sentido, gostaríamos, neste momento, de trazer ao conhecimento do Plenário alguns dados referentes à atividade da indústria automobilística no País ao longo dos últimos 15 anos.

Tomemos, em primeiro lugar, os números referentes à produção de automóveis e de máquinas agrícolas.

No segmento de automóveis, que inclui carros, ônibus e caminhões, a produção, em milhares de unidades, foi a seguinte, ano a ano:

1983 - 896.5
 1984 - 864.7
 1985 - 966.7
 1986 - 1 056.3
 1987 - 920.1
 1988 - 1 068.8
 1989 - 1 013.3
 1990 - 914.5
 1991 - 960.2
 1992 - 1 073.9
 1993 - 1 391.4
 1994 - 1 581.4
 1995 - 1 629.0
 1996 - 1 804.3
 1997 (até o mês de junho) - 1 025.8

Esses números nos mostram níveis de produção praticamente estagnados até o ano de 1992, e o vigoroso crescimento a partir de 1993, como reflexo dos acordos celebrados nas câmaras setoriais em março de 92, fevereiro de 93 e fevereiro de 95, os quais reduziram tributos e aumentaram as margens de lucros empresariais, não ocorrendo, no entanto, a esperada redução nos preços dos veículos, mas servindo referidos acordos para motivar o mercado interno. A produção de mais de 1 milhão de unidades no primeiro semestre do corrente ano indica que a indústria deverá atingir sua meta de quase 2 milhões de unidades até dezembro. Até o ano 2000, o País poderá estar produzindo 2 milhões e meio de automóveis anualmente, o que o colocaria em quarto ou até em terceiro lugar no *ranking* mundial dos maiores fabricantes. A frota nacional em circulação deverá passar dos atuais 18 milhões para 20 milhões já em 1999. A pergunta que mais uma vez somos forçados a fazer é: Onde estão as vias para acomodar tantos carros, ônibus e caminhões?

Vejamos agora os números referentes à produção de máquinas agrícolas, também aqui expressos em milhares de unidades:

1983 - 30.0
 1984 - 55.6
 1985 - 56.2
 1986 - 69.0
 1987 - 62.7
 1988 - 51.5
 1989 - 43.7
 1990 - 33.1
 1991 - 22.2
 1992 - 22.1
 1993 - 32.2
 1994 - 51.3
 1995 - 28.3
 1996 - 22.2
 1997 (até o mês de maio) - 11.3

Essa série numérica evidencia de maneira muito clara as incertezas vividas pelo setor agrícola nacional ao longo dos últimos anos. Observe-se que no ano de 1992 a produção de máquinas agrícolas desceu a seu patamar mais baixo, tendo saído das fábricas 22.1 mil unidades,

menos de um terço da melhor marca histórica, atingida em 1986, de 69 mil unidades. No ano de 1993, observa-se moderada recuperação, com a produção de mais de 32 mil unidades, tendência que se fortaleceria em 94, quando chegaram a ser produzidas 51.3 mil unidades. Lamentavelmente, porém, a produção voltou a declinar em 95 e no ano passado, quando, mais uma vez, baixou ao patamar de 22 mil unidades. As 11 mil unidades produzidas nos cinco primeiros meses do corrente ano não autorizam previsão de melhoria do quadro.

Passemos agora aos dados referentes ao número de empregos diretos oferecidos pela indústria automobilística nos últimos 15 anos, expressos em milhares de pessoas:

1983 - 119.1
 1984 - 130.1
 1985 - 145.8
 1986 - 157.7
 1987 - 141.4
 1988 - 138.7
 1989 - 143.6
 1990 - 138.4
 1991 - 124.9
 1992 - 119.3
 1993 - 120.6
 1994 - 122.1
 1995 - 121.5
 1996 - 114.0
 1997 (média considerados os cinco primeiros meses do ano) - 113.7

Temos evidenciado, de maneira cristalina, nessa série numérica, o processo de automatização das linhas de montagem da indústria automobilística. Atente-se que o vertiginoso aumento na produção de automóveis a partir de 1993 não representou qualquer incremento no número de postos de trabalho oferecidos. Ao contrário, os números referentes ao ano passado e a este ano são os mais baixos de toda a série, inobstante as produções recordes de 1.8 milhão e 2 milhões de unidades, respectivamente. É interessante observar que a produção de pouco mais de 1.1 milhão de unidades em 1986, entre automóveis e máquinas agrícolas, absorveu o trabalho de quase 160 mil pessoas. Já no ano passado, a produção de mais de 1.8 milhão de unidades empregou apenas 114 mil pessoas.

Esse fenômeno aparece de maneira ainda mais visível quando nos debruçamos sobre o número de automóveis produzidos em proporção a cada empregado, ano a ano. Em 1981, para cada empregado na indústria eram produzidos 7.5 automóveis por ano. Em 1988, esse número já era de 9.5. Em 1993, chegava a 13. E em 1995, **para cada empregado foram produzidos 15.6 veículos, mais do dobro que 15 anos antes!** Na indústria de máquinas agrícolas, a evolução

foi muito semelhante. Enquanto em 1983 produzia-se 1,7 máquina por cada empregado, em 1994 já eram 3,4 máquinas por empregado, exatamente o dobro! Como se pode ver, depositar nesse ramo industrial a esperança de redução do desemprego não parece muito sensato.

Tentemos avaliar, agora, a contribuição da indústria automobilística brasileira para o esforço de exportação. Vamos aos números, em milhares de dólares, englobando as exportações de autoveículos e de máquinas agrícolas.

1983 - 1.490,2
1984 - 1.751,4
1985 - 1.873,1
1986 - 1.682,7
1987 - 2.756,4
1988 - 3.191,5
1989 - 3.174,8
1990 - 2.409,7
1991 - 2.172,9
1992 - 3.375,9
1993 - 2.965,1
1994 - 3.138,8
1995 - 2.864,1
1996 - 3.070,5
1997 (até o mês de maio) - 1.402,1

Esses números mostram o acentuado crescimento das exportações brasileiras de autoveículos no período de 83 a 88 e o declínio nos anos de 90 e 91. Em 1992 foi atingida a melhor marca histórica, com quase 3,4 milhões de dólares exportados. Nos anos seguintes as exportações mantiveram-se sempre próximas ao patamar de 3 milhões de dólares.

No entanto, falar de exportações isoladamente significa muito pouco. O que importa de fato é avaliar a balança comercial do setor. E, nesse particular, os dados revelam que a importação de automóveis tem sido uma das maiores responsáveis pelo déficit da balança comercial brasileira no período mais recente. Em 1996, as importações de veículos superaram as exportações em 818 milhões de dólares e o resultado deste ano será ainda pior, pois apenas no primeiro semestre o saldo negativo atingiu 622 milhões de dólares. Em número de veículos, as importações realizadas no primeiro semestre por montadoras com fábrica no Brasil foram 80% superiores às feitas em igual período do ano passado. O incremento do déficit tem proporção ainda mais assustadora no segmento de autopeças: o déficit pulou de 48 milhões de dólares em 96 para 262 milhões de dólares nos seis primeiros meses de 97.

Essa situação é consequência de o regime automotivo garantir incentivos fiscais para as montadoras que se estão instalando, e para

aqueles já instaladas no País, como, por exemplo, a redução de até 90% das alíquotas de importação para insumos e peças. Dessa forma, além do aquecimento da demanda doméstica por veículos, também estão contribuindo para o aumento do déficit as empresas que estão chegando ao País, as quais estão importando e investindo nas instalações de seus parques industriais.

Por derradeiro, vejamos os números relativos aos investimentos realizados pela indústria automobilística no País, referindo-se ao ano de 1995, neste caso, os últimos dados precisos disponíveis. Os números estão expressos em milhões de dólares e englobam autoveículos e máquinas agrícolas automotrizes.

1983 - 406,6
1984 - 311,4
1985 - 517,3
1986 - 576,3
1987 - 656,3
1988 - 637,1
1989 - 670,2
1990 - 995,0
1991 - 937,9
1992 - 944,7
1993 - 967,1
1994 - 1.310,7
1995 - 1.799,6

Essa série nos revela o expressivo aumento dos investimentos realizados pela indústria automobilística no País a partir do ano de 1990, quando o incremento foi próximo a 50% em comparação com o ano anterior. Novos degraus foram galgados nos anos de 94 e 95, quando, por mais duas vezes, os volumes de investimentos sofreram acréscimos superiores a 30%. Dessa forma, os investimentos realizados em 1995 foram 2,7 vezes superiores aos efetuados em 1989.

Informações divulgadas pela imprensa dão conta de que o volume de investimentos continua em ascensão. Estima-se que a média anual para esta segunda metade da década de 90 devesse situar-se em torno de 3,6 bilhões de dólares por ano, montante três vezes superior à média da primeira metade da década e sete vezes superior à média de investimento na década de 80. É importante aqui ressaltar, porém, a impossibilidade de se determinar qual parcela desses montantes corresponde a importações de bens de capital e outros itens - o que contribui para o desequilíbrio de nossa balança comercial -, bem como ao reingresso de lucros e dividendos anteriormente remetidos ao exterior.

Que o volume de investimentos é expressivo não se pode negar, o que cabe questionar é a efetiva contribuição que esses

investimentos trarão a solução dos graves problemas nacionais, como o desemprego e a desigualdade regional.

No que se refere a questão do emprego, já tivemos oportunidade de verificar, com abundância de dados, que as montadoras produzem cada vez mais veículos empregando cada vez menos pessoas.

No que concerne ao problema da desigualdade regional, as perspectivas não são mais alvissareiras. Até agora foram habilitadas ao regime automotivo para as Regiões Sul e Sudeste 141 empresas, incluindo montadoras, fabricantes de autopeças e indústrias de máquinas rodoviárias e agrícolas. Já o programa voltado para os Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste atraiu... 25 empresas! Do montante de investimentos estimado em cerca de 20 bilhões de dólares para o conjunto do País, caberá às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste uma parcela de... 2,75 bilhões de reais! Para o meu Estado do Tocantins, especificamente, estão previstos investimentos da ordem de 31,8 milhões de reais. Para o conjunto da Região Norte, as inversões deverão ser de 45,3 milhões de reais. Com certeza, não se pode dizer que tenhamos ficado com a parte do leão.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Voltamos a afirmar que não desconhecemos a contribuição que a indústria automotiva deu ao desenvolvimento nacional ao longo dos últimos 40 anos. O que desejamos ressaltar, apenas, é que o desmedido investimento de recursos públicos para incentivar o fortalecimento desse ramo da indústria não se justifica.

Isso porque, de um lado, é flagrante a necessidade de dotar o País de uma matriz de transportes mais equilibrada, com uma ênfase muito maior aos transportes metro-ferroviário, marítimo e fluvial, o que representará significativa economia de recursos e redução do tão falado custo-Brasil; de outro lado, sob o ponto de vista do desenvolvimento harmônico da Nação, urge estimular a atividade econômica que é a verdadeira vocação deste País, a atividade econômica cujo robustecimento implicará a redução das desigualdades regionais, a interiorização do desenvolvimento e o alívio das pressões sociais nas grandes metrópoles do Sul e do Sudeste. Refiro-me, evidentemente, a atividade agrícola.

Já está na hora do Brasil parar de avocar para si uma realidade que não é a sua, mas de outros países, e tratar de se concentrar na sua verdadeira vocação. Quantos empregos poderiam ser gerados no campo

com os recursos que os Governos Estaduais estão colocando à disposição das montadoras?

Este País tem vocação para ser o celeiro do mundo. A agropecuária respondeu, em 1996, por 12% do PIB nacional. Dos 47,7 bilhões de dólares que exportamos o ano passado, mais de 37% resultaram da venda de produtos agropecuários. Este ano, a contribuição do campo ao esforço de exportação será ainda maior. Isso, apesar das barreiras injustificáveis que são impostas aos nossos produtos, tal como ocorre com o açúcar, os citrinos e as carnes bovinas e suínas. Se envidássemos os necessários esforços diplomáticos para derrubar essas barreiras, não teríamos mais problemas de déficit na balança comercial.

E já que estamos falando de agricultura e de diversificação da matriz de transportes, não podemos deixar de referir um dos mais importantes projetos deste País, a Ferrovia Norte-Sul. Por que não priorizar a continuidade dessa obra fundamental, que, ao cruzar o território nacional de ponta a ponta, favorecerá o escoamento de nossas safras, com custo reduzido, assim contribuindo para o barateamento dos preços internos dos alimentos e para a maior competitividade de nossas exportações agropecuárias?

No que se refere ao transporte fluvial, merece prioridade a Hidrovia Araguaia-Tocantins, ligando Belém do Pará a Aruanã, em Goiás, obra que depende da construção das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí. E, ainda tendo em vista a importância de facilitar o escoamento de nossa produção agrícola e aumentar sua competitividade no mercado externo, e da maior relevância a ligação de nossa malha rodoviária com os portos chilenos e peruanos do Pacífico, mediante a construção da BR 174, integrada à 364.

Outra obra que não pode cair no esquecimento é a Usina de Lageado, em Palmas, Tocantins, empreendimento indispensável para o adequado suprimento de energia elétrica aquela região do País.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Precisamos valorizar as inigualáveis extensões de terras agricultáveis de que dispomos. Priorizando projetos agroindustriais, estaremos contribuindo para a geração de muitos empregos e para a fixação da população no campo e nas pequenas e médias cidades. Isso tornará a vida melhor lá, e também nas grandes metrópoles.

Por outro lado, se estamos de fato preocupados com a questão do desemprego, um setor que não pode, de maneira alguma, deixar de

merecer nossa atenção e o da construção imobiliária, tradicionalmente um dos que mais absorve mão-de-obra, particularmente a de menor qualificação. Urge que o Governo Federal encontre uma solução para a crise por que passa a maior construtora do País e uma das maiores do mundo, a Encol. Embora atravessasse dificuldades, a Encol, diferentemente das instituições financeiras que recentemente receberam socorro do Governo, **tem patrimônio líquido positivo**, o que permite encontrar uma solução que não represente ônus para os cofres públicos. Trata-se de uma empresa que, **sozinha**, empregava, até poucos meses atrás, 20 mil **pessoas**, correspondendo a **quase 20%** dos empregos oferecidos pelo **conjunto da indústria automobilística do País**. Se queremos estimular a geração de empregos, quem merece mais incentivos, a indústria automobilística ou a de construção civil?

Afora a importância individual da empresa como grande empregadora, a situação da Encol merece atenção governamental por outros motivos. Tendo em vista sua liderança no setor, sua eventual quebra teria gravíssimos reflexos sobre a credibilidade do segmento como um todo. Hoje, a Encol tem 700 empreendimentos paralisados e mais de 40 mil mutuários aflitos. Caso esse enorme grupo de pequenos poupadores restasse irreparavelmente lesado, é de duvidar que alguém ainda se arriscasse a comprar imóveis na planta. Afinal, se a empresa líder do setor não for capaz de honrar seus compromissos, o que se poderá

esperar das demais? Uma tal crise de credibilidade afundaria de vez o setor da construção civil, com gravíssimas sequelas sociais nas áreas do emprego e da habitação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Progresso, desenvolvimento devem continuar sendo obsessões nacionais. Mas não podemos nos fixar nos padrões de atividade econômica que convêm a outras nações, e não a nós. Para o Brasil, não basta aumentar a produção. Precisamos, desesperadamente, de atividades produtivas que absorvam mão-de-obra. Não nos é conveniente incharmos ainda mais nossos grandes centros urbanos. Precisamos interiorizar o processo de desenvolvimento. Não interessa, nem aos Estados ricos nem aos Estados pobres, o alargamento do fosso que os separa. Somos uma Nação, e interessa a esta Nação reduzir a desigualdade regional.

Vamos apostar no campo. Vamos priorizar a agricultura. Esse é o caminho seguro para o resgate da dívida social, para a integração e a harmonia do homem e das regiões brasileiras.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.573-10 DE 31 DE JULHO DE 1997, QUE "ALTERA DISPOSITIVO DAS LEIS NºS 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1.990, 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1.992, E 2.180, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1.954, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS

EMENDAS NÚMEROS

DEPUTADO ADYLSO MOTA

030, 048

DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO

003, 005

DEPUTADO ARLINDO VARGAS

025, 026, 027

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 029, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 042, 047, 049, 052, 053, 054, 057, 065
DEPUTADA DALILA FIGUEIREDO	002, 046
DEPUTADO HUGO BIEHL	055
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL	010, 011, 014, 039, 040, 041, 043, 044, 045, 051, 056, 059, 063
DEPUTADA MARIA VALADÃO	001, 004
DEPUTADO PEDRO NOVAIS	028, 058
DEPUTDO PEDRO WILSON GUIMARÃES	064
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	006, 007, 008, 009, 050, 060, 062
DEPUTADO SEVERIANO ALVES	012, 013, 038, 061, 066, 067

TOTAL DE EMENDAS: 67

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.576-2, DE 31 DE JULHO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DOS ÓRGÃOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado JOSÉ PIMENTEL

001, 002, 003, 004.

TOTAL DAS EMENDAS: 04

(*) Publicadas em suplemento à presente edição.

ATO DO PRESIDENTE

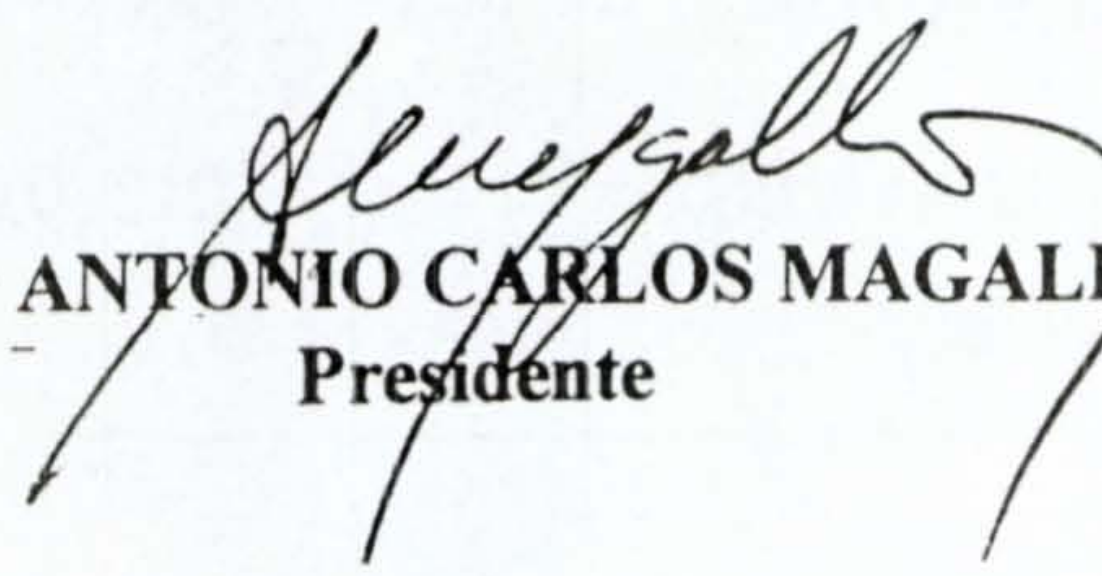
ATO DO PRESIDENTE

Nº 185, DE 1997

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Presidente nº. 184 de 1997, que nomeou JOEL ARRAIS para compor a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, e nomear LUIS CARLOS PIRES RAYOL para compor a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, prevista no art. 11 e Anexo 1 e 2, da Resolução nº. 9, de 1997, exercendo a função de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1997



Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2539, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

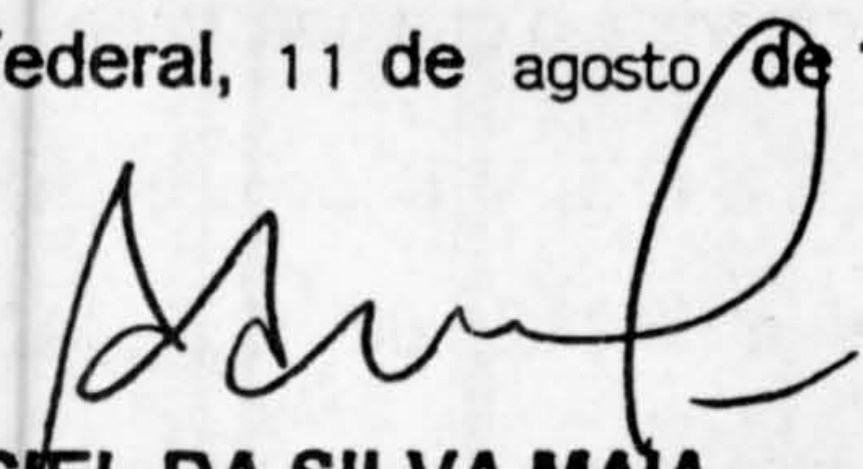
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO JOSÉ VASCONCELOS ZARANZA, matrícula nº 4775, e, JAVERT LACERDA SANTOS JÚNIOR, matrícula nº 3478, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 21/96, celebrado entre o Senado Federal e EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2540 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

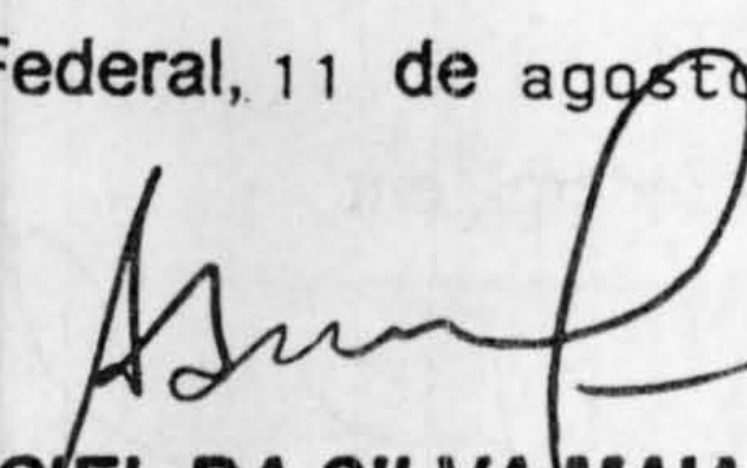
RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras JAQUELINE SILVEIRA, matrícula nº 1220, e ANA RITA NUNES MARQUES, matrícula nº 1955, como gestora titular e substituta, respectivamente, do Contrato nº 116/97, celebrado entre o Senado Federal e LUX - JORNAL RECORTES LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997.

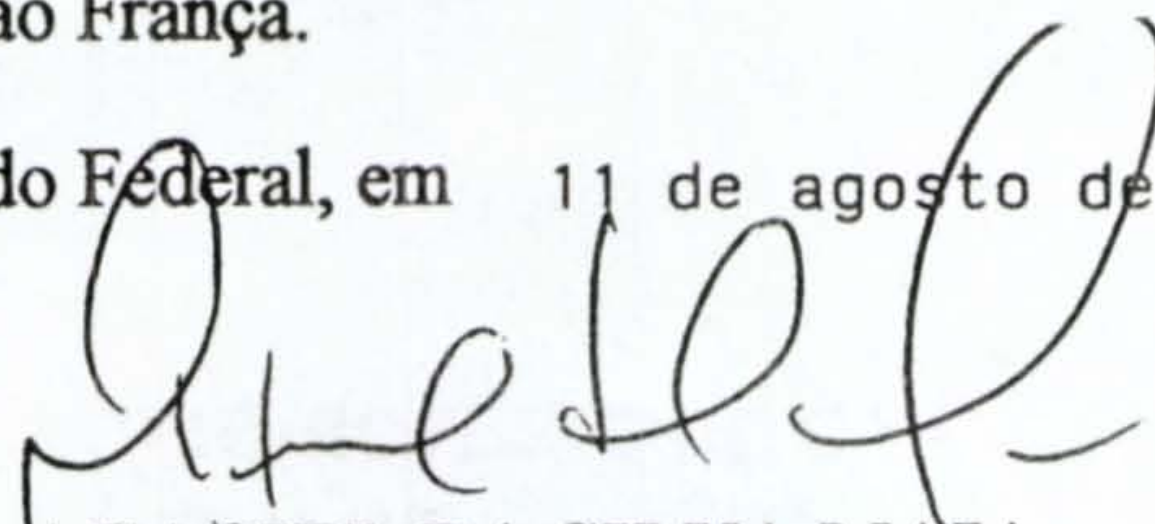

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2541, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.036/97-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO KEELY SILVA ALVES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João França.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1997

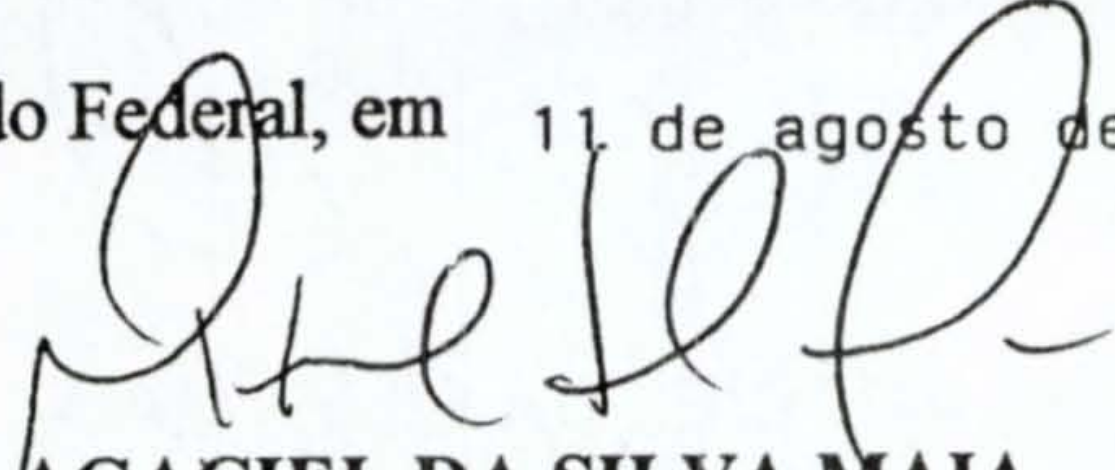

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2542, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.006/97-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUZANA RIBEIRO BEZERRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

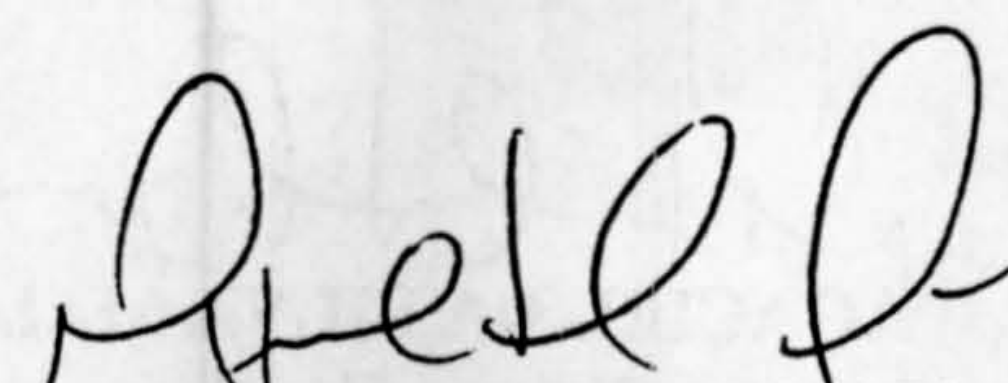
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2543 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9939/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora VERÔNICA DE CARVALHO MAIA ARAGÃO, matrícula 4771, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

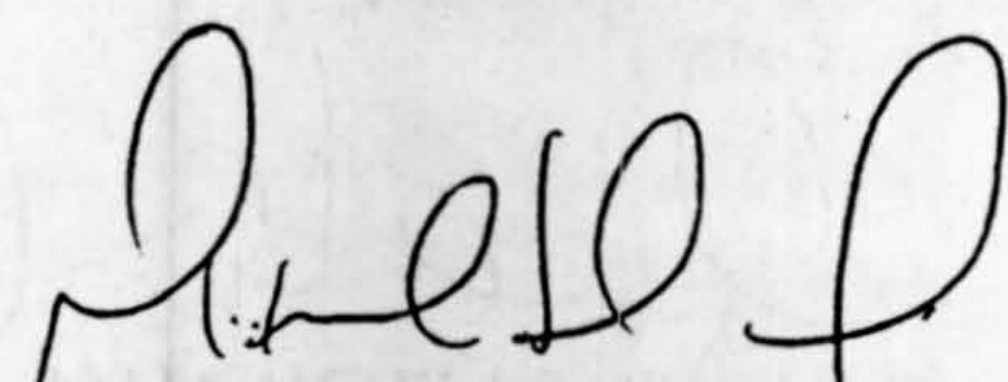
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2544 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9939/97-0,

RESOLVE designar a servidora VERÔNICA DE CARVALHO MAIA ARAGÃO, matrícula 4771, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2545 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13576/97-6,

RESOLVE designar a servidora CÉLIA REGINA FRANÇA PESSOA, matrícula 3996, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 31 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2546, DE 1997**

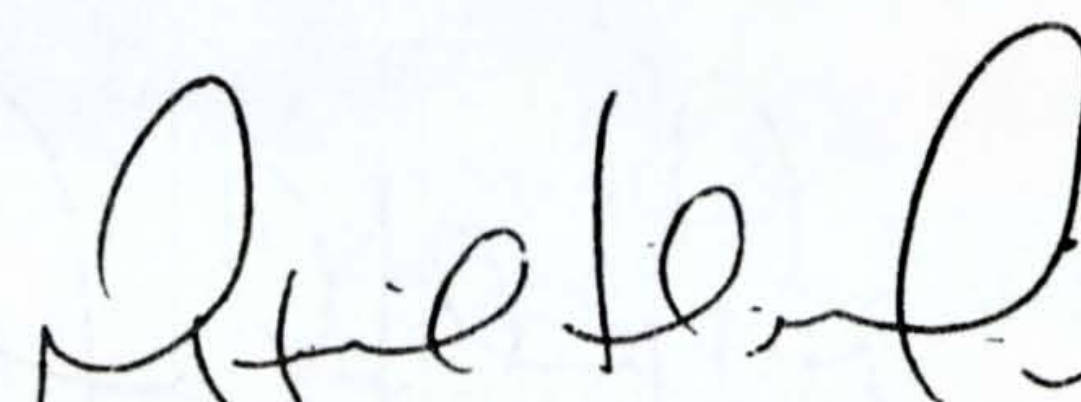
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13431/97-8,

RESOLVE:

Art. 1º. É designado o servidor ADALBERTO JOSÉ CARNEIRO FILHO, matrícula 3941, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Auditoria de Gestão da Secretaria de Controle Interno, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º. Revoga-se a designação da servidora Maria Irani Carneiro Kay, contida no Ato nº 1201, de 1997, desta Diretoria-Geral.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2547 , DE 1997**

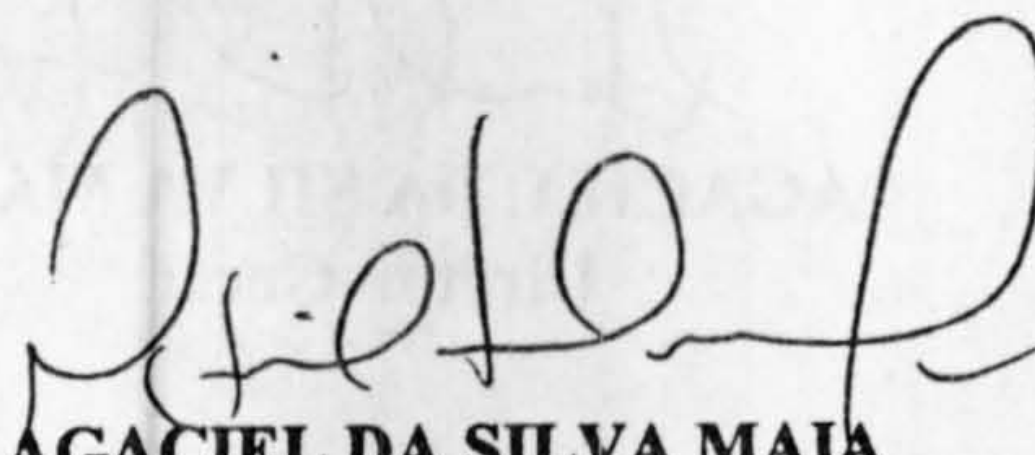
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13431/97-8,

RESOLVE:

Art. 1º. É designada a servidora ANA CLÁUDIA CEOLIN SILVA, matrícula 1741, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-7, da Secretaria de Controle Interno, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º. Revoga-se a designação da servidora Marisa Monteiro Mourão, contida no Ato nº 1200, de 1997, desta Diretoria-Geral.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



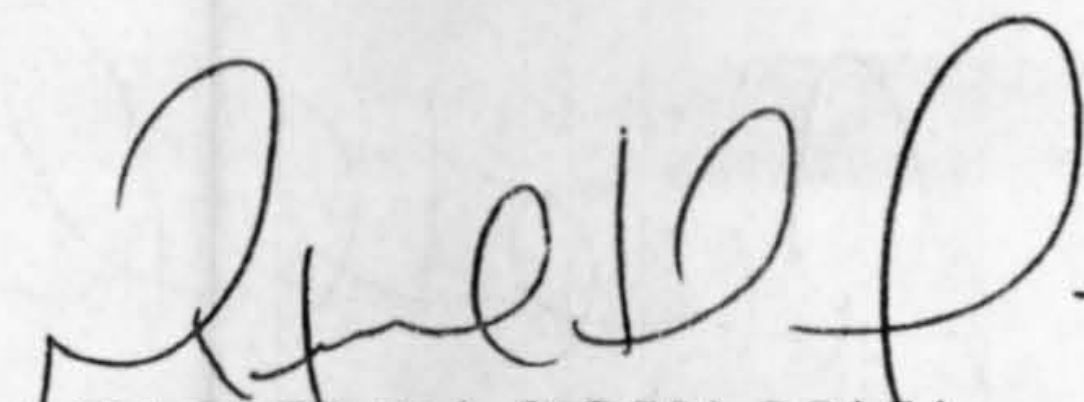
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº.2548 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12840/97-1,

RESOLVE dispensar o servidor GERALDO MAGELA DA SILVA, matrícula 2811, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Coordenação Legislativa, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997, e lotá-lo no Gabinete do Senador Joel de Hollanda a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



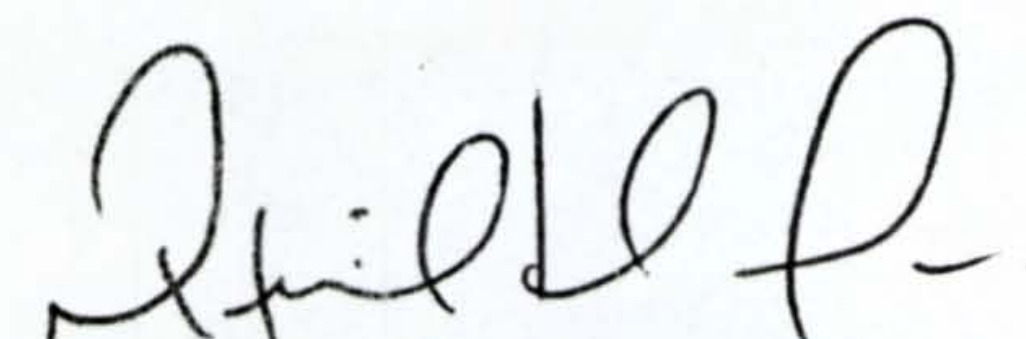
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2549 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12840/97-1,

RESOLVE designar o servidor GERALDO MAGELA DA SILVA, matrícula 2811, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete do Senador Joel de Hollanda, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997. ,

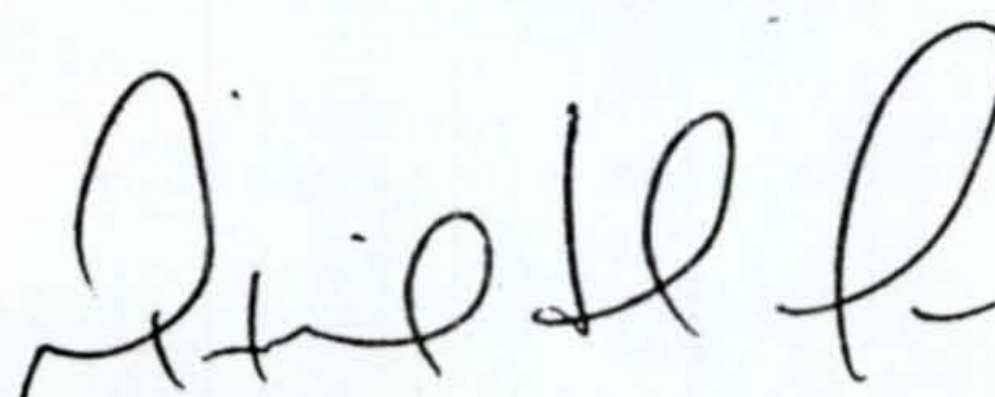
Senado Federal, 11 de agosto de 1997

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 2550 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12454/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor FERNANDO LUIZ MEDEIROS DE MOURA, matrícula 3975, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Mecanógrafo-Revisor, Símbolo FC-03, do Serviço de Protocolo Administrativo da Secretaria Administrativa, com efeitos financeiros a partir de 11 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997

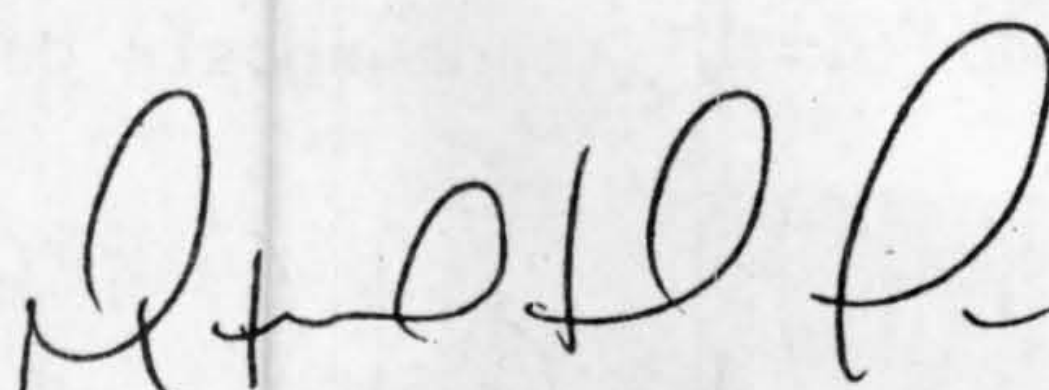
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2551 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12453/97-8,

RESOLVE designar a servidora MARY CRUZ PEREIRA, matrícula 3063, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Mecanógrafo Revisor, Símbolo FC03, do Serviço de Protocolo Administrativo, com efeitos financeiros a partir de 11 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



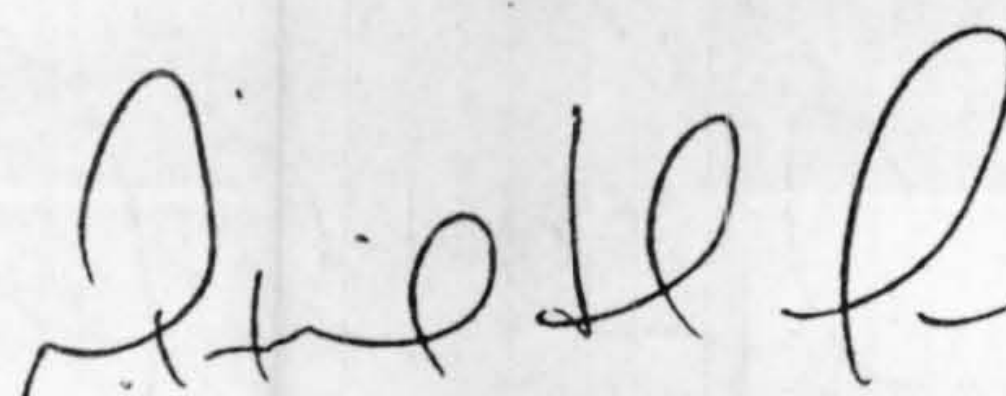
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2552 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12260/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora ALAYDE FERREIRA DOS ANJOS, matrícula 1530, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do Serviço de Protocolo Administrativo da Secretaria Administrativa, com efeitos financeiros a partir de 09 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



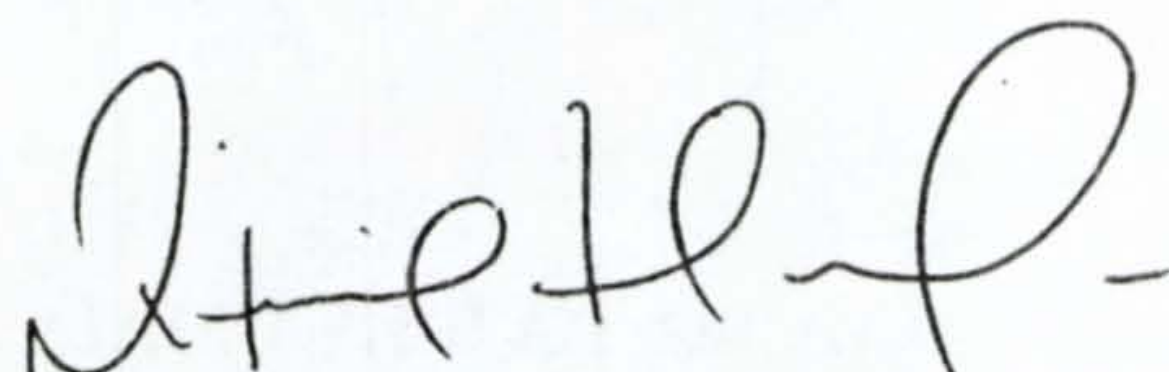
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2553 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12429/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO OLIVEIRA DA CRUZ, matrícula 2135, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Serviço de Protocolo Administrativo, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



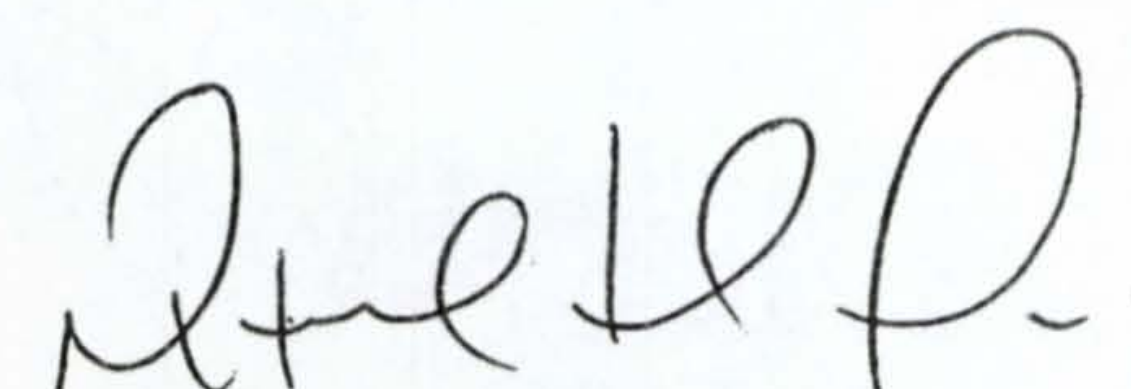
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2554 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12429/97-0,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO OLIVEIRA DA CRUZ, matrícula 2135, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC04, do Serviço de Protocolo Administrativo, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



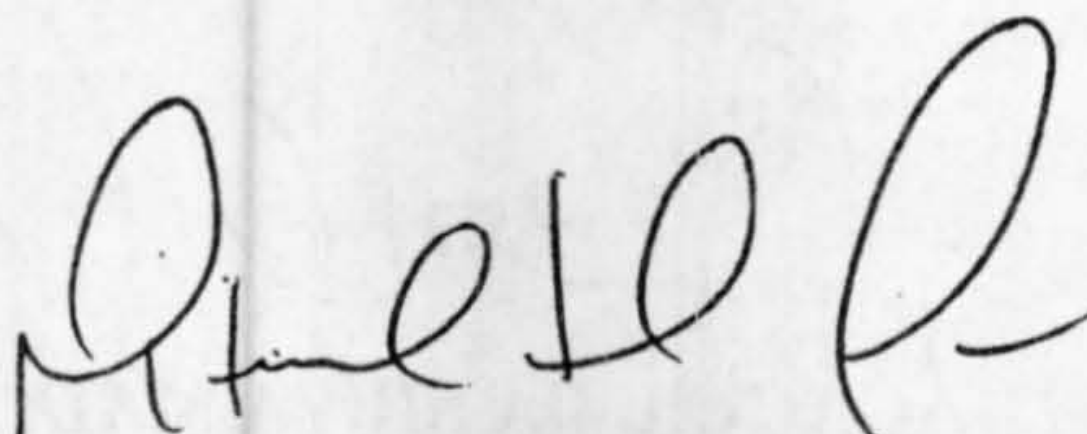
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2555 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12660/97-3,

RESOLVE designar a servidora SANDRA DO CANTO RAMOS, matrícula 2603, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Biblioteconomia, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

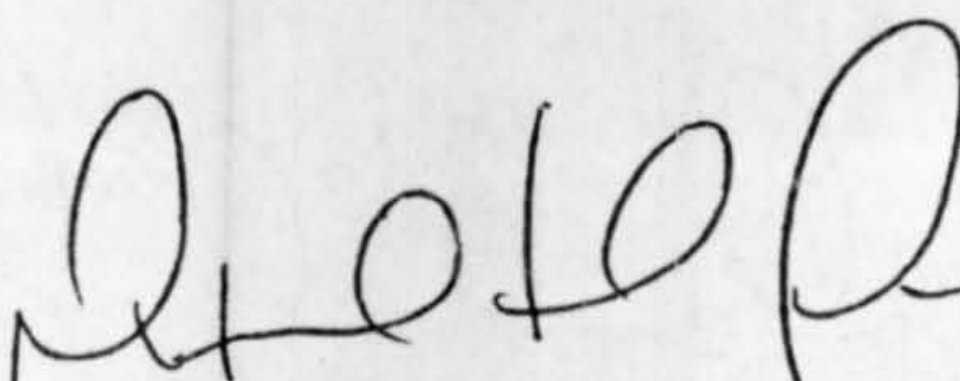
Senado Federal, 11 de agosto de 1997

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2556 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12148/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora JUSSARA GREGÓRIO PERPÉTUO, matrícula 3910, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 08 de julho de 1997, e lotá-la na Coordenação Jornal do Senado a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997

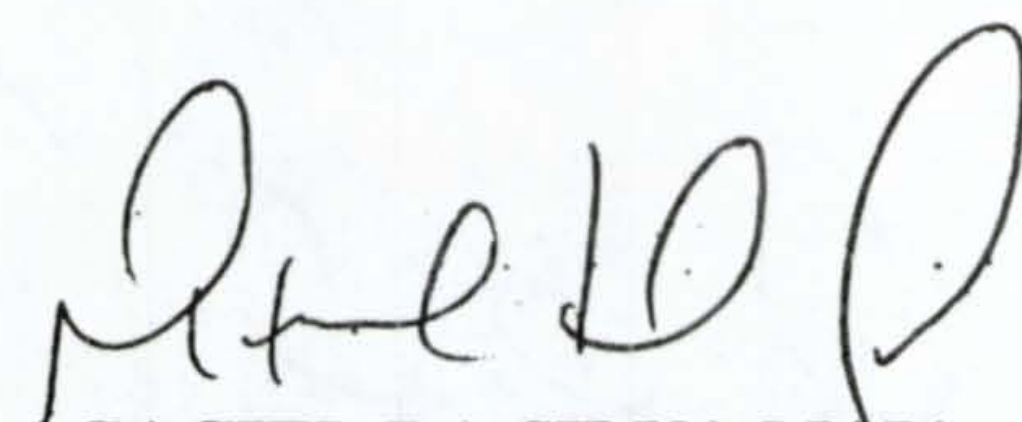
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2557 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12148/97-0,

RESOLVE designar a servidora JUSSARA GREGÓRIO PERPÉTUO, matrícula 3910, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC04, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



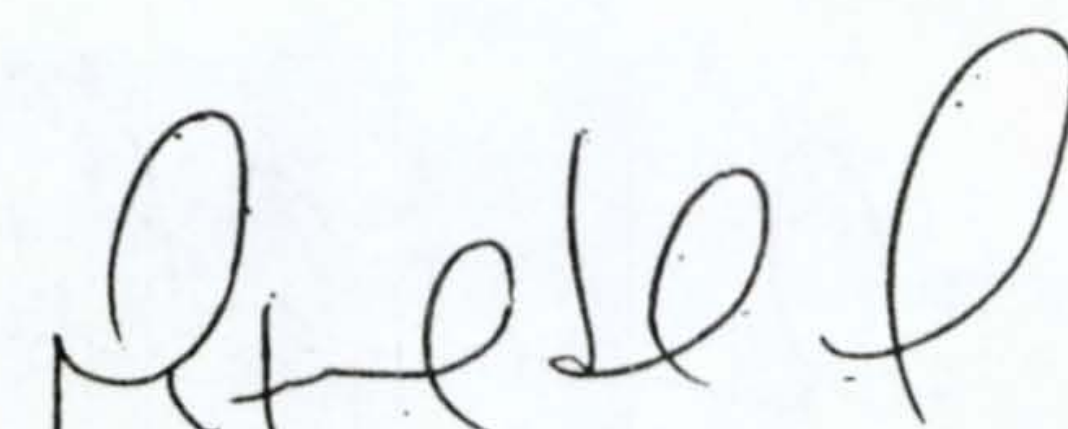
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2558, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12199/97-4,

RESOLVE dispensar a servidora SELMA MARIA SIMÕES SILVA, matrícula 3336, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 09 de julho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



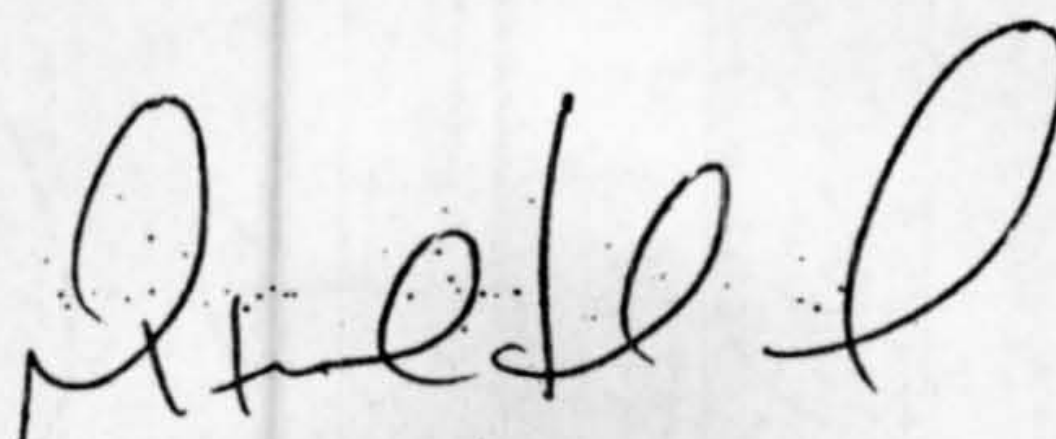
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2559 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12199/97-4,

RESOLVE designar a servidora SELMA MARIA SIMÕES SILVA, matrícula 3336, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 09 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



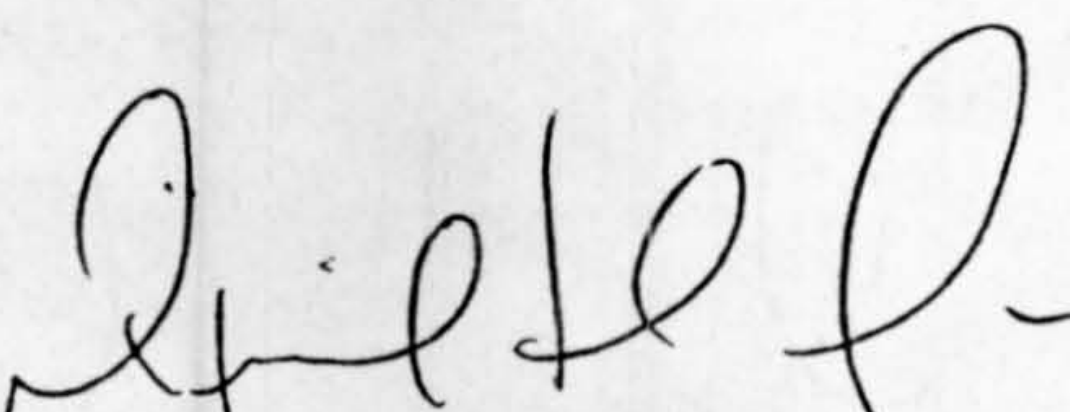
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2560 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12870/97-8,

RESOLVE dispensar o servidor JACONIAS PIRES DOS SANTOS, matrícula 3243, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Engenharia, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



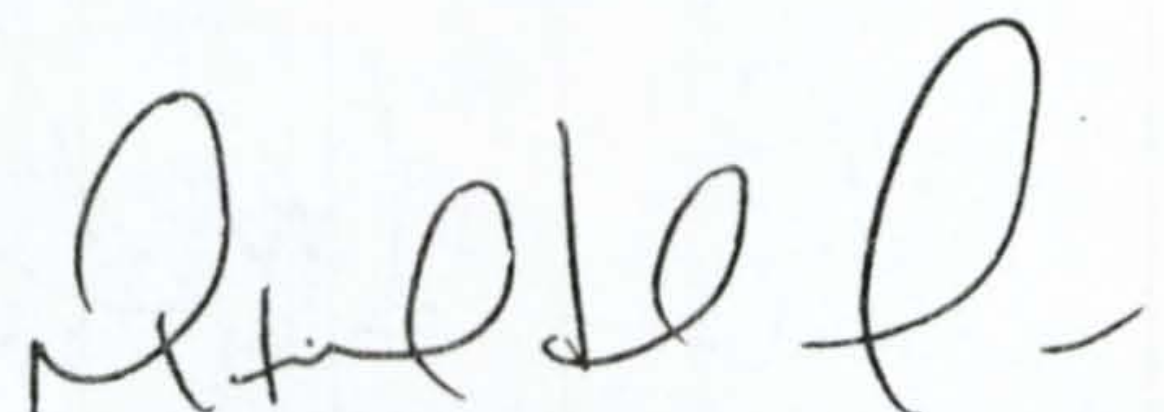
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2561 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12870/97-8,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO, matrícula 3200, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC05, da Subsecretaria de Engenharia, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997.

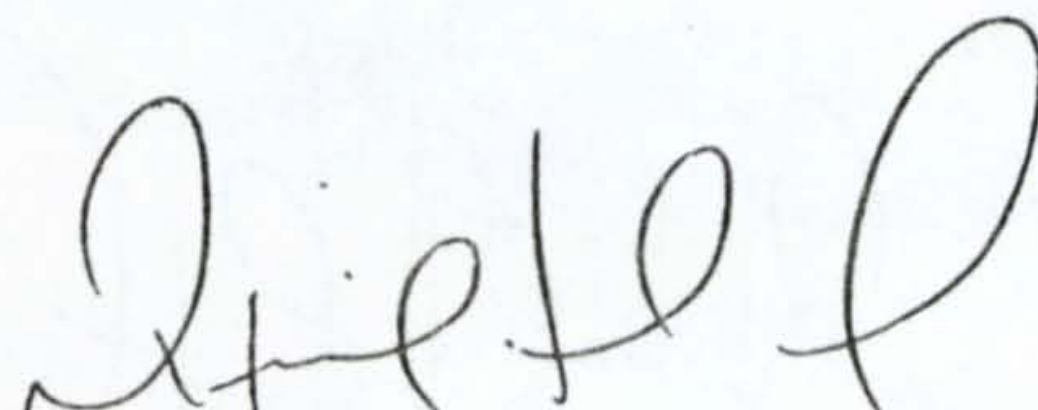
Senado Federal, 11 de agosto de 1997

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº.2562 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12345/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora TAIDÊ ARAGÃO CAMPELO, matrícula 3798, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Administração Financeira, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997, e lotá-la no Serviço de Protocolo Administrativo da Secretaria Administrativa a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997

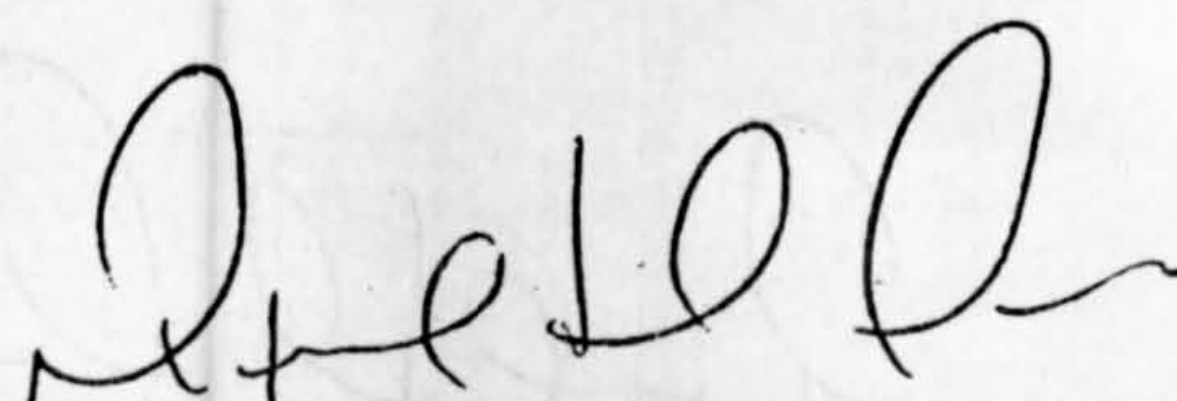
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2563 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12345/97-0,

RESOLVE designar a servidora **TAIDÊ ARAGÃO CAMPELO**, matrícula 3798, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Mecanógrafo-Revisor, Símbolo FC03, do Serviço de Protocolo Administrativo, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



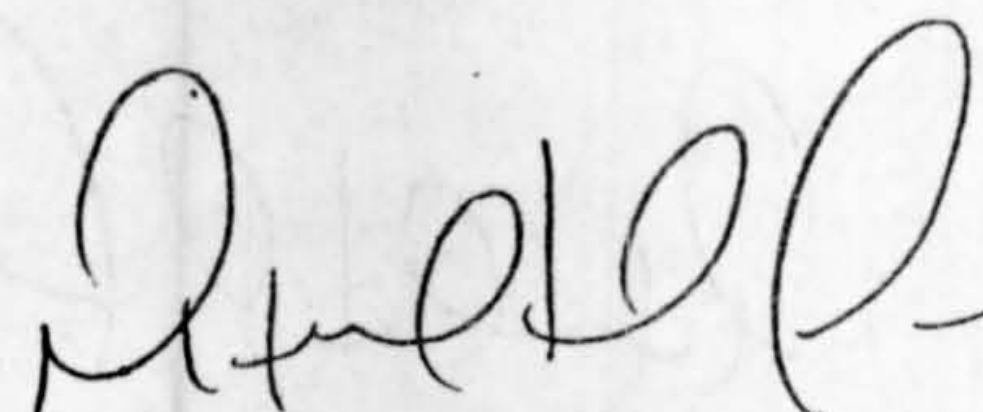
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº.2564 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12093/97-1,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS HENRIQUE MATOS CLAUDIO**, matrícula 2770, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 08 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



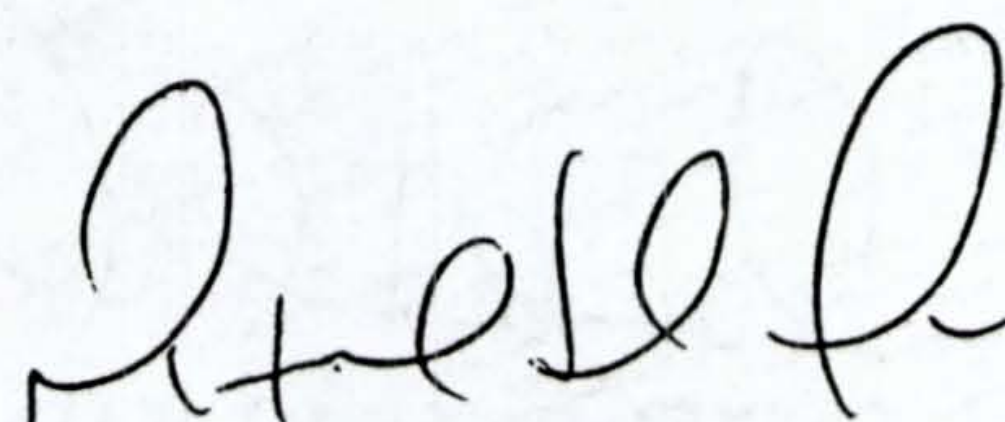
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2565 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12093/97-1,

RESOLVE designar o servidor **CARLOS HENRIQUE MATOS CLAUDIO**, matrícula 2770, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC05, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 08 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



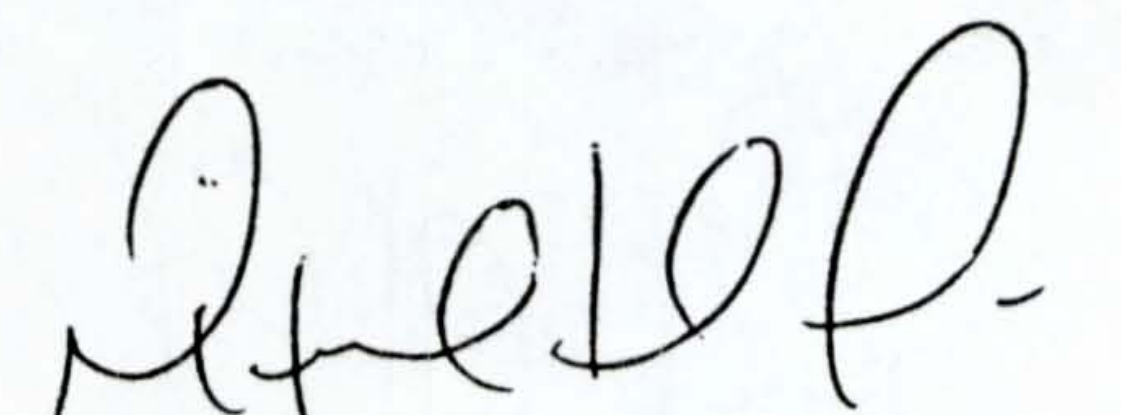
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2566 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12094/97-8,

RESOLVE dispensar o servidor **ESPEDITO MARQUES DE AZEVEDO**, matrícula 1784, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 08 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



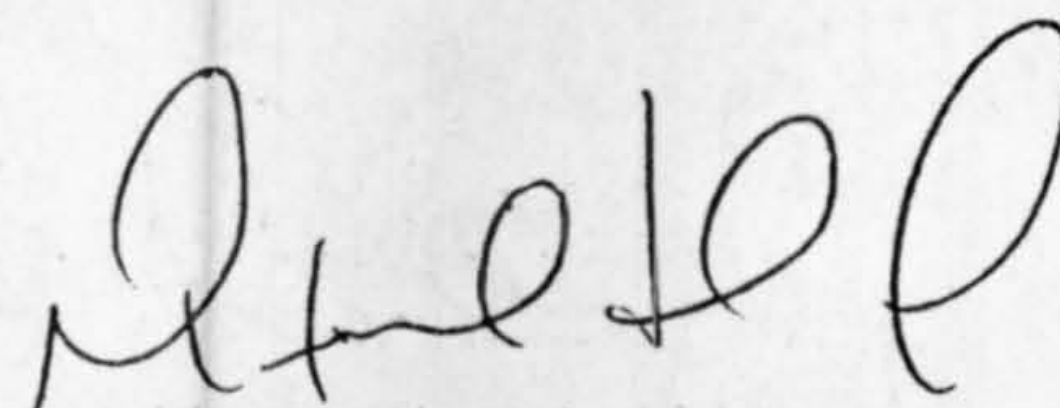
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2567 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12094/97-8,

RESOLVE designar o servidor ESPEDITO MARQUES DE AZEVEDO, matrícula 1784, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC06, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 08 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



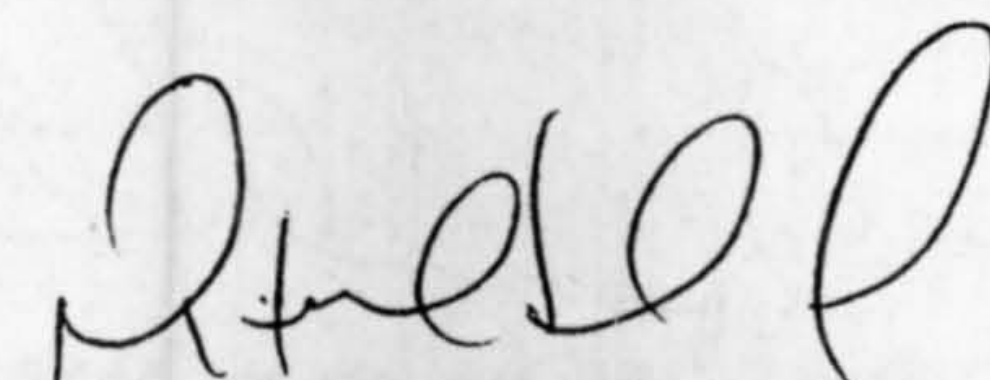
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2568 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12759/97-0,

RESOLVE designar a servidora DIVINA BORGES DE SANTANA, matrícula 2005, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC01, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 16 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



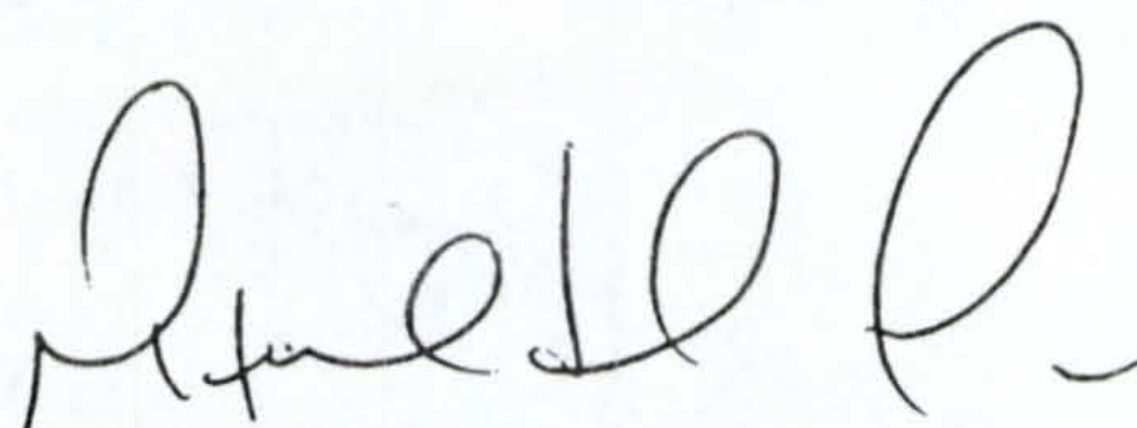
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2569 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12541/97-4,

RESOLVE designar o servidor GENIVALDO FERNANDES MENDONÇA, matrícula 1624, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 14 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



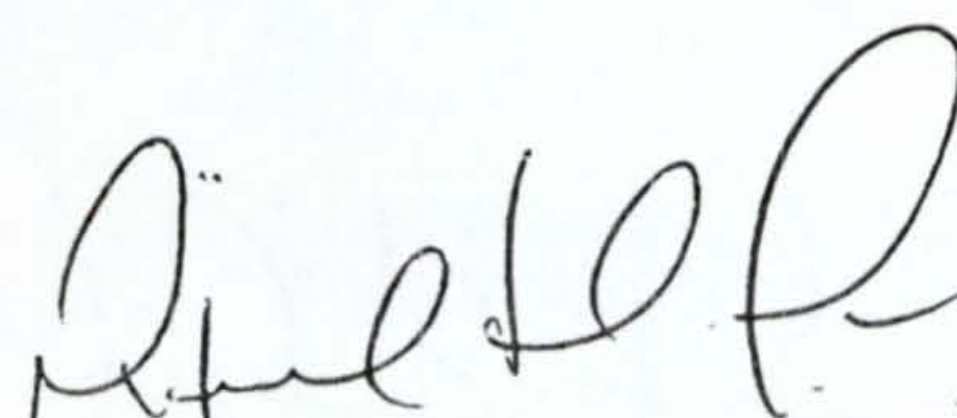
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2570 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12291/97-8,

RESOLVE dispensar o servidor LOURIVAL JULIÃO DA SILVA, matrícula 2065, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Júlio Campos, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



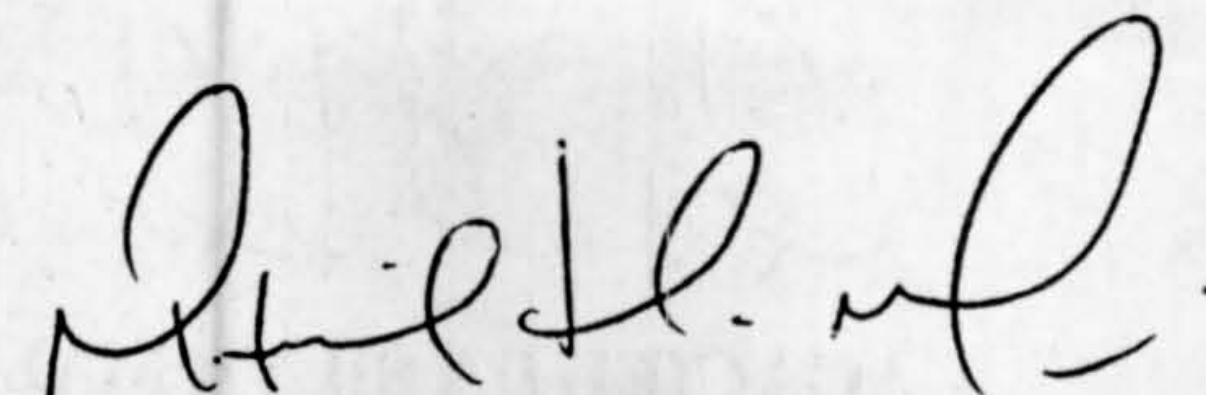
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2571 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12291/97-8,

RESOLVE designar o servidor **LOURIVAL JULIÃO DA SILVA**, matrícula 2065, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Júlio Campos, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

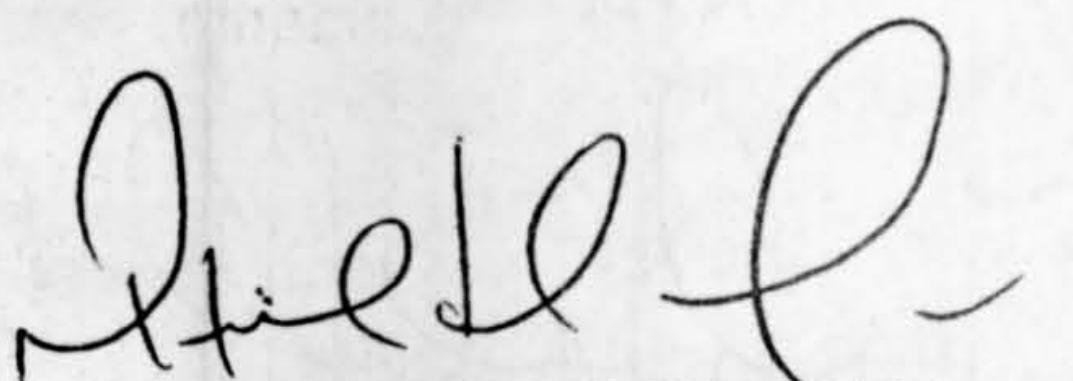
Senado Federal, 11 de agosto de 1997

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 2572 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12423/97-1,

RESOLVE designar o servidor **MARINALDO JUAREZ DA SILVA**, matrícula 3185, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997

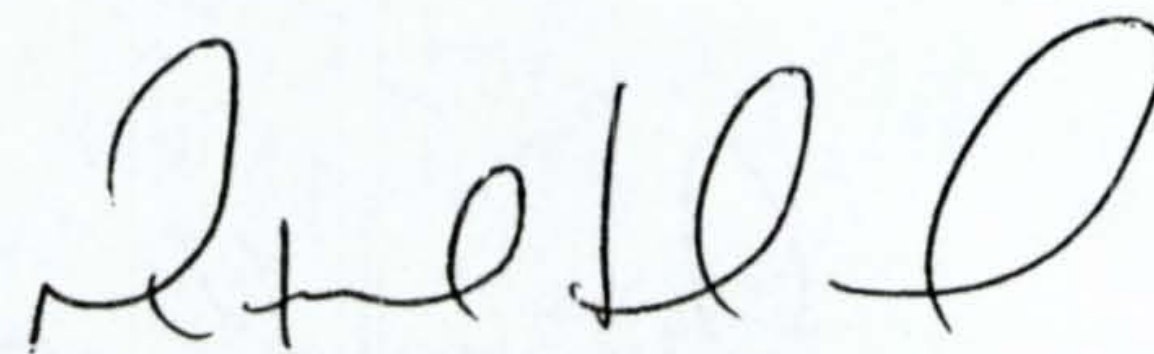
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2573 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10322/97-3,

RESOLVE designar o servidor ILDEFONSO CÂNDIDO TEIXEIRA, matrícula 1251, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, no Gabinete do Senador Lúdio Coelho, no período de 17 a 26 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



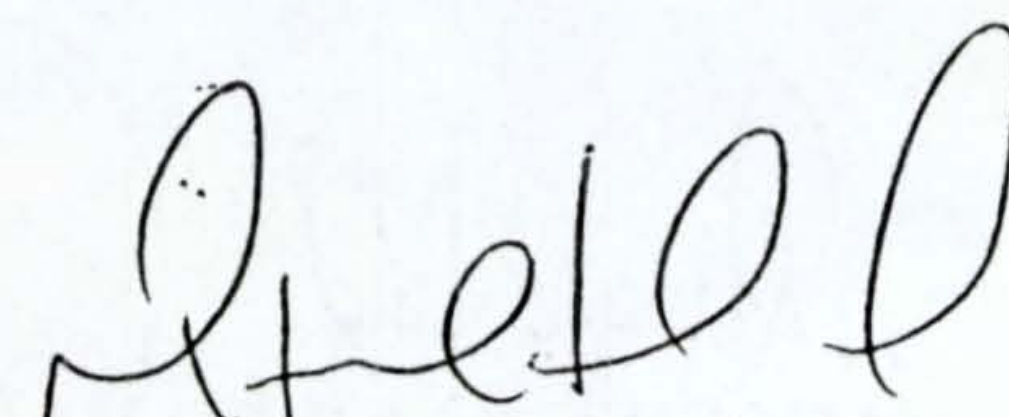
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2574 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12346/97-7,

RESOLVE dispensar a servidora MARY CRUZ PEREIRA, matrícula 3063, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Administração Financeira, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



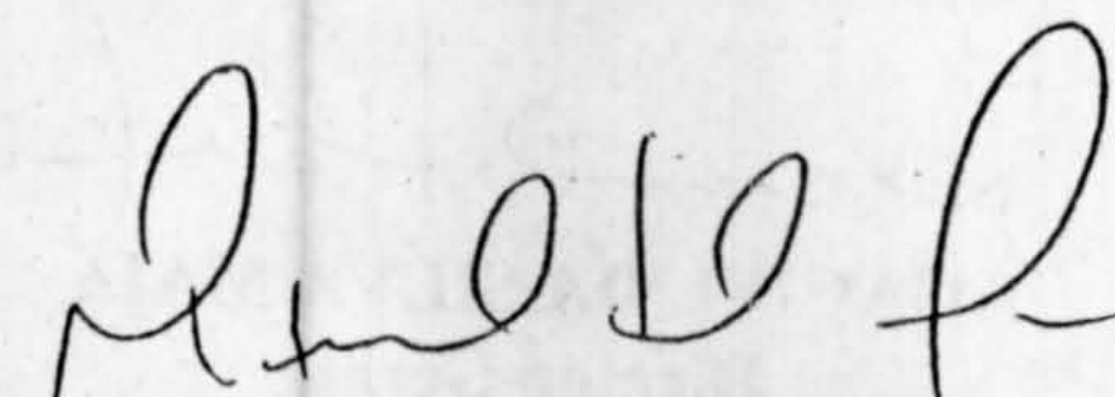
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2575 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12831/97-2,

RESOLVE dispensar a servidora **ELVENY VERA CRUZ LOBATO DE ARAÚJO**, matrícula 1816, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Expediente, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997, e lotá-la no Gabinete da Senadora Marina Silva a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



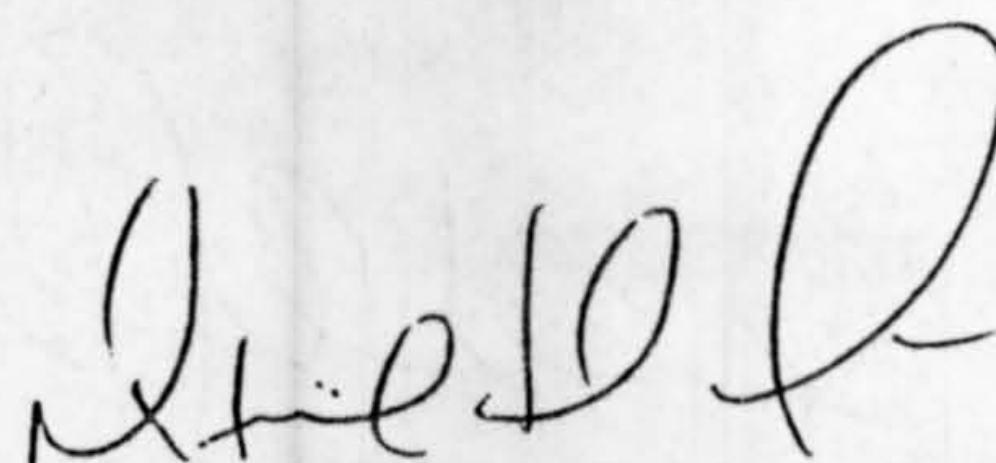
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2576 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12831/97-2,

RESOLVE designar a servidora **ELVENY VERA CRUZ LOBATO DE ARAÚJO**, matrícula 1816, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Senadora Marina Silva, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



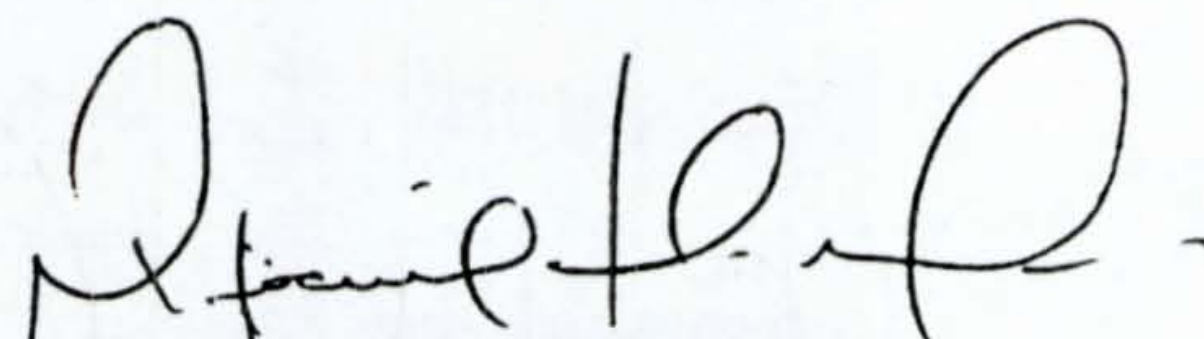
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2577 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12468/97-5,

RESOLVE designar o servidor PAULO ROBERTO GRANADO PIMENTEL, matrícula 2219, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



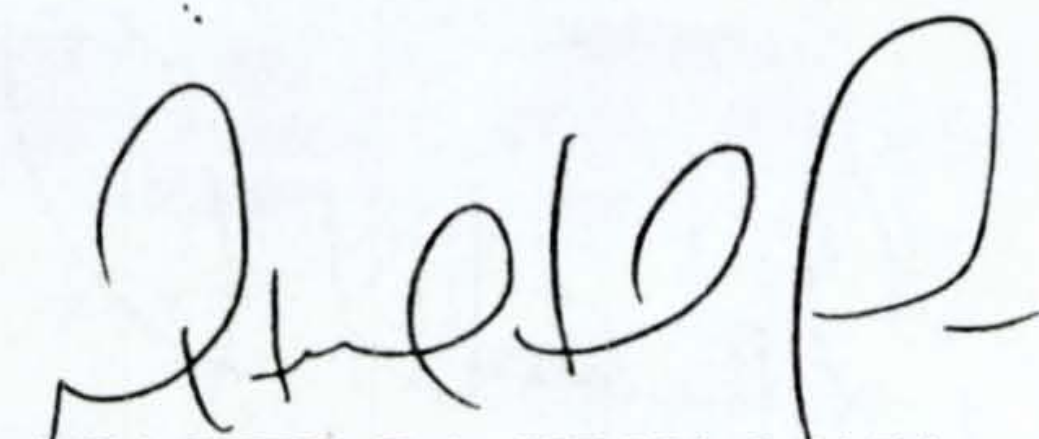
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2578 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12533/97-1,

RESOLVE dispensar a servidora CLAUDIA MARIA MAY DE CASTRO, matrícula 2489, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 11 de julho de 1997, e lotá-la no Gabinete do Senador Edison Lobão a partir da mesma data.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



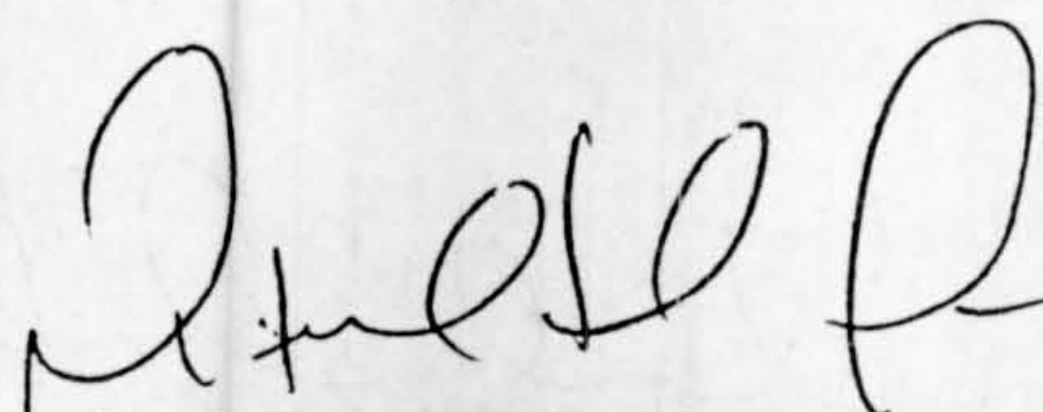
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2579 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12533/97-1,

RESOLVE designar a servidora CLAUDIA MARIA MAY DE CASTRO, matrícula 2489, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 11 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



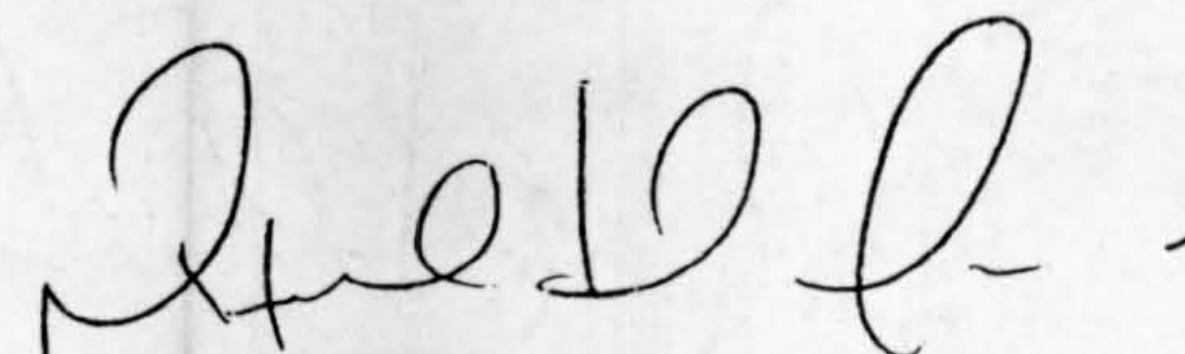
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2580 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12463/97-3,

RESOLVE designar a servidora BELCHIOLINA DOS REIS MENDES, matrícula 2859, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

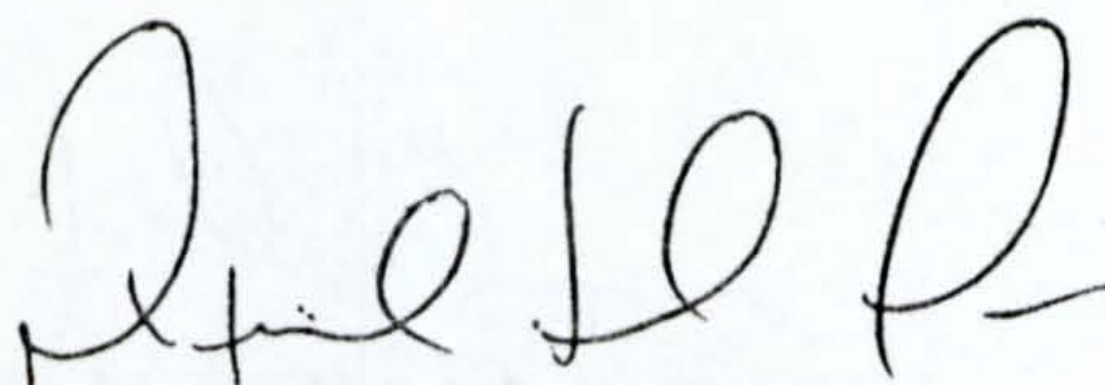
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2581 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12762/97-0,

RESOLVE designar a servidora LINDA MANSUR MENDES, matrícula 3491, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

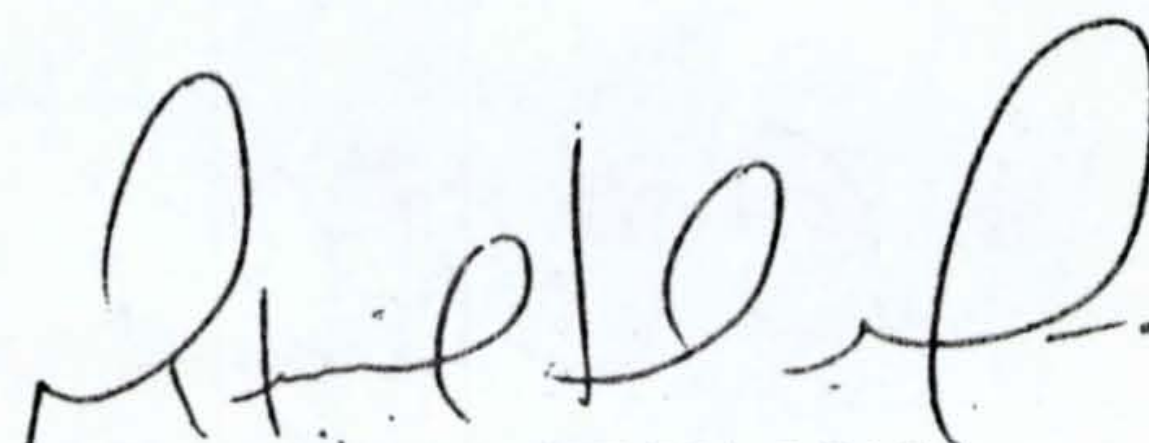
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.2582, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12466/97-2,

RESOLVE designar a servidora MARIA CONSUELO COSTA BADRA, matrícula 2002, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

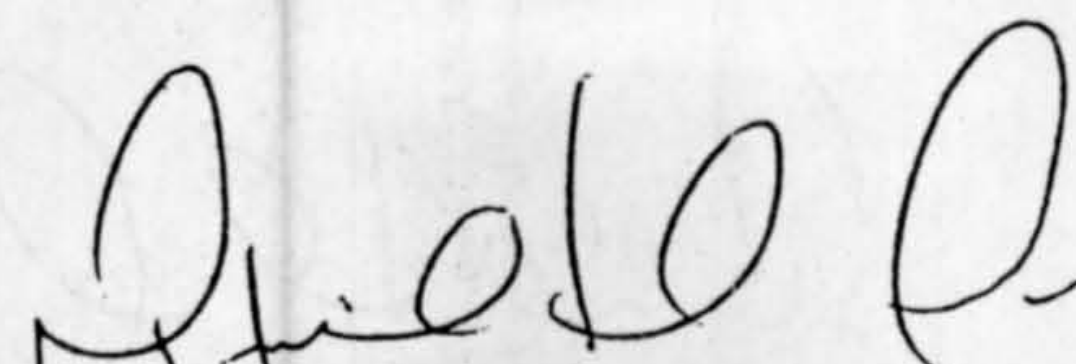
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2583 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12568/97-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA CRISTINA RAMALHO CRUZ DE CARVALHO, matrícula 3682, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



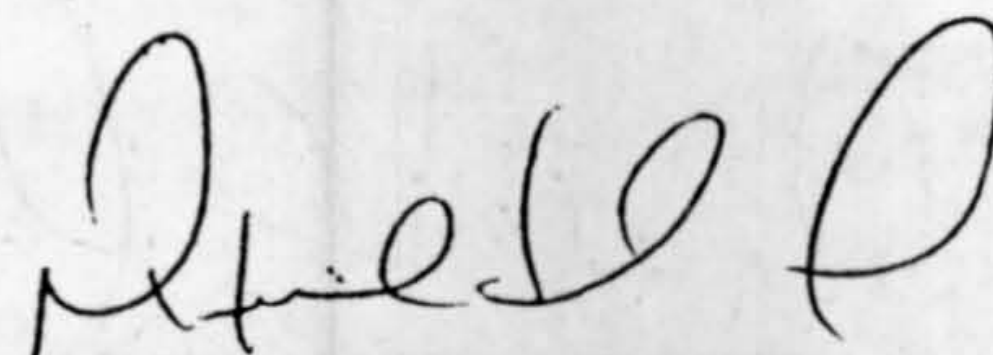
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2584 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12738/97-2,

RESOLVE designar a servidora ONOFRA MARIA DA SILVA, matrícula 1906, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador José Serra, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



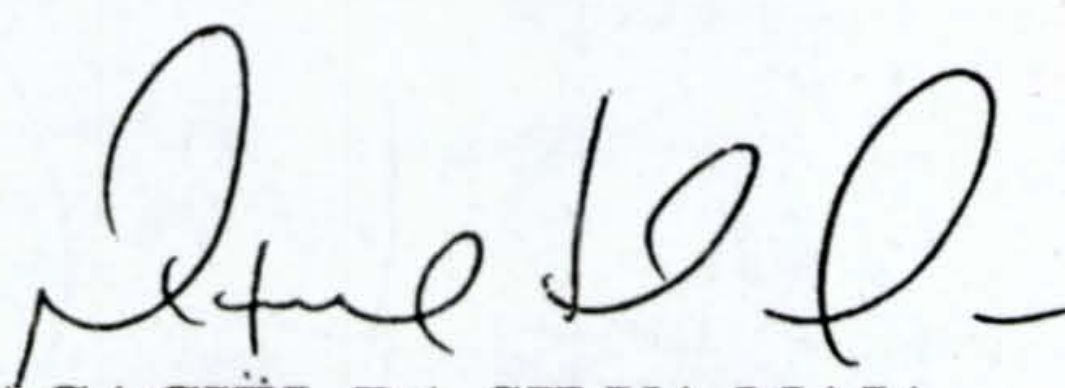
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.2585, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12530/97-2,

RESOLVE designar a servidora KEILA PINTO DA SILVA, matrícula 2020, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Industria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Senadora Júnia Marise, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



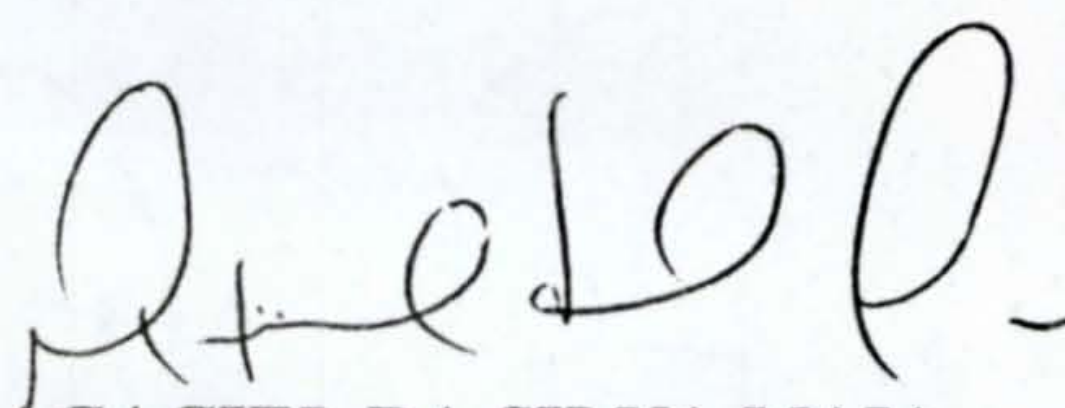
AGACIÊL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2586 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12421/97-9,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula 3809, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



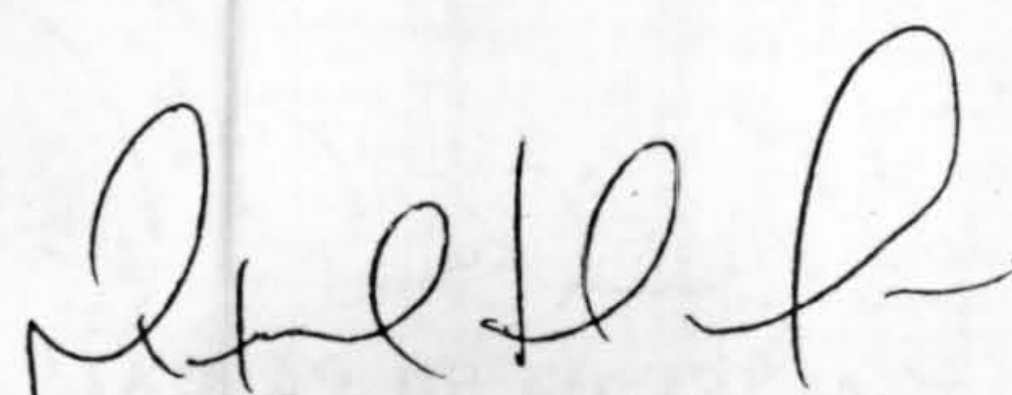
AGACIÊL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2587 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12234/97-4,

RESOLVE designar o servidor CLEUTON MENDES DE CARVALHO, matrícula 2850, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



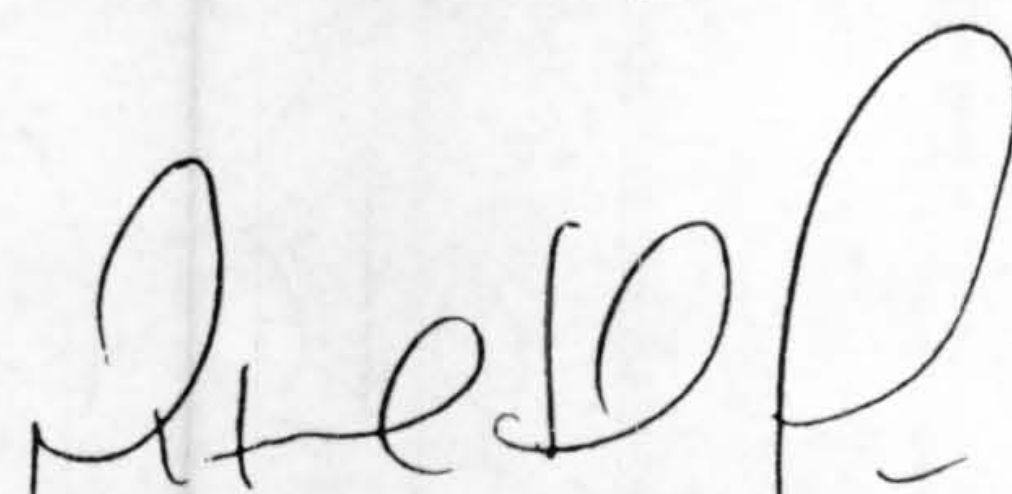
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2588, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12420/97-2,

RESOLVE designar a servidora SANDRA MARIA SOARES DE CARVALHO, matrícula 1596, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



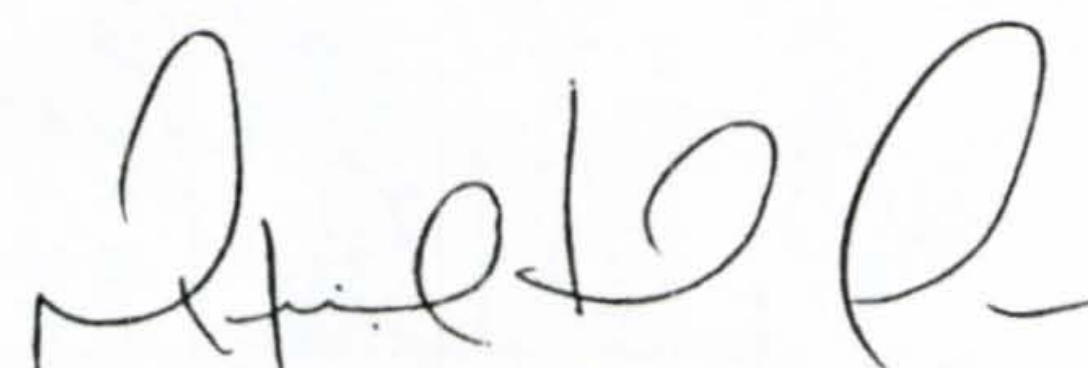
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2589 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12319/97-0,

RESOLVE designar o servidor JAIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula 3278, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Bello Parga, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



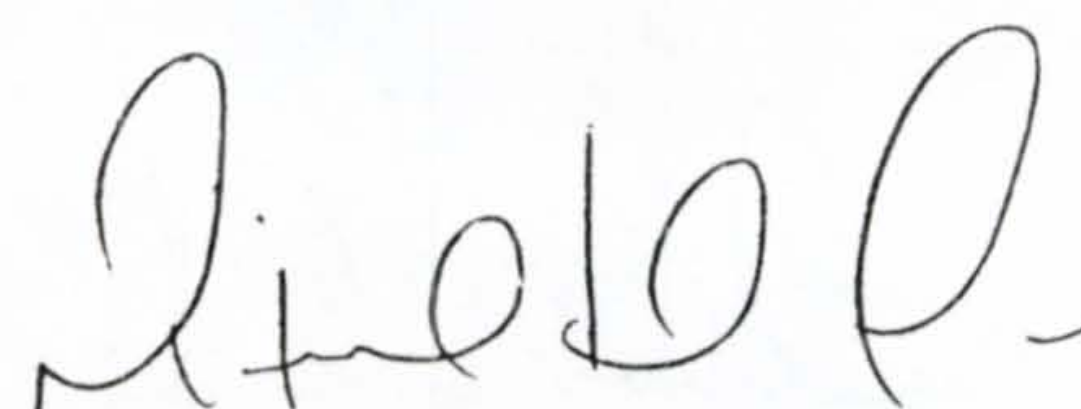
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2590 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12393/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA GORET DE LIMA FREITAS PEREIRA, matrícula 1622, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Osmar Dias, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



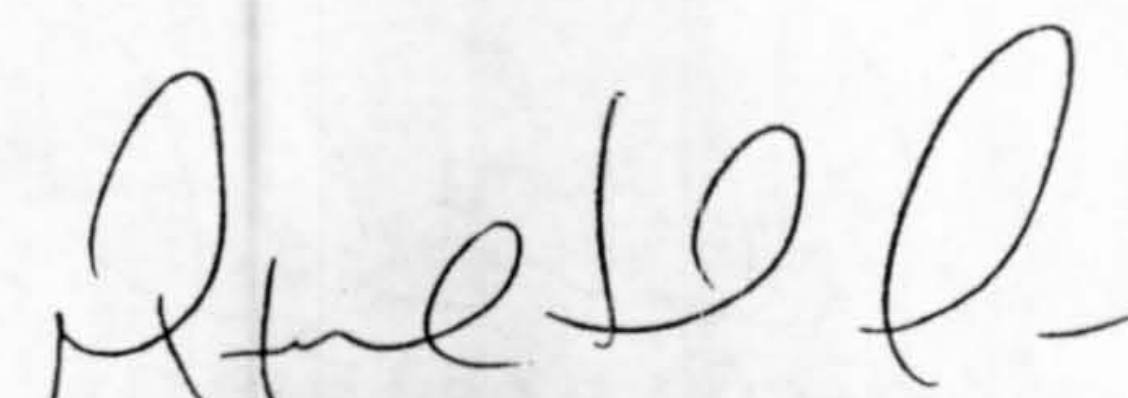
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2591 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12393/97-5,

RESOLVE designar a servidora MARIA GORET DE LIMA FREITAS PEREIRA, matrícula 1622, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Osmar Dias, com efeitos financeiros a partir de 10 de julho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



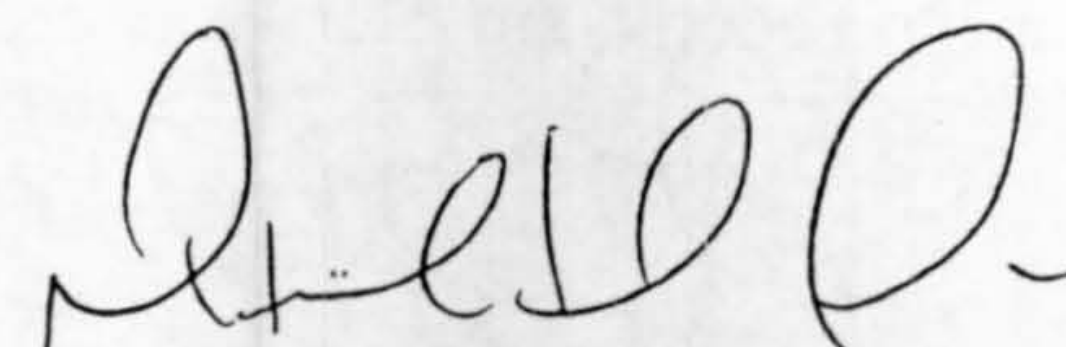
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2592 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12710/97-0,

RESOLVE designar a servidora TERESA MONICA NUNES DE BARROS MENDES, matrícula 1114, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



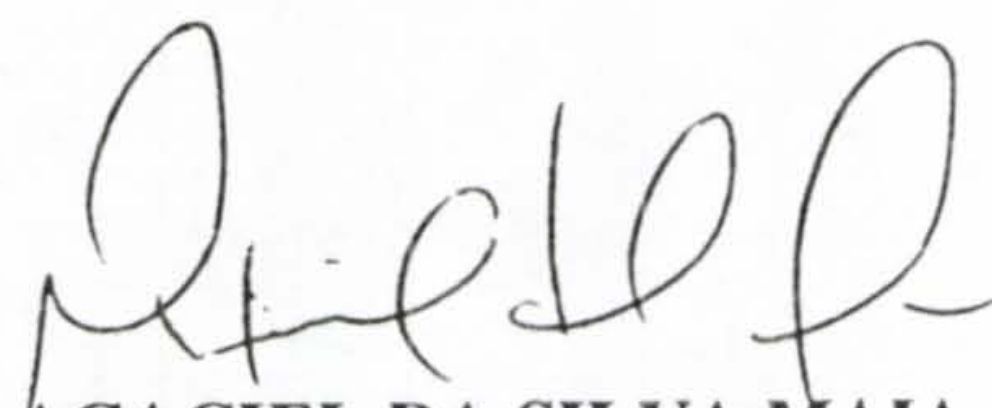
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2593 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12469/97-1,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO HUMBERTO DIAS DA SILVA, matrícula 1483, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 11 de agosto de 1997



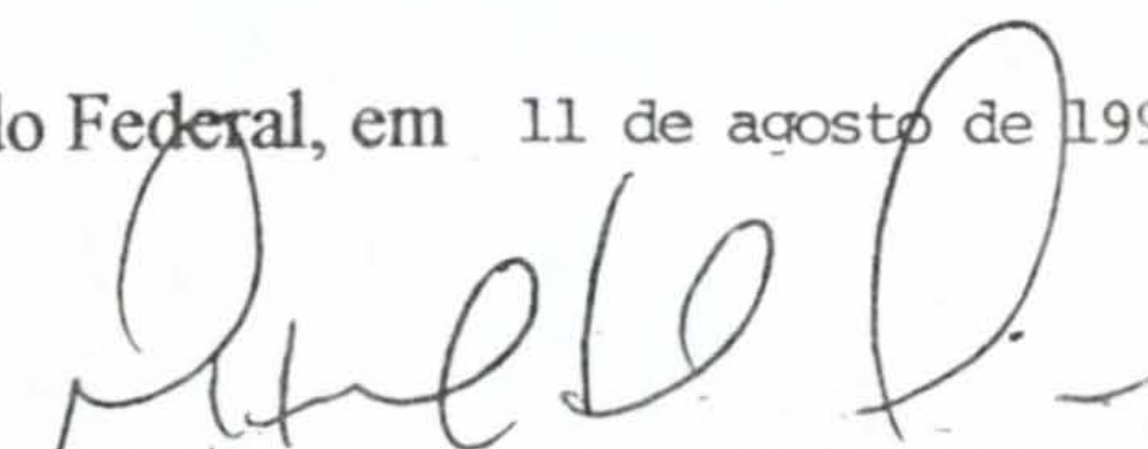
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2594 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.118/97-1

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SEBASTIÃO DE PAULA RÊGO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

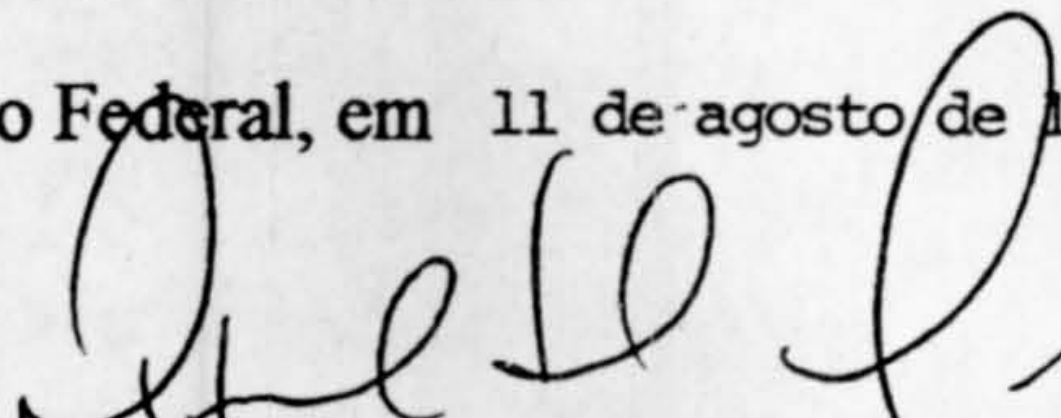
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2595 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.113/97-0

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSELENE DE FÁTIMA SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

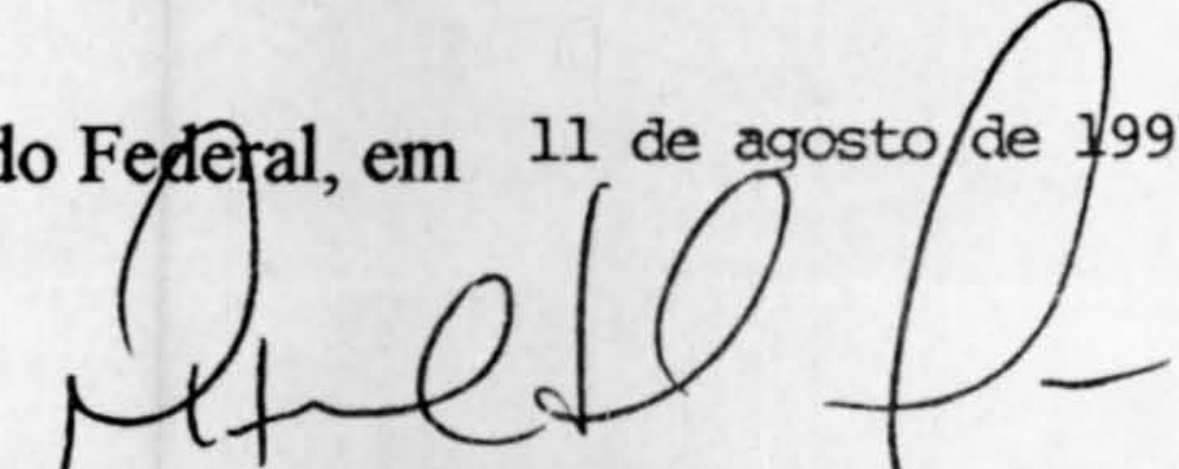
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2596 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 012.884/97-9

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANA AMORIM SOARES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Rocha.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN 2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB 2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO 3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC 4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI Suplentes de Secretário 1ª - Emília Fernandes(*) - - RS 2º - Lúcio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97) 1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - (*) - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Élcio Alvares - PFL - ES Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra	LIDERANÇA DO PSDB Líder Sergio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder José Eduardo Dutra Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire LIDERANÇA DO PPB Líder Epitacio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder Regina Assumpção
--	--	--

(*) Sem partido

Atualizada em 8/8/97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Cassido Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Cassido Maldaner
2. Ramez Tebei
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Canata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francoelmo Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocinio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadarte

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES(*)	RS-2331/37
----------------	--------------	-----------------------	------------

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE-REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1060

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/37

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228

PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado **PAULO BORNHAUSEN**
 Vice-Presidente: Senador **CASILDO MALDANER**
 Secretário-Geral: Senador **LÚDIO COELHO**
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado **ROGÉRIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
	PMDB			Bloco Parlamentar PFL/PTB	
José Fogaça		Marluce Pinto (1)	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PFL			PMDB	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Romero Jucá		Júlio Campos	Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB			PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo	Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB			PPB	
Esperidião Amin			Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
	PTB			PP	
Emília Fernandes(5)			Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PP			PT	
Osmar Dias(2)			Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	PT				
		Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96
 5 Desfilou-se do PTB em 5-8-97



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS